

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS E
GESTÃO EDUCACIONAL

Laiane Flores

**AS AÇÕES DE EXTENSÃO COMO PRÁTICA FORMATIVA DOS
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO E SUPERIOR DO IFFAR –
CAMPUS SÃO BORJA.**

Santa Maria, RS
2019

Laiane Flores

**AS AÇÕES DE EXTENSÃO COMO PRÁTICA FORMATIVA DOS ALUNOS DO
ENSINO MÉDIO INTEGRADO E SUPERIOR DO IFFAR - CAMPUS SÃO BORJA.**

Projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Linha de Pesquisa LP1: Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito final para obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Orientadora: Profa. Dra. Débora Teixeira de Mello

Santa Maria, RS
2019

Flores, Laiane Frescura
AS AÇÕES DE EXTENSÃO COMO PRÁTICA FORMATIVA DOS ALUNOS
DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO E SUPERIOR DO IFFAR - CAMPUS SÃO
BORJA / Laiane Frescura Flores.- 2019.
143 p.; 30 cm

Orientadora: Débora Teixeira de Mello
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Maria, Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas e Gestão Educacional, RS, 2019

1. ações de extensão 2. prática formativa 3.
Institutos Federais I. Teixeira de Mello, Débora II.
Título.

Sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFSM. Dados fornecidos pelo autor(a). Sob supervisão da Direção da Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central. Bibliotecária responsável Paula Schoenfeldt Patta CRB 10/1728.

© 2018

Todos os direitos autorais reservados a Laiane Frescura Flores. A reprodução de partes do texto pode ser realizada, desde que citada a fonte. Dúvidas, contatar por e-mail.

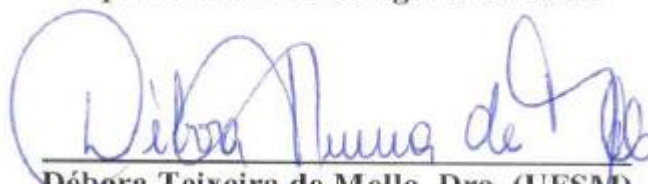
End. Eletr: laianeflores@hotmail.com

Laiane Flores

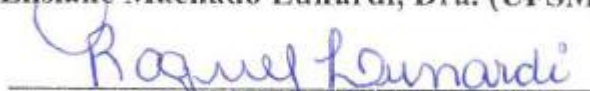
**AS AÇÕES DE EXTENSÃO COMO PRÁTICA FORMATIVA DOS
ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO E SUPERIOR DO IFFAR -
CAMPUS SÃO BORJA.**

Projeto de dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional, Curso de Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Linha de Pesquisa LP1: Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito final para obtenção do título de **Mestre em Políticas Públicas e Gestão Educacional**.

Aprovado em 23 de agosto de 2019.


Débora Teixeira de Mello, Dra. (UFSM)
(Presidente/Orientadora)


Elisiane Machado Lunardi, Dra. (UFSM)


Raquel Lunardi, Dra. (IFFar)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à Universidade Federal de Santa Maria – universidade pública, gratuita e de qualidade pela oportunidade de desenvolver e concretizar este estudo;

À minha família, que sempre me incentivou, em todos os momentos, meus passos profissionais e pessoais;

À todos os professores do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, pela dedicação e profissionalismo, comprometidos com a arte de ensinar, que nos proporcionaram momentos ímpares de aprendizagem;

À todos os meus amigos e colegas do IFFar pelo incentivo, força e colaboração durante a execução deste trabalho;

Aos colegas de mestrado, pelos momentos de alegrias, aprendizagens compartilhadas e amizades construídas;

Aos grandes amigos presenteados pelo Mestrado, Cármen, Nicole, Davi, Carla, Luciane e Fernanda, vocês foram essenciais nesse período! Pelas trocas, conhecimentos, vivências, apoio, colaboração nas pesquisas, como também, nos inúmeros Cafés compartilhados no Okay.

Agradeço especialmente à professora Débora Teixeira de Mello, pela orientação, confiança e atenção a mim dispensadas na elaboração deste trabalho. À você toda a admiração de uma eterna aprendiz!

À todos que direta ou indiretamente contribuíram para realização deste trabalho.

“[...] o saber da experiência é um saber particular, subjetivo, relativo, contingente, pessoal. Se a experiência não é o que acontece, mas o que nos acontece, duas pessoas, ainda que enfrentem o mesmo acontecimento, não fazem a mesma experiência. O acontecimento é comum, mas a experiência é para cada qual sua, singular e de alguma maneira impossível de ser repetida. O saber da experiência é um saber que não pode separar-se do indivíduo concreto em quem encarna.” (LARROSA, 2014, p. 32).

RESUMO

AS AÇÕES DE EXTENSÃO COMO PRÁTICA FORMATIVA DOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO E SUPERIOR DO IFFAR – CAMPUS SÃO BORJA

AUTORA: Laiane Flores

ORIENTADORA: Débora Teixeira de Mello

A pesquisa foi realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional na linha “Políticas Públicas e Gestão da Educação Básica e Superior”, da Universidade Federal de Santa Maria. Trata das contribuições das ações de extensão do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja, enquanto prática formativa dos alunos do Ensino Médio integrado e Superior. A Instituição tem como missão promover cursos de educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável. O objetivo é analisar as contribuições para a formação acadêmica e profissional do aluno que atua em ações de extensão no referido Campus. Nesse sentido, a presente pesquisa foi realizada com 30 alunos que participaram de ações de extensão nos anos de 2017 e 2018. A metodologia utilizada caracterizou-se como uma pesquisa qualitativa e quantitativa, sob estudo de caso, através de questionários e entrevistas e a análise dos dados foi feita através da técnica de Análise de Conteúdo. Os instrumentos de construção dos dados foram: a pesquisa bibliográfica, a observação participante, a análise documental, questionários do *google forms* e entrevistas semiestruturadas. Os sujeitos de pesquisa foram alunos participantes de ações de extensão e servidores que atuaram como coordenadores. Os resultados apontaram que essas ações de extensão são relevantes e significativas para os alunos, pois atuam de forma efetiva tanto na formação acadêmica, profissional, como também na formação humana e cidadã dos envolvidos. Pode-se observar que a interação e o convívio com o público das comunidades e Instituições atendidas, proporcionou aos alunos a construção e aprimoramento de habilidades, crescimento pessoal e profissional, incorporação de novas práticas, trocas de experiências, visão crítica acerca da realidade e das desigualdades, trabalho em equipe, possibilidades de participação em eventos e de produção científica. Como produto acadêmico foi gerado um relatório de autoavaliação para estudantes participantes de ações de extensão. Este relatório avaliativo permitirá que a Instituição construa indicadores qualitativos e quantitativos sobre as potencialidades e fragilidades referentes à participação dos estudantes nas ações de extensão, elencando as contribuições para o processo de ensino-aprendizagem. Concluiu-se que as ações de extensão proporcionam formação e um currículo diferenciado, qualificando o conhecimento científico e popular, promovendo a transformação social.

Palavras-chave: ações de extensão, prática formativa, Institutos Federais

ABSTRACT

EXTENSION ACTIONS AS A FORMATIVE PRACTICE OF IFFAR CAMPUS INTEGRATED AND HIGHER EDUCATION STUDENTS ARE BORJA

AUTHOR: Laiane Flores
ADVISOR: Débora Teixeira de Mello

The research was conducted under the Professional Master in Public Policy and Educational Management in the line "Public Policy and Management of Basic and Higher Education", Federal University of Santa Maria. It deals with the contributions of the extension actions of the Federal Institute Farroupilha - Campus São Borja, as a formative practice of the students of integrated and superior high school. The Institution's mission is to promote public and free professional, scientific and technological education courses through teaching, research and extension, focusing on integral citizen education and sustainable development. The objective is to analyze the contributions to the academic and professional formation of the student who works in extension actions in the referred Campus. In this sense, this research was conducted with 30 students who participated in extension actions in 2017 and 2018. The methodology used was characterized as a qualitative and quantitative research, under case study, through questionnaires and interviews and the analysis. The data was obtained through the Content Analysis technique. The data construction instruments were: bibliographic research, participant observation, document analysis, google forms questionnaires and semi-structured interviews. The research participants were students participating in extension actions and servants who acted as coordinators. The results showed that these extension actions are relevant and significant for the students, since they act effectively in the academic, professional, as well as in the human and citizen formation of those involved. It can be observed that the interaction and interaction with the public of the communities and institutions served, provided students with the construction and improvement of skills, personal and professional growth, incorporation of new practices, exchange of experiences, critical view of reality and inequalities, teamwork, event participation and scientific production possibilities. As an academic product, a self-assessment report was generated for students participating in extension actions. This evaluation report will allow the Institution to build qualitative and quantitative indicators about the potentialities and weaknesses related to students' participation in extension actions, listing the contributions to the teaching-learning process. It was concluded that extension actions provide training and a differentiated curriculum, qualifying scientific and popular knowledge, promoting social transformation.

Keywords: extension actions, formative practice, Federal Institutes

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 – Unidades Administrativas do IFFar	23
Figura 02 – Localização Geográfica de São Borja – RS.....	25
Figura 03 – Esquema metodológico das fases do estudo de caso.....	31
Figura 04 – Estrutura organizacional da Extensão no IFFar.....	65
Figura 05 – Diretrizes da Extensão no IFFar.....	67
Figura 06 – Tipos de atividades/ações de extensão.....	68
Figura 07 – Tela inicial do SIGAA.....	119
Figura 08 – Relatório de autoavaliação para estudantes participantes de ações de extensão do Instituto Federal Farroupilha.....	120

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava o ensino médio ou possuía educação básica completa por grande região – Brasil.....	48
Gráfico 02 – Distribuição das matrículas em EPT de nível médio, por grande região – Brasil (2008 – 2015).....	54
Gráfico 03 – Quantitativo de ações de extensão por área.....	84
Gráfico 04 – Gênero dos sujeitos de pesquisa.....	85
Gráfico 05 – Faixa etária dos participantes.....	86
Gráfico 06 – Curso em que o participante estava matriculado.....	86
Gráfico 07 – Ano em que o estudante foi bolsista de extensão.....	87
Gráfico 08 – Percepção da realidade.....	90
Gráfico 09 – Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade.....	92
Gráfico 10 – Produções científicas e/ou participação em eventos.....	98
Gráfico 11 – Você considera positiva sua participação em ações de extensão.....	100
Gráfico 12 – Características relevantes para a execução das ações de extensão.....	101
Gráfico 13 – Escala de importância das ações de extensão.....	104
Gráfico 14 – Dificuldades enfrentadas nas ações de extensão.....	111

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Quantitativo de ações de extensão, nos últimos 05 anos.....	77
Tabela 02 - Contribuições adquiridas pelos estudantes participantes de ações de extensão..	109
Tabela 03 - - Contribuição do ensino, pesquisa e extensão na missão institucional.....	115

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Cursos ofertados pelo IFFar – Campus São Borja.....	26
Quadro 02 – Sujeitos da pesquisa.....	28
Quadro 03 – Documentos analisados.....	28
Quadro 04 – Identificação dos alunos.....	30
Quadro 05 - Resultados encontrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações	33
Quadro 06 – Títulos e autores das teses e dissertações selecionadas.....	33
Quadro 07 – Resultados encontrados na base de dados SCIELO.....	35
Quadro 08 – Artigos selecionados na base de dados SCIELO.....	36
Quadro 09 – Financiamento edital de Arte e Cultura.....	70
Quadro 10 – Financiamento edital PIADIFF.....	71
Quadro 11 – Financiamento do edital Programa de Inclusão Social.....	72
Quadro 12 – Financiamento Edital de Eventos.....	72
Quadro 13 – Financiamento Edital de fomento de ações de extensão.....	73
Quadro 14 – Financiamento do Edital de Estudantes.....	73
Quadro 15 – Áreas e ações de extensão – Ano 2017.....	79
Quadro 16 – Áreas e ações de extensão – Ano 2018.....	81
Quadro 17 – Pontos fortes e possibilidades de aprimoramentos.....	118

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AABB	Associação Atlética Banco do Brasil
ACC	Atividades Curriculares em Comunidade
ACCs	Atividades Curriculares de Cursos
AC	Ampla Concorrência
ADEVASB	Associação de Deficientes Físicos e Visuais de São Borja
AR	Argentina
APK	Android Package (Pacote Android)
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BB	Banco do Brasil
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CAFe	Comunidade Acadêmica Federada
CAPEP	Comitê Assessor de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação, Extensão e Produção
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CRAS	Centro de Referência em Assistência Social
CPPS	Curso Preparatório para o Processo Seletivo
CEFET – MG	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
CEFET – RJ	Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca
CEFETS	Centro Federal de Educação Tecnológica
CES	Câmara de Educação Superior
CF	Constituição Federal
CONAE	Conferência Nacional de Educação
CONEX	Comissão Nacional de Extensão Universitária
CONSUP	Conselho Superior
DPEP	Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção
DIRED	Diretoria de Estudos Educacionais
EAD	Educação à Distância
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
ENADE	Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes
EM	Ensino Médio
EPCT	Ensino Profissional Científico e Tecnológico
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
EP	Escola Pública
ESFs	Estratégia Saúde da Família
EUA	Estados Unidos da América
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FIC	Formação Inicial e Continuada
FORPROEX	Fórum de Pró-Reitores de Extensão
FORPROEXT	Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IES	Instituições de Educação Superior
IFFar	Instituto Federal Farroupilha
IFs	Institutos Federais
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IN	Instrução Normativa
IBICT	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
IPES	Instituições Públicas de Educação Superior
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LP	Linha de Pesquisa
MEC	Ministério da Educação
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MEPT	Mostra de Educação Profissional e Tecnológica
MP	Medida Provisória
MinC	Ministério da Cultura
PAE	Programa de Acompanhamento de Egressos
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PPI	Preto, pardo e indígena
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PIBID	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNATE	Programa Nacional de Transporte Escolar
PNE	Plano Nacional de Educação
PNE	Política Nacional de Extensão
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNLEM	Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio
PROEJA	Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PcD	Pessoa com Deficiência
PPCs	Projetos Pedagógicos de Cursos
PPI	Prática Pedagógica Integrada
PIADIFF	Programa Institucional de Apoio ao Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira Farroupilha
PISF	Programa de Inclusão Social
PeCC	Prática enquanto Componente Curricular
PET	Programa de Educação Tutorial
PUC	Pontifícia Universidade Católica
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RFEPT	Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica
RS	Rio Grande do Sul
SP	São Paulo
SESU	Secretaria de Educação Superior
SEURS	Seminário de Extensão Universitária da Região Sul
SEMTEC	Semana da Tecnologia, Educação e Ciência

SIGAA	Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
TCU	Tribunal de Contas da União
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TAES	Técnicos Administrativos em Educação
UFMS	Universidade Federal de Santa Maria
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo
UEPG	Universidade Estadual de Ponta Grossa
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Paraná
UTU	Universidade do Trabalho do Uruguai
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
2 METODOLOGIA.....	22
2.1 Caracterização e tipo de estudo.....	22
2.1.1 Contextualização do IFFar.....	23
2.2 Descrição do contexto de pesquisa.....	27
2.3 Coleta e análise de dados.....	28
3 APORTES TEÓRICOS E LEGAIS.....	32
3.1 Estado do conhecimento sobre extensão.....	32
3.2 Contextualização histórica da Educação Profissional e Tecnológica.....	37
3.3 O acesso ao ensino médio e políticas públicas educacionais.....	44
3.3.1 Os Institutos Federais como política pública.....	50
3.4 Trajetórias e Políticas Nacionais de Extensão.....	55
3.4.1 Organização e diretrizes da Extensão no IFFar.....	65
3.4.2 Políticas e Programas Institucionais.....	70
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	78
4.1 As ações de extensão como prática formativa na perspectiva de alunos e coordenadores.....	85
4.1.1 Interação Dialógica.....	87
4.1.2 Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade.....	92
4.1.3 Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão.....	95
4.1.4 Impacto na formação do estudante.....	99
4.1.5 Impacto e transformação social.....	105
4.2 Gestão das ações de extensão.....	109
4.2.1 Dificuldades na execução das ações de extensão.....	111
4.2.2 Número de bolsas e fomento para custeio.....	114
4.2.3 Sugestões de melhorias na gestão das ações de extensão.....	117
5 PRODUTO ACADÊMICO.....	119
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ressignificando saberes e potencialidades.....	121
Referências Bibliográficas.....	124
ANEXO A – Modelo de questionário.....	135
ANEXO B – Roteiro de entrevista com os coordenadores.....	140
ANEXO C – Termo de consentimento livre e esclarecido.....	141
ANEXO D – Ficha de avaliação classificatória.....	142
ANEXO E – Termo de autorização da Instituição.....	143

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa foi realizada no âmbito do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional, na linha “Políticas e Gestão da Educação Básica e Superior”. Trata da Extensão enquanto prática formativa de estudantes, através de uma proposta de investigação da contribuição destas ações para a formação acadêmica e profissional dos alunos do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja.

Para fins de compreender os caminhos que me trouxeram até esta temática de pesquisa, gostaria de relatar um pouco da minha trajetória profissional com a área de Extensão, a qual iniciou durante o meu curso de graduação em Gestão Pública, no Instituto Federal Farroupilha – Campus São Vicente do Sul.

Durante a graduação em Gestão Pública (2012 - 2014), fui estagiária na Direção de Ensino do Campus e também atuei como bolsista de extensão. No projeto de extensão intitulado: Experiências inovadoras em extensão rural na agricultura familiar na região de abrangência do Instituto Federal Farroupilha - Campus São Vicente do Sul, realizou-se a compilação de experiências em desenvolvimento e extensão rural da região compreendida pelos municípios do Vale do Jaguarí, tendo como objetivo ter subsídios para futuras intervenções nos referidos municípios.

A vivência enquanto bolsista de extensão foi muito gratificante, me fez perceber a importância deste tipo de ação para as comunidades. Durante o projeto realizou-se visitas *in loco*, onde entrevistamos os moradores para a construção da sistematização do resgate das experiências realizadas em cada localidade.

No último semestre do curso, no ano de 2014, prestei concurso público para o cargo de Técnico Administrativo em Educação no Instituto Federal Farroupilha para o Campus de São Borja, onde felizmente fui aprovada. Com o ingresso efetivo no serviço público iniciou-se novos desafios, novas aprendizagens e experiências. Trabalhar com recursos públicos requer conhecimento das legislações, transparência e qualidade nos gastos, utilizando com eficácia e eficiência os recursos públicos da Instituição.

Nesse sentido, Lima (2007) salienta que fazer de modo certo é ser eficiente. Tal capacidade implica em organizar racionalmente as operações do processo, de forma a empregar da melhor maneira possível os recursos disponíveis, como tempo, dinheiro, conhecimento, energia, instalações e equipamentos.

Desde que ingressei no Campus São Borja, fui lotada no setor de Extensão. Em 2016, fui convidada para atuar como Coordenadora de Extensão do Campus, apesar de já trabalhar

no setor há 02 anos e já conhecer toda a dinâmica de trabalho, foi um grande desafio, pois passei a ser responsável pela gestão administrativa e financeira das ações de extensão, além de planejar ações em âmbito Institucional junto à Pró – Reitoria de Extensão.

A partir daí senti necessidade de buscar formação continuada através de um mestrado voltado à Educação, pois possuo graduação e especialização em Gestão Pública, sentia que faltava algo para complementar minha formação. Neste sentido, participei da seleção do Mestrado Profissional em Políticas Públicas e Gestão Educacional da UFSM, onde fui selecionada.

A prática histórica da extensão tem origem na concepção de universidade detentora do saber, único, verdadeiro, iluminado, que, por um lado, deveria ser transferido à população e, por outro, deveria ser colocado para assistir à população com o provimento de algum serviço. Esses modelos conceituais e institucionais receberam críticas e formulações de alternativas para o surgimento de uma extensão universitária mais engajada, dialogada e próxima da população excluída. As novas proposições pressupõem uma ação processual e contínua, não pontual, em que o conhecimento científico interaja com os demais saberes da população, em um diálogo permanente, visando à produção de conhecimentos e à apropriação para a resolução de problemas concretos das pessoas e de suas organizações (SOUSA, 2000).

Para Chauí (2003), a universidade é “(...) uma instituição social, isto é, uma prática social fundada no reconhecimento público de sua legitimidade e de suas atribuições, dentre as quais se destacam a produção, sistematização e socialização do conhecimento e a formação integral dos educandos”.

Conforme Severino (2007), a extensão universitária deve ser entendida como o processo que articula o ensino e a pesquisa, enquanto interage conjuntamente, criando um vínculo fecundante entre a Universidade e a sociedade, no sentido de levar esta contribuição do conhecimento para sua transformação. Ao mesmo tempo em que a extensão, enquanto ligada ao ensino, enriquece o processo pedagógico ao envolver docentes, alunos e comunidade num movimento comum de aprendizagem, enriquece o processo político ao se relacionar com a pesquisa, dando alcance social à produção do conhecimento.

De acordo com Síveres (2011), enquanto a ciência for entendida de forma linear, a extensão será uma decorrência do ensino e da pesquisa, mas se a compreensão estiver associada à vivência, a extensão universitária torna-se um espaço de construção de conhecimentos significativos e de práticas sociais relevantes, de forma que a interação entre a ciência e a vivência, realizada na academia e na sociedade, pode fortalecer um projeto pedagógico e social,

desencadeando um movimento de conectividade dialógica.

A extensão configura-se pela maneira de dialogar, contribuindo com o sentido da civilização contemporânea, com o processo público e político de sua ação e reflexão e com a possibilidade de renovar ou inovar por meio de experiências distintas, ela constitui-se um “espaço privilegiado da atuação humana na criação/recriação do mundo e das relações das pessoas com ele” (NOGUEIRA, 2001, p. 10).

As conclusões do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras – FORPROEX (2012), na apresentação da proposta de uma Política Nacional de Extensão Universitária, visando transformar a Universidade Pública em um instrumento de mudança social em direção à justiça, à solidariedade e à democracia, demonstra ter consciência que esse processo necessariamente enfrentará desafios na busca das novas oportunidades de ensino e aprendizagem que se abrem no contexto da globalização e, particularmente, na sociedade brasileira a partir das possibilidades de abertura de cursos e campus universitários em regiões em que isso não era possível.

São desafios que devem ser confrontados e oportunidades que devem ser aproveitadas pela Universidade Pública – entendida como o “conjunto das Instituições Públicas de Educação Superior (IPES) como Universidades, Centros de Ensino e Faculdades Federais, Estaduais e Municipais, bem como os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia” (FORPROEX, 2012, p. 14) – por meio de políticas públicas que tornem essas possibilidades reais.

Neste sentido, Demo (1999) ao discorrer sobre os desafios modernos da educação, afirma que a universidade não pode se constituir apenas de salas de aula, mas ser um lugar no qual se fomenta a produção qualitativa, o “saber-fazer”. Ele afirma que, se é da prática que emerge a teoria, é com ela que os estudantes precisam ser desafiados a estabelecer vínculos concretos para, de fato, aprenderem a fazer.

Potencialmente, a extensão constitui um espaço de vivências, de construção da autonomia, de autodesenvolvimento, de autoaprendizagem e de processos individuais mediados pelas inter-relações com o outro e com o contexto. É um espaço-tempo privilegiado para construir teias entre realidade, vida, conhecimento e saber acadêmico, cujo processo-produto é a formação do estudante universitário. Segundo essa perspectiva, as experiências propiciadas nos diferentes lócus de ação da extensão universitária irão contribuir decisivamente para a formação dos estudantes, em diferentes aspectos: pessoal, social, comunitário e profissional (SÍVERES, 2013, p. 216).

Os Institutos Federais possuem vínculos identitários e maior trajetória com as políticas de extensão, uma vez que sua legislação e demais documentos regulatórios elencam a extensão universitária como missão Institucional e atividade essencial nas comunidades em que estão inseridos, atuando como propulsores do desenvolvimento local e regional.

Considerando os documentos norteadores do FORPROEXT (Fórum de Pró-Reitores de Extensão, da Rede Federal de Educação Científica e Tecnológica), o Instituto Federal Farroupilha, busca oferecer aos educandos oportunidades de vivenciar experiências na sua área de formação acadêmica e profissional e o acesso à atividades que contribuam para sua formação cultural e ética, desenvolvendo o seu senso crítico, a cidadania e a responsabilidade social. No entanto, verifica-se que apesar da extensão fazer parte da missão e da tríade institucional, ensino-pesquisa-extensão, a mesma não possui valorização quanto às demais.

No entanto, a partir das minhas experiências enquanto gestora e defensora da extensão, algumas inquietações e reflexões são necessárias: Apesar dos estudantes valorizarem e prestigiarem a atuação em ações de extensão, por que a mesma ainda permanece como uma sub-categoria do ambiente acadêmico? Apesar dos avanços alcançados na última década, ainda estamos muito aquém de superar a hierarquia entre o ensino e a pesquisa.

Diante disso, surgiu o problema de pesquisa: Como as ações de extensão realizadas no Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja, contribuem/impactam na formação acadêmica e profissional do aluno extensionista?

Para responder a esse questionamento o objetivo geral foi analisar as contribuições para a formação acadêmica e profissional do aluno participante de ações de extensão do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja.

Foram elencados como objetivos específicos:

- Analisar as ações de extensão realizadas na Instituição nos anos de 2017 e 2018;
- Avaliar a contribuição das ações de extensão desenvolvidas no campus para a formação acadêmica e profissional do aluno, na perspectiva dos coordenadores e alunos envolvidos;
- Propor sugestões para fins de aprimoramentos e melhorias da gestão da extensão da instituição.

Considera-se as práticas de Extensão Universitária como experiências significativas de formação, por favorecerem o campo do vivido, onde são tecidas as relações experienciais. O saber da experiência trata do sentido que atribuímos ao que nos acontece em termos de

pertencimento. É o sentido daquilo que vivemos articulado à processos de formação (BRAÚNA *et al*, 2011).

Segundo Santos (2009), os conhecimentos ditos científicos não são os únicos construídos na universidade, mesmo que unicamente legitimados. Existem formas outras de construção de conhecimentos que são organizadas na práxis, mas que, por não alcançarem o status de conhecimento científico, não são institucionalmente legitimadas, como é o caso da experiência.

Compreende-se neste trabalho que a extensão proporciona experiências significativas na formação dos estudantes, reconhecendo sua relevância para a preparação e formação acadêmica e profissional dos mesmos. A construção de saberes, práticas e vivências não limita-se ao espaço restrito da sala de aula, as experiências geradas a partir das ações de extensão proporcionam que os estudantes saiam da ‘bolha’ da ementa das suas grades curriculares dos cursos e tenham a possibilidade de conhecer casos e situações concretas, complementando sua formação.

Essa dissertação foi organizada em seis capítulos. No primeiro capítulo apresentou-se a introdução do trabalho com sua contextualização, justificativa e objetivos. No segundo capítulo, segue a descrição da metodologia utilizada na pesquisa. No terceiro capítulo, delineou-se acerca da contextualização histórica da educação profissional e tecnológica, o acesso ao ensino médio, políticas públicas educacionais e trajetória da extensão. No quarto capítulo, seguem os resultados e discussões. No quinto capítulo foi apresentada a proposta do produto acadêmico: relatório de autoavaliação para estudantes participantes de ações de extensão e por fim, no sexto capítulo, foram realizadas as considerações finais do presente estudo.

2 METODOLOGIA

Conforme salienta Vergara (2013), é de fundamental importância a utilização de uma metodologia adequada, compreendendo métodos, técnicas e instrumentos utilizados nas etapas desenvolvidas durante o trabalho para um alcance eficaz dos objetivos. A seguir, estão os métodos que foram utilizados no estudo em questão.

2.1 CARACTERIZAÇÃO E TIPO DE ESTUDO

A natureza da pesquisa será aplicada. Caracteriza-se como qualitativa e quantitativa e seus fins, como descritiva e quanto aos seus meios, classifica-se como bibliográfica, documental e estudo de caso.

A pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2002), investiga um nível de realidade que não pode ser quantificado. Desse modo, ela trabalha com o universo de significados, concepções, crenças e atitudes, o qual corresponde aos aspectos mais profundos das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Quanto à abordagem quantitativa, Minayo (2002) esclarece que para este tipo de pesquisa tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações a fim de classificá-las e analisá-las. Esta abordagem requer o uso de técnicas e de recursos estatísticos e seus resultados precisam ser passíveis de replicação.

Neste sentido, Gil (2012) esclarece que as pesquisas descritivas buscam descrever as características de uma população ou fenômeno ou estabelecer relação entre variáveis, sendo incluídas neste grupo as pesquisas que têm por finalidade levantar opiniões, atitudes e crenças de uma determinada população.

Para Gil (2012, p. 57), o estudo de caso é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou de poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa quase impossível mediante os outros tipos de delineamentos considerados.

Já para Yin (2005, p. 32), o estudo de caso é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidências.

Considera-se a pesquisa como de natureza aplicada, pois os resultados poderão ser utilizados de maneira imediata na implantação de melhorias pontuais na gestão dos projetos de extensão, bem como, poderão servir para a busca de soluções inovadoras para o desenvolvimento de metodologias ou processos. Também se caracteriza como qualitativa e quantitativa uma vez que se estudou o objeto analisado, elencando suas particularidades e

experiências individuais, bem como, foi possível quantificar os resultados. É descritiva pois buscou descrever características de um público determinado buscando o levantamento de opiniões, bem como, é um estudo de caso pois a pesquisa limitou-se ao estudo dos projetos de extensão desenvolvidos nos anos de 2017 e 2018, sob a ótica dos alunos e coordenadores dos projetos a partir das ações desenvolvidas.

2.1.1 Contextualização do Instituto Federal Farroupilha

A implantação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha (IFFar), justifica-se a partir do Plano de Expansão de Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, preenchendo um vazio regional de ensino técnico, especificamente na área de indústria e serviços, objetivando o desenvolvimento da região e o estancamento do êxodo dos jovens da região que buscavam oportunidades de profissionalização em outras regiões do estado e do país. (BRASIL, 2008).

Atualmente o Instituto Federal Farroupilha é composto pelas seguintes unidades administrativas: 01 Reitoria localizada no município de Santa Maria, 10 Campus, 01 Campus Avançado localizado em Uruguaiiana e 04 Centros de Referência, distribuídos conforme figura abaixo.

Figura 01 - Unidades administrativas do IFFar



Fonte: Adaptado pela autora, a partir do site do IFFar (2019).

A Portaria nº 1.291, de 30 de dezembro de 2013, estabeleceu as Diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e definiu parâmetros e normas para a sua expansão, que poderão ocorrer mediante a constituição e a estruturação das seguintes unidades administrativas: Campus, Campus Avançado¹, Polo de Inovação, Polo de Educação a Distância e Centros de Referência. De acordo com o PDI da Instituição a missão, visão e valores do Instituto Federal Farroupilha são os seguintes:

Missão: Promover a educação profissional, científica e tecnológica, pública e gratuita, por meio do ensino, pesquisa e extensão, com foco na formação integral do cidadão e no desenvolvimento sustentável.

Visão: Ser excelência na formação de técnicos de nível médio, professores para a educação básica e demais profissionais de nível superior, por meio da pesquisa, da extensão e da inovação.

Valores: Ética, solidariedade, responsabilidade social, ambiental e econômica, comprometimento, transparência, respeito, gestão democrática, empreendedorismo e inovação. (PDI IFFar, 2019 - 2026).

Os Institutos Federais estabelecem sua organização e funcionamento como entidades de natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar (Lei 11.892/2008). O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) é um modelo de planejamento estratégico que foi implantado na instituição, específico para área da educação, possuindo validade de sete anos, o qual é construído de forma coletiva e democrática.

O PDI é considerado uma ferramenta de gestão, um documento que retrata a identidade da Instituição de Ensino Superior (IES) no que diz respeito à sua filosofia de trabalho, à missão, às estratégias para atingir as metas e objetivos, estrutura organizacional, diretrizes didático-pedagógicas, administrativas, orçamentárias e de infraestrutura. Para sua formatação utilizam-se pesquisas e levantamentos realizados de maneira que se analise a realidade situacional de todas as unidades que compõe o IFFar. Com base nos objetivos legais, do histórico das unidades e das potencialidades identificadas podem ser destacados como objetivos mais abrangentes dos Institutos Federais, para além da ampliação das modalidades de ensino, conforme a referida lei de criação, os seguintes:

¹O Campus Avançado Uruguaiana está vinculado administrativamente ao Campus São Borja. A implantação do Campus ocorreu durante o ano de 2013, na Fase III da expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Atualmente, o Campus atua no Eixo Tecnológico de Informação e Comunicação, ofertando Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio em Informática e Técnico em Administração. Oferta também os cursos subsequentes ao ensino médio de: Técnico em Manutenção e Suporte em Informática e Técnico em Marketing.

- »» Realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;
- »» Desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;
- »» Estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional. (PDI IFFar, 2019 - 2026).

A Lei nº. 11.892/2008, determina no *caput* dos seus artigos 9º e 11, respectivamente, que “cada Instituto Federal é organizado em estrutura *multicampi*, com proposta orçamentária anual identificada para cada campus e a reitoria, exceto no que diz respeito a pessoal, encargos sociais e benefícios aos servidores” e que “os Institutos Federais terão como órgão executivo a reitoria, composta por 1 (um) reitor e 5 (cinco) pró-reitores”. As Pró-Reitorias estão divididas da seguinte forma: Pró-Reitoria de Ensino, Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação, Pró-Reitoria de Extensão, Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional e Pró-Reitoria de Administração.

O Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja, foi implantado em 2010. O município de São Borja possui 61.671 habitantes, fica localizado na fronteira oeste do estado do Rio Grande do Sul, fazendo divisa com Santo Tomé – Argentina. A seguir, figura da localização geográfica da cidade.

Figura 02: Localização geográfica de São Borja - RS



Fonte: <http://policiadefronteira.blogspot.com.br/2012/03/rs-20-milhoes-para-seguranca-nas.html>

A cidade é conhecida como a “Terra dos Presidentes e o Primeiro dos Sete Povos das Missões”. Sua economia está baseada na agropecuária, indústria e serviços.

A partir de agendas de consulta pública com a comunidade, buscando fortalecer os setores com grande potencial de desenvolvimento no município e na região e de acordo com a identificação regional, foi identificado como demanda de ensino dois Eixos Tecnológicos: 'Informação e Comunicação', 'Turismo, Hospitalidade e Lazer'; visando proporcionar à comunidade qualificação no setor de tecnologia e serviços. Em 2019 o Campus passou a ofertar um curso técnico no eixo de Gestão e Negócios. Atualmente o Campus oferta os seguintes cursos:

Quadro 01 - Cursos ofertados pelo IFFar - Campus São Borja

MODALIDADES DE ENSINO	CURSOS OFERTADOS
Cursos <u>Técnicos Integrados</u> ao Ensino Médio	Técnico em Informática
	Técnico em Eventos
Cursos <u>Técnicos Integrados</u> ao Ensino Médio – <u>PROEJA</u>	Técnico em Cozinha PROEJA
Cursos <u>Técnicos Subsequentes</u> ao Ensino Médio	Técnico em Cozinha
	Técnico em Logística
Cursos Superiores	Bacharelado em Sistemas de Informação
	Tecnologia em Gestão de Turismo
	Tecnologia em Gastronomia
	Licenciatura em Matemática
	Licenciatura em Física
	Curso Superior de Formação Pedagógica EAD

Fonte: elaborado pela autora a partir de dados do *site* da Instituição.

Em 2015, a Instituição passou a adotar o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, como forma de ingresso para os Cursos Superiores e Cursos Técnicos Subsequentes presenciais, proporcionando assim, que alunos de todo o país possam se candidatar e concorrer às vagas ofertadas. A forma de ingresso para os cursos integrado ao ensino médio é através de prova de

seleção interna, onde os mesmos optam por inscreverem-se em cotas de ampla concorrência ou pelas cotas de ações afirmativas² do IFFar.

O IFFar destina 60% das vagas do processo seletivo para candidatos que cursaram integralmente o ensino fundamental em escola pública. Dentro desse percentual, há ainda reservas específicas para pessoas com deficiência, autodeclaradas pretas, pardas e indígenas e conforme a renda familiar, ao total, são 8 tipos de cotas. O candidato que se inscrever por meio do sistema de cotas também concorre às vagas da ampla concorrência. Dessa forma, tem duas oportunidades de ser selecionado: primeiro, pela ampla concorrência; depois, pela reserva de vagas.

Os discentes têm à sua disposição a política de assistência estudantil para apoio e permanência onde podem usufruir de moradia estudantil – Casa do Estudante, atendimento de saúde (médico, psicóloga, nutricionista, enfermagem e dentista), alimentação gratuita e benefícios socioeconômicos para alunos em vulnerabilidade social.

Conta com quadro funcional de 60 docentes efetivos, 55 técnico-administrativos em educação efetivos, 21 terceirizados e cerca de 1100 estudantes, realiza diversas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como ênfase na formação profissional dos acadêmicos e capacitação profissional da comunidade, docentes e funcionários de escolas públicas municipais e estaduais.

2.2 Descrição do contexto de pesquisa

A amostra, ou população amostral, é definida por Vergara (2016) como uma parte do

² **Política de ações afirmativas do IFFar:**

Siglas: AC = Ampla Concorrência. PcD = Pessoa com Deficiência. PPI = Preto, Pardo e Indígena. EP = Escola Pública. $EP \leq 1,5$ = tenha cursado integralmente em Escola Pública, com Renda Familiar igual ou inferior a 1,5 salários mínimos.

$EP > 1,5$ = tenha cursado integralmente em Escola Pública, com Renda Familiar superior a 1,5 salários mínimos.

Cota 1 = tenha cursado integralmente o Ensino Fundamental em EP, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários mínimos per capita que se autodeclararam PPI e sejam pessoas com deficiência;

Cota 2 = tenha cursado integralmente o Ensino Fundamental em EP, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários mínimos per capita que se autodeclararam PPI e que não sejam pessoas com deficiência;

Cota 3 = tenha cursado integralmente o Ensino Fundamental em EP, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários mínimos per capita que não se autodeclararam PPI e que sejam PcD;

Cota 4 = tenha cursado integralmente o Ensino Fundamental em EP, com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salários mínimos per capita que não se autodeclararam PPI e não sejam pessoas com deficiência;

Cota 5 = tenha cursado integralmente o Ensino Fundamental em EP, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos per capita que se autodeclararam PPI e sejam pessoas com deficiência;

Cota 6 = tenha cursado integralmente o Ensino Fundamental em EP, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos per capita que se autodeclararam PPI e não sejam pessoas com deficiência;

Cota 7 = tenha cursado integralmente o Ensino Fundamental em EP, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos per capita que não se autodeclararam PPI e sejam PcD;

Cota 8 = tenha cursado integralmente o Ensino Fundamental em EP, com renda familiar bruta mensal superior a 1,5 salários mínimos per capita que não se autodeclararam PPI e não sejam pessoas com deficiência;

universo que é escolhida de acordo com algum parâmetro de representatividade, podendo ser de forma probabilística, aquela que se utiliza de procedimentos estatísticos, e não probabilística, sendo esta determinada a partir de critérios de acessibilidade e de tipicidade.

Os sujeitos da pesquisa foram os alunos participantes das ações de extensão realizadas nos anos de 2017 e 2018 do IFFar - Campus São Borja. No ano de 2017 foram realizadas 23 ações de extensão e em 2018 houve 18 ações, neste sentido, totalizando 41 ações.

Também teremos como sujeito de pesquisa, 05 servidores coordenadores de ações de extensão, sendo que foram selecionados um coordenador das seguintes áreas: meio ambiente, direitos humanos e justiça, tecnologia e produção, cultura e educação. Os participantes da pesquisa foram os seguintes:

Quadro 02: Sujeitos da pesquisa

Participantes da pesquisa	Técnica utilizada	Nº de envolvidos (amostra)
Alunos participantes	Questionário <i>online</i>	30
Coordenadores	Entrevista semiestruturada	05

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

2.3 Coleta e Análise de Dados

A coleta de dados deu-se por meio de dados primários e secundários, tendo como fonte de dados primários os questionários *online* e as entrevistas. As fontes de dados secundários foram os documentos e fontes bibliográficas. Os documentos foram levantados por meio de consulta aos documentos institucionais e nas respectivas literaturas e legislações existentes sobre o assunto. Os documentos analisados foram os seguintes:

Quadro 03: Documentos analisados

Documentos e legislações nacionais	Documentos Institucionais
Constituição Federal (1988)	Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2014 – 2018
Lei de Diretrizes e Base da Educação (1996)	Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI 2019 – 2026
Plano Nacional de Educação (2001)	Resolução 46/2016 - Regulamento de ações, programas, projetos de pesquisa, ensino, extensão, desenvolvimento institucional e inovação do IFFar.
Plano Nacional de Extensão (1999)	Curso de Formação em Extensão (caderno 01) – PROEX - 2018.
Política Nacional de Extensão (2012)	Resolução 47/2016 – CONSUP

Plano Nacional de Educação (2014)	IN – 001/2019 – Instrução Normativa do projeto piloto da Curricularização da Pesquisa e da Extensão.
Plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica (2007)	
Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (2008)	
Decreto 6945/2008 – Programa de Extensão Universitária (PROEX)	
Relatório de auditoria do TCU (2012)	

Elaborado pela autora (2019)

Para fins de início à coleta de dados com os alunos bolsistas e como forma de convidá-los a participar desta pesquisa, efetuei ligação telefônica e contatos via *wattsapp* para os mesmos, fornecendo maiores informações sobre esta proposta de pesquisa. Logo após, encaminhei por e-mail, link do formulário eletrônico do *google forms* com questionário de perguntas fechadas e abertas para os mesmos responderem (Anexo B). A vantagem de se usar os questionários online do *google forms* é a facilidade para encaminhamento via e-mail aos participantes da pesquisa, bem como, o monitoramento dos respondentes. Outro ponto relevante, é que o *google forms* faz a tabulação dos gráficos e das respostas abertas, automaticamente, já a partir da primeira resposta, sendo que ao final do período de pesquisa todos os dados estão tabulados.

Participaram das entrevistas semiestruturadas 05 coordenadores de projetos de extensão, sendo um de cada área de projeto. Como forma de escolher qual coordenador de projeto deveria ser entrevistado, utilizei a variável maior número de vezes que o coordenador participou e/ou atuou como colaborador em outros projetos de extensão desenvolvidos em 2017 e 2018, pois utilizando esta variável, obtive sujeitos de pesquisa com mais experiência no desenvolvimento de ações de extensão. O roteiro da entrevista está descrito no Anexo A deste trabalho.

As entrevistas foram gravadas com uso de *smartphone* e posteriormente utilizei o aplicativo *amberscript* para auxílio na transcrição.

Segundo Flick (2004), dentro dos dados verbais nos estudos qualitativos, as entrevistas semiestruturadas têm atraído bastante interesse dos pesquisadores. Tal interesse se vale à expectativa de que é mais provável que os pontos de vistas dos sujeitos entrevistados sejam expressos em uma situação de entrevista com um planejamento relativamente aberto do que em uma entrevista padronizada ou em um questionário.

A observação participante é abordada por Becker (1994), entendendo que o pesquisador

coleta dados, participando do grupo ou organização, observando as pessoas e seu comportamento em situações cotidianas. Ou seja, um dos pressupostos da observação participante é o de que a convivência do investigador com a pessoa ou grupo estudado cria condições privilegiadas para que o processo de observação seja conduzido e dê acesso a uma compreensão que de outro modo não seria alcançável. Desta forma, considerando que a pesquisa aconteceu no ambiente de trabalho da autora, tive uma facilidade maior na busca por informações, contato com os alunos participantes desta pesquisa e levantamento de dados acerca das ações de extensão no Campus.

Para garantir o anonimato dos coordenadores entrevistados atribuiu-se a cada entrevistado um código de identificação, assim definidos:

a) Os coordenadores serão representados da seguinte forma:

- Coordenador 1
- Coordenador 2
- Coordenador 3
- Coordenador 4
- Coordenador 5

b) Os alunos serão representados da seguinte forma:

Quadro 04: Identificação dos alunos

Identificação dos alunos				
Cursos		Sigla	Nº de respondentes	Derivações
Nível dos cursos	Ensino médio integrado	EMI	06	EMI1 à EMI6
	Técnicos Subsequentes	SUB	03	SUB1 à SUB3
	Cursos superiores	SUP	17	SUP1 à SUP17
	Sem matrícula ativa (egresso)	SMA	04	SMA1 à SMA4

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Para o tratamento dos dados utilizou-se a técnica de análise de conteúdo. Bardin (2009) configura a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. São fases da análise de conteúdo: 1. Pré-análise; 2. Exploração do material; 3. Tratamento dos resultados através da inferência e da interpretação. A pré-análise inicia

a partir da leitura flutuante dos dados, seguida da preparação do material e da elaboração de indicadores. Depois é realizada a exploração do material e por fim, o tratamento dos dados mediante inferência e interpretação. A seguir, temos uma explanação ilustrativa de como ocorreu o processo de construção do estudo de caso.

Figura 03 — Esquema metodológico das fases do estudo de caso.



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

A triangulação dos dados foi realizada considerando o levantamento de pesquisas bibliográficas e documental, observação participante e com a realização de entrevistas e questionários semiabertos com os alunos.

Através da pesquisa bibliográfica e documental obtive todo o referencial teórico da pesquisa, já os questionários online e entrevistas semiestructuras serviram para que fosse possível a construção de parâmetros sobre a contribuição das ações de extensão enquanto prática formativa para os alunos participantes.

A análise dos dados foi sistematizada de acordo com as diretrizes da Política Nacional de Extensão: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

Ao final da pesquisa, foi proposto como produto, um relatório de autoavaliação para estudantes participantes de ações de extensão. O referido produto encontra-se descrito no capítulo 05 desta dissertação.

3 APORTES TEÓRICOS E LEGAIS

Neste capítulo apresenta-se o estado do conhecimento da extensão, a contextualização histórica da educação profissional e tecnológica, uma análise do acesso ao ensino médio e políticas públicas educacionais e por último, os marcos teóricos e legais da trajetória da extensão.

3.1 ESTADO DO CONHECIMENTO DA EXTENSÃO

Com o propósito de verificar as publicações e discussões acerca do tema investigado, realizou-se um mapeamento de dados nos repositórios da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciências e Tecnologia (IBICT) e na base de dados *SciELO* da *Web of Science* para artigos científicos.

A pesquisa foi realizada através do acesso remoto via CAFE. Os descritores utilizados foram: “extensão universitária”, “projetos de extensão”, foi feita uma busca por assunto no qual se obteve muitas informações acerca do tema extensão universitária e suas relações com diferentes temas, tais como: relevância na carreira docente, avaliação, compromisso social das universidades, experiência para estudantes, construção do conhecimento, institucionalidade e cidadania, desafios de gestão, entre outros.

Para Romanowski e Ens (2006, p.38): “a realização destes balanços possibilita contribuir com a organização e análise na definição de um campo, uma área, além de indicar possíveis contribuições da pesquisa para com as rupturas sociais”.

Devido a abrangência e diferentes contextualizações, surgiu a necessidade de uma nova busca, por meio de um refinamento nas mesmas bases já citadas. A busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foi realizada pelo modo avançado, no mês de julho do ano de 2018, para o refinamento foram utilizados: o “título” e o espaço temporal de “2013 a 2018”, tendo como grande área de conhecimento: Ciências Humanas e área de conhecimento: Educação.

A partir dos resultados encontrados procurou-se analisar os títulos e os resumos das produções para então selecionar as pesquisas que mais se aproximavam da temática do presente estudo para uma análise mais aprofundada.

O quadro abaixo apresenta os resultados encontrados:

Quadro 05 - Resultados encontrados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - IBICT.

Resultados				Selecionados de acordo com a temática
Descritores	Total	Teses	Dissertações	
Extensão universitária	42	07	35	03
Projetos de Extensão	20	02	18	01

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No levantamento de dados foram encontrados um total de 62 trabalhos, sendo 42 produções relacionadas ao descritor 'extensão universitária'. Utilizando o descritor 'projetos de extensão', foram elencadas 20 produções.

A escolha foi baseada na abordagem do tema, no problema de pesquisa e nos resultados anunciados. Foram selecionadas 04 pesquisas, que constam, na sua maioria, como palavras-chave: responsabilidade social universitária, gestão universitária, papel social da universidade, extensão, formação acadêmica, porém poucas são voltadas às contribuições/relevância para a formação acadêmica e profissional dos estudantes.

Quadro 06: Títulos e autores das teses e dissertações selecionadas

Autor/ano	Título	Descritores	Universidade
Cunha (2013)	A experiência como prática formativa de estudantes na Extensão Universitária.	Extensão universitária	Universidade Federal de Viçosa
Souza (2016)	A contribuição dos projetos de extensão de cunho social para a formação cidadã do aluno do Instituto Federal de Santa Catarina a luz da responsabilidade social universitária.	Projetos de Extensão	Instituto Federal de Santa Catarina
Almeida (2015)	Extensão Universitária na UFBA: ACC e formação do estudante	Extensão universitária	Universidade Federal da Bahia
Souza (2014)	Extensão universitária em campo: possibilidades para a formação dos estudantes.	Extensão universitária	Universidade Federal da Bahia

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Na dissertação de Cunha (2013), a pesquisa teve como objetivo geral qualificar a dimensão da experiência construída por estudantes universitários envolvidos em atividades de

extensão, compreendendo como elas incidem na trajetória de formação dos estudantes. Como metodologia foi utilizado entrevistas, na perspectiva de grupo focal, sendo realizado 04 encontros com diferentes grupos de estudantes.

Os resultados desta pesquisa permitiram qualificar as experiências dos estudantes na perspectiva histórica das práticas de extensão, bem como, os significados e sentidos das experiências em extensão universitária na construção do conhecimento acadêmico sendo que, a mesma aparece como uma das possibilidades de espaços para outros tantos conhecimentos que se anunciam como novos paradigmas.

Na pesquisa de Souza (2016), o estudo se propôs a descrever os projetos de cunho social cadastrados na extensão da instituição no ano de 2014; avaliar a formação do aluno participante nos projetos sociais existentes nos campus na perspectiva dos coordenadores e alunos envolvidos; e, propor melhorias para a gestão dos projetos de extensão na instituição sob o enfoque da responsabilidade social universitária. A coleta de dados se deu por meio de entrevista semiestruturada com os coordenadores e com os alunos envolvidos nos projetos sociais da instituição.

Neste sentido, o estudo constatou que os projetos de extensão proporcionaram o reforço de competências e experiências profissionais por parte dos alunos. Também verificou-se o fortalecimento de uma atuação ética frente a situações da sociedade, respeito à diversidade de todos os tipos, conscientização da importância da interação dialógica, assim como da criatividade e inovação nas atividades propostas pelos projetos. Além disso, foram propostas algumas contribuições para o fortalecimento da Extensão com relação a esses projetos, os quais desempenham papel no cumprimento da missão institucional, na medida em que proporcionam uma formação cidadã ao aluno e atendem às demandas da sociedade.

Ainda, outro ponto interessante apontado pela autora, é sugestão de avaliar qualitativamente a formação cidadã dos alunos que participam de projetos de extensão de cunho social, podendo ser ampliada a avaliação de acordo com a necessidade de cada projeto, respeitando as especificidades de cada um deles. É interessante perceber que a formação do aluno como cidadão é pontuada em muitos discursos e documentos da instituição, porém é algo muito pouco tratado de fato.

Na dissertação de Almeida (2015) o estudo buscou caracterizar as Atividades Curriculares em Comunidade (ACCs) da Universidade Federal da Bahia (UFBA) que aconteceram nos anos de 2010 à 2012, bem como, identificar os possíveis impactos destas atividades, na formação dos alunos da UFBA.

Para isso realizou-se uma pesquisa de campo do tipo exploratória, com a aplicação de questionários semiestruturados a um grupo de 131 alunos e também entrevistas narrativas com 40 coordenadores de projetos e 38 integrantes das comunidades envolvidas. Os resultados apontam que as ACCs constituem uma prática acadêmica com potencial para contribuir na formação do aluno da UFBA, principalmente no que tange a formação cidadã, porém, é fundamental discutir os conceitos, as práticas e as dificuldades enfrentadas no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das ACCs na UFBA, de modo a estimular a ampliação dessas atividades na universidade para que possam atingir plenamente seus propósitos.

De acordo com Santos (1994), numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assenta em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as atividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das atividades de investigação e de ensino.

Segundo Castro (2004), são poucos os trabalhos que investigam a prática das ações de Extensão Universitária no cotidiano, bem como seu desenvolvimento, perfil, tipos de ação, dentre outras. A maioria dos trabalhos enfoca a construção histórica da Extensão, abrangendo seus aspectos legais e sua inserção na universidade como terceira função, sendo que pouco se pesquisou sobre seu cotidiano e sua influência no processo da formação discente, constituindo aí uma lacuna quanto aos estudos referentes à temática. Por sua vez, no Plano Nacional de Extensão de 1999, muito pouco se fala do papel dos estudantes em atividades de Extensão Universitária e em nenhum momento trata desta enquanto processo de formação desses estudantes.

Na base de dados Scielo (Web of science), também foram utilizados os descritores “extensão universitária” e “projetos de extensão”, tendo como período de análise os anos de 2013 à 2018. A maioria dos artigos relacionavam-se à diferentes temáticas, que não eram objeto do presente estudo, neste sentido, foram selecionados apenas 02 artigos, que logo a seguir encontram-se discriminados no quadro abaixo.

Quadro 07: Resultados encontrados na base de dados Scielo

Descritores	Total	Artigos selecionados
“Extensão universitária”	32	01
“Projetos de Extensão”	13	01

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

Quadro 08: Artigos selecionados na base de dados SciELO (Web of Science)

Autor/ano	Título	Descritores	Universidade
Incrocci, Lígia Maria de Mendonça Chaves; Andrade, Thales Haddad Novaes de. (2018)	O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC	Projetos de extensão	Universidade Federal de São Carlos (SP).
Cristina Berger Fadel; Danielle Bordin; Eunice Kuhn; Luciana Dorochenko Martins. (2013)	O impacto da extensão universitária sobre a formação acadêmica em Odontologia	Extensão universitária	Universidade Federal de Ponta Grossa

Fonte: Elaborado pela autora (2018).

No tocante à relevância da extensão para a formação acadêmica dos estudantes, para Selli et al. (2008), quando um indivíduo se propõe a desenvolver atividades coletivas, ele é beneficiado pelo: aprendizado, superação de si mesmo, redimensionamento do cotidiano, encontro com a própria humanidade, despertar da sensibilidade humana, possibilidade de aplicar os conhecimentos adquiridos durante a graduação, e criação de vínculos com a comunidade. Ainda, relaciona-se a sensação da realização pessoal e da satisfação íntima pelo prazer e alegria em servir (Selli et al., 2008; Drury, Reicher, 2005; Reis, 2001).

Corroborando com este entendimento, Reis (2001) relata ser comum o engajamento de estudantes em atividades voluntárias, não apenas para exercitar a caridade, mas como uma forma de cidadania e reconhecimento da importância da sociedade ao longo de sua vida acadêmica.

De acordo com Hallack e Silva (2005), qualquer que seja o trabalho numa organização, instituição, ele, no mínimo, proporcionará ao sujeito um bem precioso: a possibilidade de identificação social e cultural através da incorporação de valores. Os extensionistas, em seus discursos, traduzem os trabalhos por eles desenvolvidos em sentimentos que tangem a necessidade de identificação, idealização, valorização e reconhecimento pessoal. O respeito e a confiança estabelecidos entre professor-aluno e aluno-instituição, o orgulho de fazer algo importante para si e para a sociedade, e o prazer em enfrentar e vencer desafios, também são positivamente destacados.

Para Incrocci e Andrade (2018), a regulamentação da extensão via Forproex e ProExt/MEC - prioritariamente, mas também por meio de editais específicos dentro das próprias universidades - possibilitou a esta consolidar-se, adquirir reconhecimento e,

consequentemente, ampliar seu espaço no interior das IES. Os investimentos em atividades extensionistas cresceram consideravelmente em comparação com outros, no âmbito universitário, desde 2008.

Os referidos autores ainda salientam que houve “aumento de quase 19 vezes no financiamento e de 36 vezes no número de projetos submetidos, demonstra que os pesquisadores das IES têm direcionado seus esforços ao desenvolvimento de projetos de extensão ao observarem que a extensão tem trazido resultados válidos ao acúmulo de capital. Afinal, quanto mais recursos esses captam para suas universidades por meio de financiamento, maior o seu reconhecimento no domínio do campo científico” (INCROCCI e ANDRADE, 2018).

O presente mapeamento nos repositórios foi extremamente relevante uma vez que foi possível constatar que embora a Constituição Federal de 1988 e a LDB/96 tenham legitimado a prática da extensão universitária, pouco tem se discutido sobre a importância destas ações para a formação dos discentes. Verificou-se que a maior incidência das produções acadêmicas se refere há: responsabilidade social da universidade na perspectiva da extensão universitária e relevância destas ações para a comunidade.

Nas irrisórias produções científicas acerca da temática da relevância das ações de extensão enquanto prática formativa dos estudantes, verificou-se que a experiência proporcionada no campo da prática das ações extensão é um importante agente para a construção do conhecimento individual e coletivo, acadêmico e cidadão dos envolvidos.

3.2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Há mais de cem anos, o Decreto n. 7.566/1909 de Nilo Peçanha, criou a atual Rede de Educação Profissional e Tecnológica com a transformação dos Liceus de Artes e Ofícios em Escolas de Aprendizes Artífices e a construção de novas escolas. Em todo esse período rupturas, tensões e continuidades aconteceram no contexto da educação profissional. Leis, Decretos, mudanças de governos, planos e projetos de desenvolvimento foram alguns dos motivos que permearam avanços e retrocessos na política, economia, sociedade, educação e no desenvolvimento industrial. Para muitos, o modelo de ensino técnico-profissional foi se consolidando ao longo do tempo, para outros os contextos políticos, econômicos e sociais, especialmente por conta da política de desenvolvimento industrial e abertura do comércio

internacional, só reproduziram a histórica dualidade em volta da educação e que representa a dominação do capitalismo (STUNPF, 2016).

As escolas de aprendizes artífices surgiram da preocupação com o aumento significativo dos filhos da classe proletariado. Estas escolas ofertavam o ensino profissional primário e gratuito, com o objetivo de que eles adquirissem o hábito do trabalho, e, com isso, os afastassem da ociosidade, do vício e da criminalidade.

Nas Escolas de Aprendizes Artífices, custeadas pela União, se procurará formar operarios e contra-mestres, ministrando-se o ensino pratico e os conhecimentos technicos necessarios aos menores que pretendem aprender um officio, havendo para isso até o numero de cinco officinas de trabalho manual ou mecanico que forem mais convenientes e necessarias no Estado em que funccionar a escola, consultadas, quanto possivel, as especialidades das industrias locais (BRASIL, 1909, art. 2º).

Mas foi com o início da industrialização na década de 1930, que as escolas foram institucionalizadas, pois foram deixando de lado o caráter assistencialista para atender às necessidades de recursos humanos no processo de produção. Com isso, dá-se início a um processo de expansão no ensino profissional. Porém, esse período também foi marcado por conflitos devido a Reforma Francisco Campos, pois não permitia que os estudantes de educação profissional ingressassem no Ensino Superior (MANFREDI, 2002).

A rede de escolas criadas por Nilo Peçanha transformou-se no que se chamaria de “rede federal, que culminou nas escolas Técnicas, e posteriormente, nos CEFETs” (MANFREDI, 2002, p. 80).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira - LDB, nº. 5.692, de 11 de agosto de 1971, torna, de maneira compulsória, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau. Um novo paradigma se estabelece: formar técnicos sob o regime da urgência. Nesse tempo, as Escolas Técnicas Federais aumentam expressivamente o número de matrículas e implantam novos cursos técnicos.

§ 1º Observadas as normas de cada sistema de ensino, o currículo pleno terá uma parte de educação geral e outra de formação especial, sendo organizado de modo que: a) no ensino de primeiro grau, a parte de educação geral seja exclusiva nas séries iniciais e predominantes nas finais; b) no ensino de segundo grau, predomine a parte de formação especial.

§ 2º A parte de formação especial de currículo: a) Terá o objetivo de sondagem de aptidões e iniciação para o trabalho, no ensino de 1º grau, e de habilitação profissional, no ensino de 2º grau. B) Será fixada, quando se destina a iniciação e habilitação profissional, em consonância com as necessidades do mercado de trabalho local ou regional, à vista de levantamentos periodicamente renovados (art. 15, lei 5692, de 11/08/71).

A Lei nº 7.044/82 revogou a compulsoriedade profissionalizante do ensino de 2º grau, retomando a ênfase à formação geral, propedêutica, sendo que a formação profissional de nível médio volta a ser destinada as classes menos favorecidas (teoricamente, pois não havia deixado de ser).

O processo de transformação das Escolas Técnicas Federais, sendo essas do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais, em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) aconteceu em 1978, cuja intenção era formar engenheiros e tecnólogos. Em 1990, o governo Fernando Henrique Cardoso – FHC, estabelece a continuidade e expansão das políticas de ajuste do Brasil às exigências do processo de globalização da economia iniciado por Collor, priorizando o ensino fundamental em detrimento de outros níveis de ensino. É nesse período que ocorre um desmantelamento dessa educação, muito mais em prol da privatização da educação superior, através de um processo de mercantilização da educação superior (CUNHA, 2003).

Em 1978, com a Lei nº 6.545, três Escolas Técnicas Federais (Paraná, Minas Gerais e Rio de Janeiro) são transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Esta mudança confere àquelas instituições mais uma atribuição, formar engenheiros de operação e tecnólogos, processo esse que se estende às outras instituições bem mais tarde. Em 1994 a Lei nº 8.948, de 8 de dezembro dispõe sobre a instituição do Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando, gradativamente, as Escolas Técnicas Federais e as Escolas Agrotécnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica – CEFETs (BRASIL, 2008a, p. 5).

Em 20 de novembro de 1996 foi sancionada a Lei 9.394 considerada como a segunda LDB, que dispõe sobre a Educação Profissional num capítulo separado da Educação Básica, superando enfoques de assistencialismo e de preconceito social contido nas primeiras legislações de educação profissional do país, fazendo uma intervenção social crítica e qualificada para tornar-se um mecanismo para favorecer a inclusão social e democratização dos bens sociais de uma sociedade. Além disso, define o sistema de certificação profissional que permite o reconhecimento das competências adquiridas fora do sistema escolar.

Como inovação, a LDB consagra o capítulo III, art. 39 ao art. 42, totalmente voltado para a Educação Profissional.

Art. 39. A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia. § 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino. § 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

- I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
 - II - de educação profissional técnica de nível médio;
 - III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação; § 3º Os cursos de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação organizar-se-ão, no que concerne a objetivos, características e duração, de acordo com as diretrizes curriculares nacionais estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação.
- Art. 40. A educação profissional será desenvolvida em articulação com o ensino regular ou por diferentes estratégias de educação continuada, em instituições especializadas ou no ambiente de trabalho.
- Art. 41. O conhecimento adquirido na educação profissional e tecnológica, inclusive no trabalho, poderá ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação para prosseguimento ou conclusão de estudos.
- Art. 42. As instituições de educação profissional e tecnológica, além dos seus cursos regulares, oferecerão cursos especiais, abertos à comunidade, condicionada a matrícula à capacidade de aproveitamento e não necessariamente ao nível de escolaridade (LDB, 1996).

Para Pacheco (2010, p.15) a EPT é concebida como uma ação de estratégia política e de transformação social que contribui para o desenvolvimento econômico e tecnológico nacional, assim como elemento para fortalecer o processo de inserção cidadã de milhões de brasileiros. Esse processo de expansão da EPT é bastante relevante por referendar profundas mudanças na atuação das instituições que compõem a Rede Federal de EPT, sendo que estas precisam se estruturar para garantir o cumprimento de sua função social através da interiorização e oferecer um ambiente educacional de qualidade e que contemple à plena formação do estudante.

Em 29 de dezembro de 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a Lei nº 11.892/08, que criou 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. A mencionada lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação, constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFs; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais (MEC, 2012; BRASIL, 2008).

O REUNI foi instituído por meio do Decreto nº 6.096 de 2007. O programa tem por objetivo promover a ampliação do acesso e da permanência na educação superior pública do país. O Plano de Expansão da RFEPT passou por três etapas: Fase 1 (2005-2007), Fase 2 (2007-2010) e a Fase 3 (2011-2014).

Na primeira fase, foi anunciada a construção de 64 Campi dos IFs. O governo federal tinha como propósito, implantar Escolas Federais de Formação Profissional e Tecnológica nos estados ainda desprovidos destas instituições, além de outras unidades, de preferência, em

periferias de grandes centros urbanos e em municípios interioranos, distantes das capitais e dos centros urbanos mais ricos (BRASIL, 2007).

De acordo com as diretrizes do Plano de Expansão, a opção pelo atendimento preferencial das Unidades da Federação que até então não contavam com IFs, além das regiões mais interioranas do país e das periferias dos grandes centros urbanos, garantiu que a atuação do poder público estivesse focada exatamente nos espaços não contemplados pelo modelo anterior de desenvolvimento, cujos efeitos estiveram quase sempre restritos às regiões mais desenvolvidas economicamente.

A segunda fase da expansão da RFEPT teve como slogan “Uma escola técnica em cada cidade-polo do país”. Nessa fase, previa-se a instalação de 150 novas unidades de ensino que, somadas às 64 da fase anterior, atingiriam o total de 214, anunciado pelo presidente Lula. Conforme dados da SETEC, a definição das cidades-polo ocorreu com base nos seguintes critérios: distribuição territorial equilibrada das novas unidades; cobertura do maior número possível de mesorregiões; sintonia com os Arranjos Produtivos Locais; aproveitamento de infraestruturas físicas existentes; identificação de potenciais parcerias. No lançamento da Fase 2, contabilizava-se um total de 214 novas unidades de ensino até 2010, que, somadas às 140 Escolas Técnicas pré-existentes, atingiriam o número de 354 (BRASIL, [200-]).

Dando continuidade à expansão da RFEPT, iniciada pelo governo Lula, a presidenta Dilma Rousseff anunciou a terceira fase da expansão, em agosto de 2011. Segundo o relatório de gestão da SETEC, referente ao ano de 2010, projetou-se para o seu primeiro ano, 2011, a implantação de 86 novos Campi de IFs, dos quais 46 eram remanescentes da Fase 2. A sua totalidade compreende ainda a implantação de 60 novas unidades de ensino a cada ano, durante a vigência do próximo Plano Nacional de Educação (2011 a 2020), o que levaria a Rede Federal à configuração de 1000 unidades até o final da atual década (BRASIL, 2011).

A Fase 3 teve o objetivo de ampliar a presença dos IFs em todas as partes do território nacional, assegurando que cada uma das 558 microrregiões brasileiras possam contar com pelo menos um campus de IF. A proposta era atender, de forma qualitativa, as principais demandas relacionadas à formação profissional, como também possibilitar uma interiorização sem precedentes da oferta de ensino superior público, além de potencializar a oferta de ensino médio em cada estado brasileiro (BRASIL, 2011).

Com este processo de expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, a educação profissional ressurgiu como uma política pública de interiorização para o desenvolvimento do país, visando proporcionar a inclusão de jovens, adultos e de

trabalhadores no mercado de trabalho, ampliando as oportunidades de ensino e qualificação dos mesmos.

De acordo com a lei de sua criação (Lei nº 11.892/2008), os Institutos Federais são Instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. Equiparados às universidades, os institutos são instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais, além de detentores de autonomia universitária. Surgiram com o propósito de fomentar o desenvolvimento local e regional, tendo como principais finalidades os itens elencados pelo art. 6º, desta mesma lei.

Art. 6º. Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (BRASIL, 2008).

Possuindo natureza jurídica de autarquia, os IFs possuem autonomia para emissão de diplomas, criação e extinção de cursos e, equiparados às universidades federais, respondem aos mesmos mecanismos de regulação, avaliação e supervisão voltados às IES. De acordo com Tavares (2012, p.9), estas instituições passam a concorrer com as universidades federais na oferta de Ensino Superior público e gratuito. O diferencial em relação às universidades, segundo a SETEC, é a priorização da oferta de cursos superiores de licenciatura (formação de

professores) e cursos de bacharelado e de tecnologia em áreas consideradas estratégicas, do ponto de vista econômico.

Os Institutos nascem, assim, pelo menos no seu formato jurídico-institucional, procurando distinguir-se da universidade clássica (embora nele se inspirem), assumindo uma forma híbrida entre Universidade e Cefet e representando, por isso mesmo, uma desafiadora novidade para a educação brasileira. São instituições de educação superior, mas também de Educação básica, e, principalmente, profissional, pluricurriculares e multicampi; terão na formação profissional, nas práticas científicas e tecnológicas e na inserção territorial os principais aspectos definidores de sua existência (PACHECO; PEREIRA; DOMINGOS SOBRINHO, 2010, p. 79).

A lei nº 11.892/2008 determina, obrigatoriamente, dentre outros parâmetros, os seguintes percentuais em sua organização, conforme os artigos 7º e 8º:

- O mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;
- O mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para ministrar cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional.

Já a modalidade PROEJA consiste em um programa que se volta para a oferta pública de ensino médio integrado à educação profissional para estudantes da Educação de Jovens e Adultos. O documento base que apresenta esse programa parte da análise do quadro de exclusão educacional e social presente no Brasil, em especial entre adultos e jovens que abandonam o ensino fundamental e médio e que se encontram em distorção idade-série. Entende-se que as políticas públicas para a educação de jovens e adultos mostram-se equivocadas e restritas, porque limitam-se ao problema do analfabetismo, sem integração com a educação básica, “nem com a formação para o trabalho, nem com as especificidades setoriais, traduzidas pelas questões de gênero, raça, espaciais (campo – cidade), geracionais, etc. (BRASIL, 2007b, p.18).

A proposta dos Institutos é unir o ensino básico ao profissional com qualidade, firmando um currículo verticalizado baseado no conhecimento tecnológico, científico, humanístico e social agregado às aptidões relacionadas ao trabalho. Em suas diretrizes verificamos que o ensino médio integrado ao ensino profissional é mecanismo importante para conceber um novo perfil para o ensino médio (MEC, 2008).

De acordo com Soares (2004, p. 228), o investimento tecnológico na educação faz parte da convicção de que a educação é um componente substancial de qualquer política de

desenvolvimento, como bem em si e como instrumentalização da cidadania, pois a aproximação entre educação e modernidade tecnológica torna viável colocar em curso os desafios da modernidade.

O acesso à educação no Brasil e o tipo de educação obtido está relacionado com a origem socioeconômica dos indivíduos, pois os da classe média alta e alta tem acesso a uma educação mais “refinada”, baseada nas ciências e nas artes, de caráter privado e alto custo mensal; inacessível, pois, aos filhos da classe trabalhadora. Critica o tipo de oferta educacional no ensino médio que não tem se organizado na perspectiva de uma formação integral, destinada a superar a dualidade entre cultura geral e cultura técnica – traço presente na educação brasileira que é fruto da separação entre a educação que se oferece aos filhos da elite e aquela proporcionada aos filhos dos trabalhadores. (BRASIL, MEC/SETEC, 2007b, p. 25-26).

Com a finalidade de fomentar o desenvolvimento socioeconômico local e regional, ampliar o acesso à uma educação de qualidade, os Institutos Federais contribuem com a redução das desigualdades sociais e regionais, especialmente, em cidades localizadas geograficamente distantes dos grandes centros universitários. No entanto, a universalização do acesso ao ensino médio ainda é uma utopia não alcançada, conforme discussão no capítulo seguinte.

3.3 O ACESSO AO ENSINO MÉDIO E POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

Os princípios orientadores da educação nacional brasileira estão estabelecidos na Constituição Federal (Art. 206) e são retomados e ampliados pela LDB (Art. 3º, Inc. I a XIII), a seguir descritos, onde estão elencadas as bases sobre as quais se organizam a estrutura e o funcionamento do sistema educacional.

Neste processo, para que prevaleça a democracia, é imprescindível que os direitos humanos sejam, além de reconhecidos, protegidos:

Não existe atualmente nenhuma carta de direitos, para darmos um exemplo convincente, que não reconheça o direito à instrução — crescente, de resto, de sociedade para sociedade —, primeiro elementar, depois secundária, e pouco a pouco até mesmo universitária. Não me consta que, nas mais conhecidas descrições do estado de natureza, esse direito fosse mencionado. A verdade é que esse direito não fora posto no estado de natureza porque não emergira da sociedade da época em que nasceram as doutrinas jusnaturalistas, quando as exigências fundamentais que partiam daquelas sociedades para chegarem aos poderosos da Terra eram principalmente exigências de liberdade em face das Igrejas e dos Estados, e não ainda de outros bens, como o da instrução, que somente uma sociedade mais evoluída econômica e socialmente poderia expressar (BOBBIO, 1992, p. 75).

A LDB de 1996 propõe a educação básica como concepção que assegura a integração entre as diferentes etapas e modalidades de ensino, de modo a propiciar a todo e qualquer cidadão, respeitando a diversidade, a formação considerada como o mínimo necessário à participação na vida social e produtiva. Suas finalidades estão definidas no artigo 22: “A educação básica tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores”.

Neste sentido Kuenzer (2010), salienta que no âmbito das concepções e políticas educacionais, há que considerar que a concepção de educação básica trazida pela nova LDB 9394/96 representa uma significativa mudança em relação às legislações anteriores, no sentido da democratização da oferta de educação pública de qualidade para toda a população, mas em particular para aqueles que só têm na escola pública o espaço de acesso ao conhecimento e à aprendizagem do trabalho intelectual.

Para Frigotto (2007), diferentes elementos históricos podem sustentar que, definitivamente, a educação escolar básica (fundamental e média), pública, laica, universal, unitária e tecnológica, nunca se colocou como necessidade e sim como algo a conter para a classe dominante brasileira. Mais que isso, nunca se colocou, de fato, até mesmo uma escolaridade e formação técnico-profissional para a maioria dos trabalhadores, a fim de prepará-los para o trabalho complexo que é o que agrega valor e efetiva competição intercapitalista.

O Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, busca articular nacionalmente os sistemas de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e suas respectivas estratégias de implementação, de forma a assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades, por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas.

No que diz respeito ao ensino médio, o PNE expõem: a sua universalização com qualidade social, por meio de ações que visem à inclusão de todos no processo educativo, com garantia de acesso, permanência e conclusão de estudos com bom desempenho; respeito e atendimento à diversidade socioeconômica cultural, de gênero, étnica, racial e de acessibilidade, promovendo igualdade de direitos; e o desenvolvimento da gestão democrática (CONAE 2010, p. 63).

No entanto, apesar da legislação trazer algumas garantias, na prática ainda há muitas barreiras a serem vencidas. Apesar do incomensurável volume de recursos investidos em políticas de expansão e aprimoramento da Educação Básica, ainda temos sérios déficits de

atendimento neste nível de ensino, em particular na Educação Infantil e no Ensino Médio. Boa parte da infraestrutura da rede escolar é precária. A malha de atendimento é mal distribuída, representando pesado ônus para o Poder Público em custos de transporte escolar. Ainda temos escolas de uma só sala de aula, sem serviços básicos como água e, até mesmo, banheiros. Raras são as bibliotecas escolares que escapam à sanha de mais parecerem depósitos de livros. Se muitas escolas passam ao largo das tecnologias, noutras há computadores parados ou mesmo encaixotados por falta de recursos para sua manutenção e/ou instalação. Livros e materiais pedagógicos existem, mas nem sempre em quantidade e qualidade adequadas e, em muitos casos, com baixo uso por professores e alunos (VIEIRA, 2009, p. 63).

Como contrapartida para suprir/amenizar estas dificuldades o governo federal auxilia os estados, municípios e escolas por meio de programas, com recursos específicos, para fins de aprimoramento e garantia de atendimentos básicos aos alunos, tais como: Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE); Programa Nacional do Livro Didático (PNLD); Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM); Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE); Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) etc.

Conforme salienta Vieira (2009), cabe observar que a “receita resultante de impostos” pode financiar todos os níveis e modalidades de educação escolar, aí incluindo a Educação Básica (Educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) e a Educação Superior. A Constituição, todavia, define áreas prioritárias de atuação para as três esferas do Poder Público. Aos municípios cabe atuar prioritariamente no Ensino Fundamental e na Educação Infantil, sendo admitida a oferta de outros níveis de ensino apenas quando a responsabilidade municipal estiver plenamente cumprida (CF, Art. 212). Os estados devem atuar no ensino fundamental e médio, cabendo à União o exercício de uma “função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais” (LDB, Art. 8º e 75), bem como as responsabilidades pelo “sistema federal de ensino”, caracterizado pelas instituições federais de ensino superior (Ifes) e pelas escolas técnicas federais (LDB, Art. 9º, II).

A Constituição Federal de 1988 consolidou significativas inovações para a vida municipal, de forma que o município passou a se constituir em um dos entes da federação, dotado de autonomia política, expressa na capacidade de poder elaborar sua Lei Orgânica, fugindo da tutela dos estados, que até então eram considerados como únicos componentes da federação. O município como ente federativo tem a responsabilidade de ordenar o seu desenvolvimento social e garantir o bem-estar de seus habitantes, executando políticas públicas que visem à consolidação democrática do Estado. Dessa forma, o aperfeiçoamento da máquina

administrativa, a redefinição de obrigações e encargos, bem como o estabelecimento de políticas públicas específicas passaram a ser preocupação constante do gestor público municipal (OLIVEIRA, 2015).

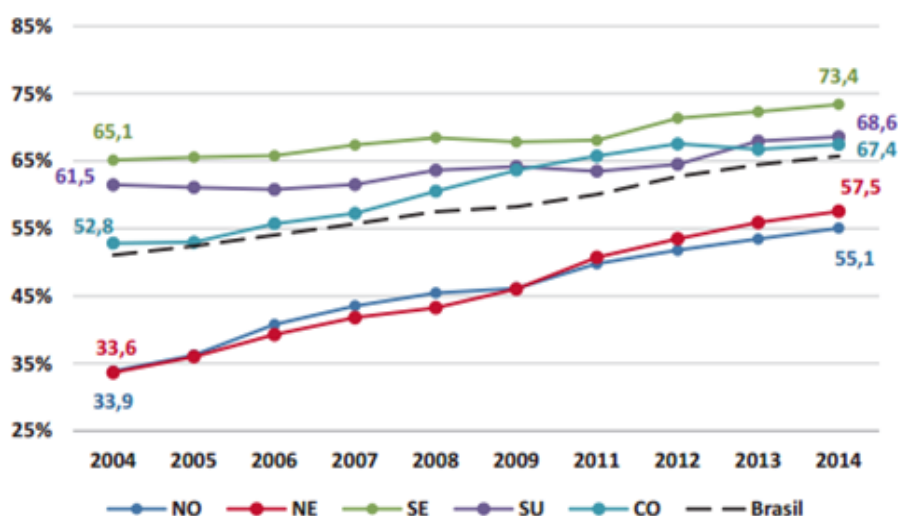
Nesse sentido os gestores públicos municipais têm (ou deveriam ter) uma responsabilidade muito grande em planejar, elaborar e implementar políticas públicas sérias, que atendam efetivamente os interesses da sociedade e não apenas uma parcela restrita da população.

Para Hofling (2001), pensando em política educacional, ações pontuais voltadas para maior eficiência e eficácia do processo de aprendizagem, da gestão escolar e da aplicação de recursos são insuficientes para caracterizar uma alteração da função política deste setor. Enquanto não se ampliar efetivamente a participação dos envolvidos nas esferas de decisão, de planejamento e de execução da política educacional, estaremos alcançando índices positivos quanto à avaliação dos resultados de programas da política educacional, mas não quanto à avaliação política da educação.

Neste sentido, a “pressa” nas decisões de políticas públicas compromete esse processo democrático – sempre mais lento – de consulta aos envolvidos. Não se trata de defender um “basismo” inercial, em que a consulta à população signifique um atrofiamento permanente de qualquer decisão rápida da gestão pública, mas de se admitir que a euforia pelos planejamentos de políticas públicas “baixados por decretos” é inócua, pois ineficaz, uma vez que em pouco tempo esses planos caem no esquecimento (ARELARO, 2007).

De acordo com o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento de metas do PNE – biênio 2014 – 2016, quanto à Meta 3, fica evidente a existência de diferenças consistentes no acesso ao ensino médio entre as grandes regiões brasileiras (Gráfico 1). É verdade que, entre 2004 e 2014, houve um achatamento dessas diferenças. Em 2004, no Sudeste, 65,1% dos jovens de 15 a 17 anos frequentavam ou já tinham integralizado o EM, enquanto o Nordeste e o Norte registravam valores inferiores a 34%, distância superior a 30 p.p.. A série mostra que a diferença caiu em 2014, sobretudo em função do crescimento do percentual no norte e nordeste, no entanto, ainda persistia uma desigualdade considerável. Para ressaltar essa problemática, assinala-se que no ano de 2014 nenhuma região tinha alcançado valor semelhante ao que havia sido registrado para o Sudeste no ano 2004. Cabe frisar que, entre 2012 e 2014, ocorreu uma oscilação negativa no Centro-Oeste, aproximando-o da região Sul. No mesmo período, observa-se a tendência de ampliação da distância entre as regiões Norte e Nordeste.

Gráfico 01 - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequentava o ensino médio ou possuía educação básica completa, por grande região – Brasil (2004 a 2014).



Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base em dados da Pnad/IBGE

O Brasil é um dos países mais populosos do mundo e o mais populoso da América Latina, contando com 202.949.351 habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A diferença entre ricos e pobres não afeta apenas a pirâmide populacional. A diferença de arrecadação entre estados e entre regiões resulta em um cenário geograficamente desigual, com grande concentração da riqueza no Sudeste e Sul do país e áreas mais pobres nas demais regiões (OLIVEIRA, 2015).

Essa correlação fica claramente evidenciada no gráfico acima, onde as regiões norte e nordeste, às quais possuem baixos índices de arrecadação e enfrentam graves problemas de desigualdades sociais, apresentam os menores índices de escolarização, entre 15 à 17 anos na educação básica, estes percentuais nos mostram o quanto nossas políticas públicas ainda são deficientes.

No Governo Temer (2016-2018), o currículo do ensino médio brasileiro sofreu reformulações educacionais, tendo sido elaboradas inicialmente por meio de Medida Provisória (746/2016). A Medida provisória 746/2016 trouxe uma separação no currículo dividindo-o em dois momentos: um, destinado à formação básica comum, e outro, dividido em cinco itinerários formativos (Linguagens, Matemática, Ciências da Natureza, Ciências Humanas e Formação Técnica e Profissional), dos quais cada estudante poderá escolher a área que deseja aprofundar os seus estudos.

A principal crítica a essa formulação diz respeito ao enfraquecimento do sentido do ensino médio como “educação básica”, consagrado na LDB de 1996 e que pressuporia uma formação comum. Além da retirada da obrigatoriedade da Filosofia e da Sociologia, os conhecimentos em Artes e Educação Física, assegurados nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (SILVA, 2018).

Nas audiências públicas realizadas entre outubro de 2016 e fevereiro de 2017 as justificativas de urgência e do que estava sendo proposto foram apresentadas por integrantes do governo a partir das seguintes ordens de argumentos: “O IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) do ensino médio está estagnado”; “é urgente e necessário melhorar o desempenho dos estudantes brasileiros no PISA (Programa Internacional de Avaliação de Estudantes)”; apenas 10% da matrícula do ensino médio é em educação profissional, muito aquém dos países desenvolvidos”; apenas 16% dos concluintes do ensino médio ingressam na educação superior, portanto, é necessário profissionalizar antes; e, a reiterada argumentação de que “o Brasil é o único país do mundo com uma mesma trajetória formativa e sobrecarregada por 13 disciplinas”. (FERRETI e SILVA, 2017).

Valendo-se do argumento de que as altas taxas de evasão e de repetência registradas no ensino médio brasileiro estavam vinculadas a um modelo de currículo pouco atraente para os jovens, o Ministério da Educação (MEC), contando com o apoio das diversas mídias, colocou em circulação um conjunto discursivo endereçado à sociedade em geral, mas, muito especialmente, à juventude, a qual foi mobilizada pela apologia do jovem com poder de decisão, cabendo a ela, e não mais aos currículos, traçar seus percursos acadêmico-profissionais de acordo com suas vocações e aptidões. Para isso, a reforma secundarista propôs agrupar disciplinas em percursos diferentes a serem escolhidos pelos estudantes após terem cursado uma suposta base comum (BRITO, 2018).

É possível falar em um “currículo nacional” sem recair na ideia de uma determinação que desconsidera a realidade que insiste em ser não linear e desigual? Diante de todos os cuidados em se tomar a diferença como elemento central nas proposições sobre currículo, respeitando a multiplicidade de formas de se viver a infância e a juventude, a proposta de Base Nacional Comum Curricular vai justamente em sentido oposto ao entendimento de que enfrentar as desigualdades passa por respeitar e atentar para a diferença e diversidade de todos os tipos, desde a condição social até as diferenças étnico-raciais, de gênero, sexo etc. A padronização é contrária ao exercício da liberdade e da autonomia, seja das escolas, seja dos educadores, seja dos estudantes em definirem juntos o projeto formativo que alicerça a proposta curricular da escola. Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais exaradas pelo Conselho Nacional de Educação, dado seu caráter norteador e menos prescritivo, já não seriam suficientemente definidoras e capazes de respeitar as diferenças regionais, culturais etc.? (SILVA, 2015).

A reformulação curricular não foi amplamente discutida com os agentes interessados na questão, como o corpo docente e gestores das Instituições escolares. Outro dilema, que foi fortemente criticado é a permissão trazida pela referida MP, para a contratação de professores do ensino médio e profissionalizante sem diploma na disciplina em que irá ministrar aulas.

Outro impacto negativo da possibilidade de flexibilização das disciplinas é o receio de que aumente ainda mais as diferenças na qualidade do ensino ofertado entre as Instituições, devido às limitações da realidade financeiro-orçamentária de cada rede de ensino (municipal, estadual ou federal) para implementá-la. Neste caso, é possível, que os alunos com melhor desempenho fiquem concentrados em instituições que conseguem ofertar o ensino integral, enquanto os estudantes menos privilegiados permaneçam em instituições mais problemáticas.

No capítulo a seguir, apresenta-se os Institutos Federais como política pública de ampliação de acesso ao ensino médio técnico, bem como, de possibilidades de formação continuada, cursos PROEJA e de cursos superiores.

3.3.1 OS INSTITUTOS FEDERAIS COMO POLÍTICA PÚBLICA

De acordo com Kuenzer (2002), no início do século XX, no Brasil, as iniciativas estatais criaram as escolas profissionais (Escolas de Aprendizes e Artífices, em 1909) e só nos anos 1940 criaram o ensino propedêutico, hoje denominado ensino médio. Entretanto não há como compreender a história do ensino médio no Brasil sem relacioná-la com a do ensino profissionalizante.

Conforme sinalizam Mainardes et al. (2011), ao se referir à análise do contexto de uma política específica, é necessário levar em conta os antecedentes históricos, as pressões de fatores econômicos, sociais e políticos que levaram a questão a ser incluída na agenda política. Partindo desse pressuposto, para uma adequada compreensão, faz-se imprescindível uma brevíssima análise do desenvolvimento histórico do ensino médio, ao longo do último século no Brasil.

A história do Ensino Médio no Brasil revela as dificuldades típicas de um nível de ensino que, por ser intermediário, precisa dar respostas à ambiguidade gerada pela necessidade de ser ao mesmo tempo, terminal e propedêutico. Embora tendo na dualidade estrutural a sua categoria fundante, as diversas concepções, que vão se sucedendo ao longo do tempo, refletem a correlação de funções dominantes em cada época, a partir da etapa de desenvolvimento das forças produtivas (KUENZER, 2002, p. 9).

Stephen J. Ball e seus colaboradores, citados por Mainardes (2007), apresentam uma possibilidade de análise de políticas públicas por meio da utilização da abordagem do ciclo de política (*Policy Cycle Approach*), composto pelo contexto de influência, da produção de texto, da prática, contexto de resultados e efeitos e contexto de estratégia política.

Para Ball (2002), a disseminação da influência pode ser internalizada pela veiculação das ideias, por meio das publicações em textos legais, livros e discursos, bem como por organismos políticos, que postulam vinculação de recursos, enquanto fator de influência.

Já o contexto de produção de texto mantém interface com o contexto da influência. Esses contextos estão diretamente interligados, pois os discursos vão ser expressos em textos legais ou políticos. Observa-se que os textos políticos e legais estão ligados aos interesses do público em geral; porém, ambos possuem seus interesses. Os textos vinculados ao acesso à população nem sempre explicitam totalidade; às vezes postulam ideias contraditórias ou intencionais. Por isso, é importante ressaltar que “[...] os textos precisam ser lidos com relação ao tempo e ao local específico de sua produção” (MAINARDES, 2006, p. 52).

Neste sentido as políticas são formuladas e implementadas de acordo com os objetivos implícitos e explícitos dos representantes do governo, em cada espaço de tempo, levando em consideração seus interesses políticos.

Após a ditadura, do fim da década de 1940 até o golpe civil militar de 1964, novamente a sociedade brasileira retomou seu projeto de nação e na pauta estavam as reformas estruturais e a universalização do que denominamos hoje de educação básica. A resposta truculenta foi a imposição pela violência física e política de um projeto econômico concentrador e espoliador da classe trabalhadora. Ampliou-se, durante vinte anos, o fosso entre ricos e pobres e se evidenciou, a olho nu, o desenvolvimento do Brasil “gigante com pés de barro”, como o caracterizou Florestan Fernandes (FRIGOTTO, 2007).

A partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o movimento de oposição à ruptura entre educação geral e profissional, levado a efeito pelo Decreto n. 22008/97, ganhou força, até que, em 2004, o Decreto n. 5.154 reestabeleceu a possibilidade da articulação mediante a modalidade “ensino médio integrado”, que passou a compor o texto da LDB por força da Lei n. 11.741/2008.

A oferta da modalidade de educação profissional integrada ao ensino médio, contudo, ainda é restrita, embora tenha sido ampliada significativamente com a expansão dos Institutos Federais de Educação; do mesmo modo, os cursos técnicos ofertados mediante concomitância interna ou externa pelas redes estadual e federal, regulares ou na modalidade PROEJA,

respondem por reduzido percentual de matrículas, em face do elevado custo e também de seu caráter seletivo (KUENZER, 2010).

Para Frigotto (2007), se efetivamente se garante, em médio prazo, a educação básica dentro da concepção da politécnica ou da tecnologia universal, a formação profissional terá uma outra qualidade e significará uma possibilidade de avanço nas forças produtivas e no processo de emancipação da classe trabalhadora. Neste percurso, julgamos importante que a política pública de formação profissional se vincule às políticas de emprego e renda.

Neste sentido, o investimento do governo federal nesta concepção de ensino médio integrado à educação profissional, proposta pelos Institutos Federais, oferece uma nova possibilidade de acesso ao ensino médio, porém com vagas restritas e com processo seletivo para concorrer às vagas disponíveis.

Conforme prevê sua lei de criação, os Institutos Federais primam pela verticalização do ensino, onde o aluno tem a oportunidade de cursar um curso técnico, uma graduação e uma pós-graduação. Foi com a verticalização do ensino que a educação superior chegou aos municípios interioranos, com a finalidade de estimular a permanência de profissionais qualificados no interior do Brasil.

A distância das universidades para muitos dos municípios brasileiros dificultou e inviabilizou a presença de pessoas mais carentes financeiramente a realizarem cursos naquelas instituições por não terem como se deslocarem e manterem moradia longe de suas localidades de origem. Os poucos egressos da Educação Básica que conseguiam realizar um curso superior distante de seus municípios, tendiam a se fixarem nesses grandes centros urbanos e/ou capitais após se graduarem por obterem melhores condições profissionais. Por consequência disso, “a região abandonada perde a oportunidade de fixar profissionais altamente qualificados e os estudantes sem condições financeiras de migrar para regiões mais propícias perdem a oportunidade de se qualificarem” (BRASIL, 2015, p.20).

Conforme levantamento do relatório do Tribunal de Contas da União, em nível nacional, 85% dos campi dos IFs estão fora das capitais dos estados, o que reforça a preocupação do governo com a interiorização da RFEPT. Outro dado reforça essa constatação: 176 campi estão em municípios com menos de 50 mil habitantes e, destes, 45 estão em municípios com menos de 20 mil. Além disso, a expansão tem sido pautada em critérios que envolvem além da formação de mão-de-obra qualificada para atender à crescente demanda do mercado, um viés de redução de desigualdade regional e sub-regional, bem como de interiorização. Em síntese, o relatório do TCU considera que a expansão da RFEPT teve duas direções: Ampliação do

número de vagas e infraestrutura das escolas pré-existentes com a construção de novos campi nas regiões metropolitanas, de modo a fazer frente ao dinamismo econômico dessas regiões; Interiorização dos IFs, visando ocupar os lugares de maior carência socioeconômica (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, 2012, p. 8).

O Ministério da Educação expõe os elementos demarcadores das institucionalidades às quais relaciona-se os Institutos Federais como política pública e como propulsor do desenvolvimento local e regional:

b) Quanto ao seu caráter de política pública: os IFs respondem à necessidade da institucionalização definitiva da EPT como política pública. Assim, assumem o papel de agentes colaboradores na estruturação das políticas públicas para a região que polarizam, estabelecendo uma interação mais direta junto ao poder público e às comunidades locais.

c) Quanto à sua relação com o desenvolvimento local e regional: os IFs buscam se articular ao contexto em que estão instalados com o objetivo de provocar um olhar mais criterioso em busca de soluções para a realidade de exclusão que, ainda neste século, castiga a sociedade brasileira (BRASIL, 2008).

Como enfatiza Pacheco (2010), a concepção de educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais, que deve “orientar as ações de ensino, pesquisa e extensão nos Institutos Federais, tendo como elemento basilar a integração entre ciência, tecnologia e cultura como dimensões indissociáveis da vida humana e, ao mesmo tempo, no desenvolvimento da capacidade de investigação científica, essencial à construção da autonomia intelectual. Afirma-se, pois, a educação profissional e tecnológica como política pública, não somente pela fonte de financiamento de sua manutenção, mas, principalmente, por seu compromisso com o todo social”. Corroborando com essa concepção, Pereira (2009) ressalta que:

[...] o papel que está previsto para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia é o de garantir a perenidade das ações que visem incorporar antes de tudo, setores sociais que historicamente foram alijados dos processos de desenvolvimento e modernização do Brasil, o que legitima e justifica a importância de sua natureza pública e afirma uma Educação Profissional e Tecnológica como instrumento realmente vigoroso na construção e resgate da cidadania e transformação social.

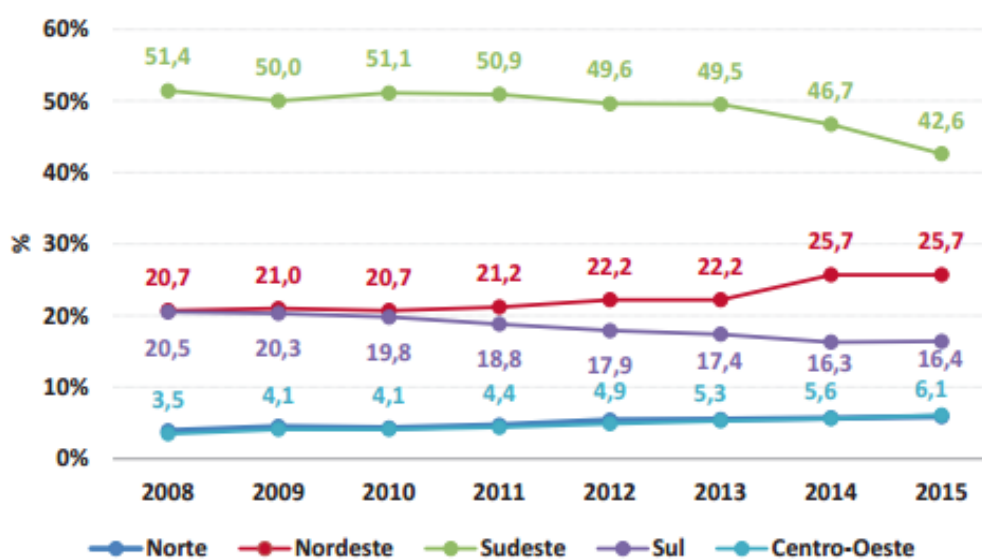
Esse estreitamento com o território e, conseqüentemente, a contribuição para o desenvolvimento local e regional, é um dos objetivos elencados pelo Ministério da Educação para justificar a importância da expansão da rede federal de Educação Profissional e Tecnológica. Os objetivos são os seguintes: promover a formação de profissionais qualificados, fomentando o desenvolvimento regional, estimulando a permanência de profissionais

qualificados no interior do Brasil; expandir, ampliar e interiorizar a rede de Institutos Federais, democratizando e ampliando o acesso de vagas na EPT; potencializar a função social e o engajamento dos Institutos Federais como expressão das políticas do Governo Federal na superação da miséria e na redução das iniquidades sociais e territoriais (SILVA, 2013).

O ensino médio integrado ao profissionalizante configura-se um curso geralmente muito procurado e importante, por se tratar da formação integral do jovem que adentrará no mundo do trabalho, pois, para a maioria deles, desempenhar um trabalho técnico poderá ser a única opção para prosseguir seus estudos em uma universidade e conquistar um trabalho mais qualificado. Não ofertá-lo seria desprover essa população do acesso a uma melhor qualificação (KUENZER, 2002).

A Meta 11 do PNE busca triplicar as matrículas da educação profissional técnica (EPT) de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% da expansão no segmento público, tendo o número de 1.602.946 matrículas observado em 2013, alcançando, em 2024, o total de 4.808.838 matrículas, o que exige uma expansão de 3.205.892 matrículas nessa modalidade, entre os anos de 2013 e 2024, equivalente à variação de 200% no período de vigência do atual PNE. De acordo com o Relatório do 1º Ciclo de Monitoramento de metas do PNE – biênio 2014 – 2016, gráfico 02, observa-se que nas regiões nordeste e centro-oeste houve um crescente aumento no número de matrículas, enquanto que nas regiões sudeste e sul houve declínio no número de matrículas.

Gráfico 2 - Distribuição das matrículas em EPT de nível médio, por grande região – Brasil – 2008-2015.



Fonte: Elaborado pela Dired/Inep com base no Censo da Educação Básica.

Verifica-se que a ampliação do acesso ainda é muito limitada, bem como no período de análise o quantitativo de aumento nas matrículas não é tão significativo, o que evidencia a fragilidade na oferta das vagas.

Para que o direito à educação possa ser garantido para todos, é iminente um Estado que a assuma como responsabilidade, assegurando a igualdade de acesso. Partindo deste princípio, a obrigatoriedade e a gratuidade têm se constituído nas principais reivindicações, no que tange ao direito à educação. O termo obrigatoriedade comporta um duplo dever: ao mesmo tempo em que cabe aos pais ou responsáveis efetivar a matrícula dos filhos, também cabe ao Estado garantir a oferta da educação, que deve ser gratuita, a fim de permitir o acesso de todos (OLIVEIRA, 2002).

Conforme salienta Frigotto & Ciavatta (2006), nosso desenvolvimento está barrado porque temos baixos níveis de escolaridade e os trabalhadores não têm emprego porque não investiram em sua empregabilidade, isto é, o *quantum* de educação básica e de formação técnico-profissional que os constitua reconhecidos e desejáveis pelo mercado como “cidadãos produtivos”.

Além dos Institutos Federais ofertarem cursos regulares de nível técnico, graduação e pós-graduação, também realiza cursos e projetos de extensão abertos à comunidade, como forma de oferecer possibilidades de inserção e melhoria da qualidade de vida à sociedade, com cursos de capacitação profissional, geração de trabalho e renda e intervenções de formação continuada etc,

3.4 TRAJETÓRIAS E POLÍTICAS NACIONAIS DE EXTENSÃO

De acordo com Sousa (2000), a extensão surge como atividade da Universidade no século XIX quando uma nova concepção de educação leva as universidades a se preocuparem com a prestação de serviços que deveriam oferecer às comunidades. A Universidade Inglesa passa a responder às demandas sociais, diversificando suas atividades e não ficando limitada à formação das elites. Nesse ponto, é possível se reconhecer o surgimento incipiente da Extensão, caracterizando o modelo europeu com a criação de cursos que visavam proporcionar uma educação continuada e uma formação técnica. Porém, a Extensão nas Américas surge de forma diferente, mais voltada para a prestação de serviços, encontrando terreno para seu desenvolvimento e consolidação.

Segundo Cunha (1980), a extensão universitária surge como alternativa mais institucionalizada nas IES com a criação da Universidade Popular da Universidade Livre de

São Paulo em 1912, uma cópia do modelo europeu de Universidade Popular. Essa universidade não possuía uma unidade com corpos discente e docente próprios, tendo como principal atividade a promoção de conferências e cursos gratuitos à população. É uma prática de extensão ainda hoje muito conhecida e difundida, entretanto, não conseguiu atingir as classes populares, as quais não se interessaram pelo produto ofertado. A Universidade Livre de São Paulo existiu até o ano de 1917.

Na América Latina, a extensão universitária esteve voltada, inicialmente, para os movimentos sociais. Merece destaque o Movimento de Córdoba, de 1918. Nesse movimento, os estudantes enfatizam, pela primeira vez, a relação entre universidade e sociedade. A materialização dessa relação ocorreria através das propostas de extensão universitária que possibilitassem a divulgação da cultura a ser conhecida pelas “classes populares”. Esta foi uma ideia preliminar, que permeou também a organização estudantil no Brasil, a partir de 1938, quando da criação da União Nacional dos Estudantes - UNE. Essa ideia foi determinante para a concepção de extensão veiculada pelo movimento estudantil brasileiro (MELO NETO, 1996).

Através de documentos produzidos durante o I, II e III Seminário de Reforma Universitária, a UNE propunha reforçar a demanda por uma universidade praticante de uma extensão universitária que destinasse assistência para diferentes classes (NOGUEIRA, 2001).

Nesse sentido, Machado (2009) salienta que esses seminários foram marcos do Movimento Estudantil no Brasil, pois, por meio deles, iniciou-se a busca por um maior compromisso com as classes trabalhadoras e com o povo, e também a defesa de uma universidade com ênfase nas atividades de extensão.

De acordo com Sousa (2000), no Brasil, em meados de 1920 era reproduzida a extensão cooperativa dos EUA, na linha de prestação de serviços ao meio rural, atuando em programas de assistência técnica aos agricultores, programas de economia doméstica e de organização da juventude. Até o Golpe de 1964, não existia uma preocupação com uma formulação de um caminho próprio da extensão por parte das IES. A extensão era representada por cursos e conferências eventuais. Apesar de a extensão ser reconhecida como função da universidade, as instituições atuavam em função daquilo que era sugerido pelo Estado.

Após o Golpe de 1964 e instalação da ditadura militar, as atividades de extensão foram assumidas pelo Estado, tomando por base várias propostas do movimento estudantil, porém, com um formato assistencialista, onde os estudantes eram meros executores das ações (NOGUEIRA, 2005). Ao longo do período, o governo militar envolveu as instituições de ensino

superior nessas atividades, determinando que ações poderiam ser desenvolvidas, para garantia da segurança e desenvolvimento do País (SOUSA, 2010).

De acordo com Oliveira e Garcia (2009) no início da década de 1970 surgiu um grande paradoxo em relação à visão de extensão universitária: por um lado era vista sob o aspecto do fortalecimento dos movimentos sociais e, por outro, sob o caráter manipulador e assistencialista. Destaque-se que em meio a tal situação, surgiu um novo cenário – o início de negociações para a redemocratização do Brasil. Era o prenúncio do começo de uma nova década. Por isso, nos anos 80, apesar de conviver ainda com a crise de identidade, principalmente sob o estigma do assistencialismo, a extensão passou a ser objeto de estudos e debates que anunciavam sua participação definitiva como prática acadêmica necessária à formação (complementar) de docentes e discentes e indissociada do ensino e da pesquisa.

Na década de 1980, com a democratização da universidade, o movimento docente, passou a discutir, de forma contínua, o compromisso social da universidade, bem como o papel que a extensão universitária deveria assumir. Com essa pauta, buscava-se consolidar uma extensão universitária, compromissada com a população e articulada com o ensino e a pesquisa, que incitasse a universidade a interagir com a sociedade, de modo a abandonar a compreensão assistencialista e prestadora de serviços, atribuída à extensão (SOUSA, 2010). Essas discussões culminaram, na criação e implantação do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (FORPROEX), em novembro de 1987, durante o I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas, realizado em Brasília (FORPROEX, 1987).

Desta forma, somente a partir daí que o compromisso com a população passou a ser o centro das atividades e a Extensão passou a ser entendida como articuladora do ensino e da pesquisa, “vinculando-as ao exercício de transformação da sociedade” (REIS, 1992, p. 68).

No I Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores, o conceito de extensão universitária foi estabelecido, como resultado das discussões ocorridas em plenária, sendo registrado:

A extensão universitária é o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a universidade e a sociedade. [...] é uma via de mão-dupla, com trânsito assegurado à comunidade acadêmica, que encontrará, na sociedade, a oportunidade da elaboração da práxis de um conhecimento acadêmico. No retorno à universidade, docentes e discentes trarão um aprendizado que, submetido à reflexão teórica, será acrescido àquele conhecimento. Este fluxo, que estabelece a troca de saberes sistematizados/acadêmico e popular, terá como consequência: a produção de conhecimento resultante do confronto com a realidade brasileira e regional; e a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade. Além de instrumentalizadora deste

processo dialético de teoria/prática, a extensão é um trabalho interdisciplinar que favorece a visão integrada do social (FORPROEX, 1987).

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, artigo 207, oficializa e legitima as ações de extensão, onde dispõe que as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (BRASIL, 1988).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, em seu artigo 43, enfatiza que a educação superior tem por finalidade:

- I- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (LDB, 1996).

Neste sentido o ensino, a pesquisa e a extensão constituem a triangulação essencial de sustentação da universidade, ambos devem ser equivalentes e merecer igualdade em tratamento por parte das instituições de educação superior, pois, ao contrário, estarão violando esses preceitos legais.

Na década de 1990, o movimento docente, por meio do FORPROEX, e, juntamente, com o MEC, criou a Comissão de Extensão (Portaria SESu/MEC número 66/1993), com a finalidade de formular programas que definissem os princípios, diretrizes e formas de fomento à extensão (NOGUEIRA, 2005).

A partir dos esforços coletivos FORPROEX é que em 1999, foi elaborado o Plano Nacional de Extensão, que buscou refletir o compromisso da universidade com a transformação da sociedade brasileira em direção à justiça, à solidariedade e à democracia

Segundo o Ministério da Educação e Cultura, extensão universitária é "o processo educativo, cultural e científico que articula o ensino e a pesquisa de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre a Universidade e a Sociedade. (...) Esta interação da Universidade com a sociedade, com as comunidades externas em suas mais diferentes formas de organização, estabelece uma troca de saberes acadêmico e popular que, terá como consequência, a produção do conhecimento resultante do confronto com a realidade local, a democratização do conhecimento acadêmico e a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade".

Para Sousa (2000), a extensão é o instrumento necessário para que o produto Universidade – a pesquisa e o ensino – esteja articulado entre si e possa ser levado o mais próximo possível das aplicações úteis na sociedade e, ainda, que a Universidade esteja presente na formação do cidadão, dentro e fora de seus muros.

Conforme Mendonça e Silva (2002) poucos são os que têm acesso direto aos conhecimentos gerados na universidade pública, então, a extensão universitária é imprescindível para a democratização do acesso a esses conhecimentos, assim como para o redimensionamento da função social da própria universidade, principalmente se for pública. Os autores ressaltam que uma das principais funções sociais da Universidade é a de contribuir na busca de soluções para os problemas sociais da população, formulando políticas públicas participativas e emancipadoras.

Na extensão universitária, ocorre uma troca de conhecimentos em que a universidade também aprende com a comunidade sobre seus valores e cultura. Assim, a universidade pode planejar e executar as atividades da extensão respeitando e não violando esses valores e cultura. A universidade, através da extensão, influencia e também é influenciada pela comunidade, ou seja, há uma troca de valores entre a universidade e o meio (SILVA, 1997).

Portanto, segundo Soares (2003), preparar profissionais com domínio da linguagem técnica, em condições de utilizar novos equipamentos e capacidade de processar novas informações passa a ser também uma responsabilidade da universidade, além de interferir de forma mais direta na sociedade em que está inserida.

A relação entre sociedade e universidade, no que tange mais especificamente à extensão, vai além da compreensão tradicional de disseminação de conhecimento, prestação de serviço e

difusão cultural, mas aponta para uma participação efetiva da comunidade na própria atuação da universidade, nos conhecimentos produzidos e em um consequente confronto com a realidade. Dentro desses balizamentos, a produção do conhecimento via extensão se faria na troca de saberes sistematizado, acadêmico e popular, tendo como consequência a democratização do conhecimento, a participação efetiva da comunidade na atuação da universidade e uma produção resultante do confronto com a realidade (SILVA, 1997).

O fortalecimento destas inter-relações entre universidade/comunidade busca o enfrentamento das diversas situações de desigualdades, exclusão e vulnerabilidade social no local onde está inserida. Pela oferta de cursos, serviços, eventos, palestras e projetos sociais, a universidade não só gera e difunde conhecimentos e saberes, como também, exerce sua reponsabilidade social comprometida com a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Pode-se dizer que, sem a extensão, as universidades estarão desconectadas das comunidades em que estão inseridas, além de estarem alijadas de instrumentos e condições capazes de propiciar, aos novos profissionais, uma formação integral consolidada (SCHEIDEMANTEL, 2004).

Observa-se que a atividade de extensão deve ser um dos principais componentes para a reflexão quanto ao papel do ensino superior neste novo milênio, pois quando as necessidades forem naturalmente percebidas pela comunidade acadêmica e incluídas no seu fazer, as IES estarão cumprindo com a sua finalidade (SOARES, 2003).

Como forma de fomentar ações neste sentido, o Ministério da Educação instituiu em 2008, o Programa de Extensão Universitária (ProExt), criado em uma parceria entre o Ministério da Educação (MEC), o Ministério da Cultura (MinC) e o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (Forproex). Seu objetivo, desde o princípio, além de destinar recursos aos projetos de extensão das instituições de ensino superior, foi regulamentar e aplicar os mecanismos de avaliação desenvolvidos pelo Forproex para análise da situação extensionista do Brasil. No entanto, em 2016, o MEC extinguiu esta importante e única política de financiamento da extensão, deixando de lançar editais anuais e fomentar propostas de extensão.

No ano de 2012 foi publicada a Política Nacional de Extensão. Esta importante política tem por objetivo promover a consolidação da Extensão, delineando princípios e diretrizes, monitoramento, avaliação e agendas estratégicas para a extensão.

As diretrizes que devem orientar a formulação e implementação das ações de Extensão Universitária, pactuados no FORPROEX, são as seguintes:

INTERAÇÃO DIALÓGICA: A diretriz Interação Dialógica orienta o desenvolvimento de relações entre Universidade e setores sociais marcadas pelo diálogo e troca de saberes, superando-se, assim, o discurso da hegemonia acadêmica e substituindo-o pela ideia de aliança com movimentos, setores e organizações sociais. Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela Universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social e para a construção de uma sociedade mais justa, ética e democrática.

INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE: busca superar essa dicotomia, combinando especialização e consideração da complexidade inerente às comunidades, setores e grupos sociais, com os quais se desenvolvem as ações de Extensão, ou aos próprios objetivos e objetos dessas ações. O suposto dessa diretriz é que a combinação de especialização e visão holísticas pode ser materializada pela interação de modelos, conceitos e metodologias oriundos de 32 Política Nacional de Extensão Universitária várias disciplinas e áreas do conhecimento, assim como pela construção de alianças intersetoriais, interorganizacionais e interprofissionais. Dessa maneira, espera-se imprimir às ações de Extensão Universitária a consistência teórica e operacional de que sua efetividade depende.

INDISSOCIABILIDADE ENSINO – PESQUISA – EXTENSÃO: reafirma a Extensão Universitária como processo acadêmico. Nessa perspectiva, o suposto é que as ações de extensão adquirem maior efetividade se estiverem vinculadas ao processo de formação de pessoas (Ensino) e de geração de conhecimento (Pesquisa). No que se refere à relação Extensão e Ensino, a diretriz de indissociabilidade coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã - processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social.

IMPACTO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE: As atividades de Extensão Universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensinam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da Universidade Pública brasileira. Para que esses instrumentos imprimam qualidade à formação do estudante, as ações extensionistas devem possuir um projeto pedagógico que explicita três elementos essenciais: (i) a designação do professor orientador; (ii) os objetivos da ação e as competências dos atores nela envolvidos; (iii) a metodologia de avaliação da participação do estudante.

IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL - reafirma a Extensão Universitária como o mecanismo por meio do qual se estabelece a inter-relação da Universidade com os outros setores da sociedade, com vistas a uma atuação transformadora, voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas. A expectativa é de que, com essa diretriz, a Extensão Universitária contribua para o processo 36 Política Nacional de Extensão Universitária de (re)construção da Nação, uma comunidade de destino, ou de (re)construção da polis, a comunidade política (Política Nacional de Extensão Universitária, 2012).

Visando a sistematização das ações de extensão foi elaborado pelo FORPROEX uma classificação de áreas temáticas, as quais todas as ações extensionistas das universidades devem seguir, a saber: Comunicação, Cultura, Direitos Humanos, Educação, Meio ambiente, Saúde, Tecnologia e Trabalho.

A proposta de organização da extensão sugerida pelo Fórum de Pró-Reitores de Extensão da Rede Federal, a qual tem o objetivo de uniformizar terminologias e criar uma base conceitual comum (FORPROEXT, 2012). Desse modo, as ações da Extensão são promovidas por meio de Dimensões Operativas, as quais estão organizadas a partir do conjunto de ações desenvolvidas pela Rede Federal de Ensino Profissional, Científico e Tecnológico – EPCT, descritas a seguir:

a) Desenvolvimento Tecnológico: projetos de pesquisa aplicada no desenvolvimento e no aperfeiçoamento tecnológico de produtos, processos e prestação de serviços em parceria com instituições públicas ou privadas nacionais e internacionais com interface de aplicação no mundo produtivo.

b) Projetos Sociais: projetos que agregam um conjunto de ações, técnicas e metodologias transformadoras, desenvolvidas e/ou aplicadas na interação com a população e apropriadas por ela, que representam soluções para inclusão social, relações étnico - raciais, geração de oportunidades e melhoria das condições de vida.

c) Estágio e Emprego: compreende todas as atividades de prospecção de oportunidades de estágio/emprego e a operacionalização administrativa dos mesmos.

d) Cursos de Extensão ou Formação Inicial e Continuada – FIC ou Qualificação Profissional: ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejado para atender demandas da sociedade, visando ao desenvolvimento, à atualização e ao aperfeiçoamento de conhecimentos científicos e tecnológicos com critérios de avaliação definidos e oferta não regular.

e) Projetos Culturais Artísticos, Científicos, Tecnológicos e Esportivos: compreende ações referentes a eventos técnico, social, científico, esportivo, artístico e cultural, favorecendo a participação da comunidade externa e/ou interna.

f) Visitas Técnicas: atividade educacional supervisionada cujo objetivo principal é promover mais interação entre os estudantes das diversas áreas educacionais da instituição com o mundo do trabalho.

g) Empreendedorismo e Associativismo: difusão e aplicação dos conhecimentos e práticas de empreendedorismo e associativismo, com ênfase no cooperativismo, por meio de programas institucionais.

h) Acompanhamento de egressos: constitui-se no conjunto de ações efetuadas com o objetivo de acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e extensão.

i) Projetos Ambientais: tem por objetivo o desenvolvimento, o fomento e a difusão de conhecimentos que visem à preservação ambiental e às práticas sustentáveis (PDI IFFar, 2019-2026).

Essas áreas abrangem as diversas e principais áreas de atuação das universidades. Isto é, as atividades extensionistas podem se configurar em diversos campos, abrangendo múltiplas necessidades da comunidade e fortalecendo o aprendizado dos diferentes tipos de alunos das universidades brasileiras. No ano de 2013, por meio da portaria nº 61, da Secretaria de Educação Superior do MEC, surge uma importante ação para a gestão das políticas de extensão universitária, a criação da Comissão Nacional de Extensão Universitária (CONEX), que se torna responsável por “formular e propor diretrizes de ação governamental, em âmbito nacional, voltadas à gestão do Programa Nacional de Extensão Universitária (PROEXT) e, em caráter complementar, à extensão universitária” (MEC, 2013).

Em 2001, a compreensão de que a extensão universitária deveria ser considerada como uma das funções da universidade, juntamente ao ensino e pesquisa, foi retratada no Plano Nacional de Educação, para o decênio 2001-2010, por meio da aprovação da Lei número 10.172/2001. Em relação à educação superior, o Plano entendia que a universidade deveria “reunir em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, os requisitos de relevância, incluindo a superação das desigualdades sociais e regionais, qualidade e cooperação internacional” (BRASIL, 2001).

Já o novo Plano Nacional de Educação 2014-2024 em vigência, traz como inovação a curricularização da extensão, em sua meta 12.7, onde busca assegurar que, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares exigidos para a graduação seja cumprido pelos acadêmicos em programas e projetos de extensão, prioritariamente, em áreas de grande pertinência social (Lei 13.005/2014).

A curricularização da extensão, para que se cumpra esses 10% de crédito, é um grande desafio para as universidades, pois se faz necessário a sensibilização dos docentes e coordenadores de curso para as adequações necessárias uma vez que deixa de ser um componente eletivo para tornar-se item obrigatório na grade curricular. Requer, também, revisão dos projetos pedagógicos dos cursos para que as atividades de extensão estejam contempladas no currículo. Além da tarefa complexa de revisar/alterar todos os currículos, há ainda fatores dificultadores acerca da compreensão do papel da extensão na formação discente e, principalmente, como colocá-la em prática.

A portaria 1.350/2018, estabeleceu as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimentou o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, onde no art. 6º, dispõe sobre as concepções e princípios da Extensão no nível superior:

Art. 6º - Estruturam a concepção e a prática dos Princípios da Extensão na Educação Superior:

I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua formação como cidadão crítico e responsável;

II - o estabelecimento de diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade;

III - a promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena;

IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa;

V - o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural;

VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação;

VII - a atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável, com a realidade brasileira (Port. 1350/2018 - Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira).

Para Sangenis (2012, p. 31), através dessas políticas ficou fortalecida a ideia que a finalidade da extensão universitária é a de servir de instrumento de política social com o objetivo de superação das desigualdades sociais existentes.

De acordo com Rosetto (2011), a universidade enquanto instituição social, que tem como função a produção e disseminação do conhecimento e a formação do cidadão deve tornar-se responsável, por sua contribuição para desenvolver a capacidade crítico-reflexiva de seus educandos, exercitando-os a compreender seu papel na sociedade como agentes de mudança.

Sobre as contribuições das atividades extensionistas para a aprendizagem profissional, Costa e Silva (2011, p. 77) afirmam:

A extensão universitária, por ser um campo onde se desenvolve uma proximidade maior com professores (coordenadores e supervisores de projetos de extensão) e também com a comunidade, possibilita ao acadêmico fazer a articulação dos conteúdos teóricos e operacionais, cria oportunidades para o desenvolvimento de habilidades referentes ao trabalho em equipe e fortalece o compromisso social e ético no que se refere à busca dos direitos do cidadão.

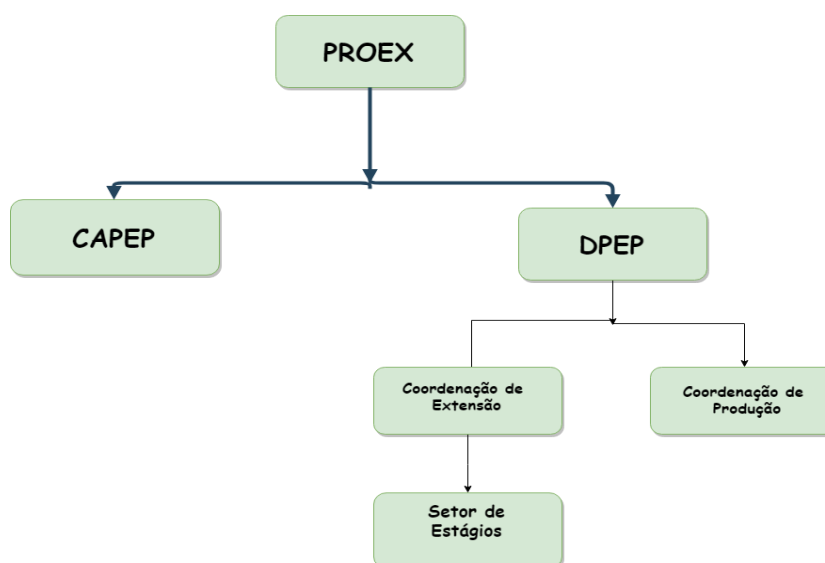
De acordo com o Plano nacional de Extensão (2012), a Extensão deve ser entendida como processo formativo, prospectivo e qualitativo, a ser mensurado por critérios objetivos (relatório, trabalho escrito, publicação ou comunicação) e subjetivos (compromisso, dedicação). Esse processo deve estar integrado à avaliação dos objetivos e metas do programa ou projeto extensionista, assim como à avaliação dos efeitos da participação do estudante - e da equipe de trabalho na qual este se inclui - sobre os problemas sociais (Plano Nacional de Extensão).

Neste sentido, há necessidade de que haja uma ferramenta de apoio que forneça monitoramento e que demonstre a relevância das ações de extensão para o processo formativo dos estudantes, elencando suas fragilidades e potencialidades. Na seção a seguir, há uma breve descrição da organização e diretrizes da extensão no IFFar.

3.4.1 ORGANIZAÇÃO E DIRETRIZES DA EXTENSÃO NO IFFAR

A estrutura organizacional da Extensão no IFFar está distribuída da seguinte forma: Pró-Reitoria de Extensão³ – (PROEX), Comitê Assessor de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação, Extensão e Produção (CAPEP), Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção (DPEP), Coordenação de Extensão, Coordenação de Produção e Setor de Estágios. A seguir, temos uma imagem ilustrativa da estrutura organizacional da Extensão.

Figura 04: Estrutura organizacional da Extensão no IFFar



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

³ A Pró-Reitoria de Extensão localiza-se na Reitoria do IFFar, situada na Rua Alameda Santiago do Chile, 195 - Nossa Sra. das Dores – na cidade de Santa Maria/RS.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é o órgão executivo que planeja, coordena e supervisiona as estratégias, diretrizes e as políticas de Extensão, inovação e relações com a sociedade, articuladas ao ensino e à pesquisa, junto com os diversos segmentos sociais ligados ao IFFar.

O Comitê Assessor de Pesquisa, Pós-Graduação, Inovação e Extensão e Produção (CAPEP) tem a função de assessorar a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação e a Pró-Reitoria de Extensão, apreciar os recursos sobre matérias de sua competência e de interesse da Instituição, emitir pareceres sobre a destinação de recursos orçamentários e extraorçamentários para a implementação das ações de Extensão e Produção, programar, coordenar, supervisionar e fazer executar as políticas voltadas à Extensão e à Produção, zelando pela qualidade das ações; auxiliar na elaboração dos critérios para editais, regulamentos e programas da Pró-Reitoria de Extensão; entre outras atribuições.

A Diretoria de Pesquisa, Extensão e Produção (DPEP) tem como principal atribuição desenvolver políticas de Extensão, pesquisa, pós-graduação e inovação, organizando e divulgando a produção técnico-científica dos campi. Também tem a função de estruturar as relações entre as atividades de Pesquisa e Extensão desenvolvidas nos *campi* e as comunidades externas, como outras instituições, escolas e empresas e fomentar entre os discentes e servidores dos campi, iniciativas empreendedoras com potencial à inovação tecnológica.

Compete às Coordenações de Extensão e Produção auxiliar na elaboração, coordenação e implementação de políticas de produção no *campus*, com base nas dimensões operativas da extensão para a Rede Federal de Ensino Profissional e Tecnológico – RFEPT (PROEX, 2018).

As diretrizes das ações de extensão no IFFar são desenvolvidas de acordo com a Política Nacional de Extensão, orientadas pelo FORPROEXT, obedecendo os seguintes preceitos: interação dialógica, interdisciplinaridade e interprofissionalidade, indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão, impacto na formação do estudante e impacto e transformação social.

Neste sentido, como forma de atender as diretrizes acima descritas, todas as ações de extensão realizadas no IFFar, obrigatoriamente, devem ser propostas por servidores (docentes ou Taes) do quadro efetivo, contar com a participação de alunos voluntários ou bolsistas e contemplar o público externo ao campus.

A seguir imagem ilustrativa das diretrizes de extensão no IFFar:

Figura 05: Diretrizes da extensão no IFFar.



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

As ações de extensão são cadastradas pelos servidores efetivos no SIGAA – módulo Extensão. No cadastramento o coordenador do projeto deve especificar o resumo do projeto, justificativa, objetivos gerais, fundamentação teórica, metodologia, resultados esperados e referências bibliográficas.

O sistema também permite que o coordenador descreva quem fará parte da equipe executora do projeto, membros estes que devem participar ativamente do projeto, com carga horária descrita no sistema relativo às atividades que serão desenvolvidas por cada um. É possível também detalhar o orçamento que será necessário para executar a ação, informando o que será necessário e os valores de apoio financeiro dos respectivos itens para custeio das ações de extensão⁴.

⁴Conforme resolução 47/2016, no art. 27:

As despesas deverão ser classificadas de acordo com o que dispõe a legislação vigente do Governo Federal, através da Secretaria do Tesouro Nacional, em:

I. Despesas de custeio são despesas relativas à aquisição de material de consumo e de serviços prestados por pessoa jurídica, tais como:

a) Serviços de terceiros/pessoa jurídica: instalação, adaptação, reparos e conservação de máquinas e equipamentos vinculados ao projeto, reprografia, impressos e serviços gráficos, assinatura de revistas e periódicos e congressos, desenvolvimento de *software*, despesas acessórias de importação e outros;

b) Material de consumo: material de uso em laboratórios, material de desenho e de expediente, embalagens, material fotográfico, de filmagens e gravações, produtos químicos e biológicos, farmacêuticos e odontológicos em geral, material de impressão, vidrarias em laboratórios, peças de reposição de computadores e outros pertinentes e necessários ao desenvolvimento do Plano de Trabalho.

Após a conclusão do projeto é necessário que seja entregue o relatório final da ação de extensão, detalhando o público atingido e os resultados alcançados. No relatório é possível anexar fotos, vídeos, questionários, áudios de entrevistas, depoimentos etc, como forma de efetivamente comprovar a execução do projeto. Podem ser submetidos 04 tipos de atividades/ações de extensão: projetos, cursos, eventos ou produtos, conforme ilustração a seguir:

Figura 06: Tipos de atividades/ações de extensão



Fonte: elaborado pela autora (2019)

- **Programa** – entendido como o conjunto de ações coerentes articuladas ao ensino e à pesquisa e integradas às políticas institucionais da Instituição, direcionadas às questões relevantes da sociedade, com caráter regular e continuado.
- **Projeto** – definido como uma ação processual e contínua de caráter educativo, social, cultural, científico ou tecnológico, com objetivo específico, e que cumpra o preceito da indissociabilidade ensino, pesquisa e extensão, desenvolvido de forma sistematizada e com período de vigência mínima de 3 (três) meses.
- **Curso** - Ação pedagógica de caráter teórico e prático, presencial ou a distância, planejado para atender às necessidades da sociedade, visando o desenvolvimento, a atualização e aperfeiçoamento de conhecimentos, com critérios de avaliação definidos.
 - a) Curso Livre de Extensão – Cursos com carga horária mínima de oito (08) horas e inferior a trinta e nove (39) horas.
 - b) Curso de Formação Inicial – Cursos com carga horária igual ou superior a cento e sessenta (160) horas;
 - c) Curso de Formação Continuada - cursos com carga horária mínima de quarenta (40) horas.

- **Produto** – produto é resultado de atividades de extensão, ensino e pesquisa, com a finalidade de difusão e divulgação cultural, científica ou tecnológica. É considerado produto: livros, anais, artigos, textos, revistas, manual, cartilhas, jornal, relatórios, vídeos, filmes, programas de rádio e TV, softwares, CDs, DVDs, partituras, arranjos musicais, entre outros.

De acordo com o documento *Concepções e Diretrizes* (2008), os Institutos Federais são instituições voltadas para a educação profissional e tecnológica, comprometidas com o desenvolvimento local e regional. Essa concepção prevê uma conduta articulada com a vocação produtiva do seu lócus, com o trabalho desenvolvido, com a busca de maior inserção da mão-de-obra qualificada nesse mesmo espaço e com a elevação do padrão de produção da matriz local, mediante o incremento de novos saberes.

Com o propósito de atender à Política de Extensão do IFFar, as ações desenvolvidas pretendem alcançar os seguintes objetivos:

- »»Promover o desenvolvimento de atividades extensionistas de acordo com os princípios e finalidades da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais priorizando ações que a integrem ao ensino e à pesquisa;
- »»Assegurar um ambiente favorável para o desenvolvimento de ações, envolvendo docentes, estudantes e técnico-administrativos em educação, configurando-se como instrumento indispensável à formação da comunidade acadêmica e de intercâmbio com a sociedade;
- »»Oferecer ao educando oportunidades de vivenciar experiências na sua área de formação profissional e o acesso a atividades que contribuam para sua formação cultural e ética, desenvolvendo o seu senso crítico, a cidadania e a responsabilidade socioeconômica;
- »»Propiciar a participação institucional em ações sociais que priorizem a superação da desigualdade e a melhoria da qualidade de vida, no âmbito das ações afirmativas;
- »»Incentivar o desenvolvimento de programações científicas, artístico-culturais, sociais e esportivas, envolvendo estudantes, servidores e sociedade;
- »»Promover a transferência de tecnologias sociais, notadamente aquelas voltadas à preservação do meio ambiente;
- »»Fortalecer o espírito empreendedor, a inovação e a cooperação por meio de ações que desafiem servidores e estudantes a propor alternativas para o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais com vista ao desenvolvimento sustentável;
- »»Intensificar as relações com instituições públicas, privadas e organizações sociais para a realização de parcerias nacionais e internacionais; e
- »»Estabelecer estratégias institucionais para assegurar o atendimento às dimensões da extensão, às suas diretrizes e à implementação de políticas públicas (PDI, 2019 – 2026).

A Extensão, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, pretende consolidar-se como espaço de aprendizagem e de contribuição para a sociedade, ao mesmo tempo em que procurará integrar a instituição no contexto da sua região de abrangência.

Estas dimensões operativas sugeridas pelo FORPROEX, e materializadas na Política Nacional de Extensão Universitária embasaram as políticas e programas do IFFar, conforme observa-se na seção a seguir.

3.4.2 POLÍTICAS E PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

A seguir, há uma breve explanação das políticas e programas de extensão vigentes no Instituto Federal Farroupilha:

- **Política de arte e cultura:**

A Política de Arte e Cultura institucional visa reconhecer e valorizar a diversidade cultural, étnica e regional brasileira no âmbito das regiões de atuação do IFFar, bem como, valorizar e difundir as criações artísticas e os bens culturais. Busca também promover o direito à memória, ao patrimônio histórico e artístico, material e imaterial, propiciando o acesso à arte e à cultura, nas linhas de extensão de artes cênicas, artes integradas, artes plásticas, artes visuais, mídias, música e patrimônio cultural, histórico e natural.

Quadro 09: Financiamento edital de arte e cultura

	Valor de custeio por proposta	Valor da bolsa
Financiamento R\$ 40.000	Até R\$ 5.000,00	Para 20h semanais R\$ 250.00 Para 10h semanais – R\$ 125,00 *Bolsas por até 08 meses

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

As propostas de projetos submetidos neste edital são avaliadas por dois avaliadores: 01 avaliador *Ad hoc* e 01 avaliador membro do CAPEP. As propostas serão classificadas em ordem decrescente de notas finais, sendo que os projetos melhores avaliados serão contemplados com recursos financeiros para custeio.

- **Programa Institucional de Apoio do Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira Farroupilha (PIADIFF)⁵:**

⁵ Programa Institucional de Apoio do Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira Farroupilha (Resolução 116/2015). Acesso em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamenta%C3%A7%C3%B5es-e-legisla%C3%A7%C3%A3o/item/435-resolu%C3%A7%C3%A3o-116-2015>

É um programa que almeja o desenvolvimento de ações de Extensão na faixa de fronteira Farroupilha que fomentem a constante geração de oportunidades para o exercício da cidadania, mobilidade acadêmica e melhoria da qualidade de vida de suas populações.

O PIADIFF fomenta ações de ensino, pesquisa e extensão na Faixa de Fronteira denominada Arco Sul, na delimitação territorial das sub-regiões Noroeste do Rio Grande do Sul e o segmento de fronteira da Mesorregião Metade Sul do Rio Grande do Sul.

As ações obrigatoriamente devem envolver ao menos 01 (uma) Instituição de Ensino internacional e somente poderão ser executadas mediante consolidação de Termo de Convênio Internacional firmado entre as Instituições envolvidas.

Também é obrigatório que o aluno extensionista realize intercâmbio ou estágio na universidade internacional participante do projeto. Os recursos de custeio podem ser utilizados para pagar hospedagem, seguro para o período de intercâmbio, alimentação e transporte durante o período de mobilidade na Instituição de Ensino internacional.

Quadro 10: Financiamento edital PIADIFF

	Valor de custeio por proposta	Valor da bolsa
Financiamento R\$ 30.000	Até R\$ 4.000,00	Para 20h semanais R\$ 250,00 Para 10h semanais – R\$ 125,00 *Bolsas por até 05 meses

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

O Campus desenvolveu projetos em parceria com a Universidade do Trabalho do Uruguai – UTU, onde além da execução de projetos de extensão em conjunto, também houve intercâmbio acadêmico que proporcionou trocas de conhecimentos e culturas para o público participante.

As propostas de projetos submetidas neste edital também são avaliadas por dois avaliadores: 01 avaliador *Ad hoc* e 01 avaliador membro do CAPEP. As propostas serão classificadas em ordem decrescente de notas finais, sendo que os projetos melhores avaliados serão contemplados com recursos financeiros para custeio.

- **Programa Institucional de Inclusão Social (PIISF)⁶:**

⁶Programa de Inclusão Social (Resolução 115/2015). Acesso em: <https://www.iffarroupilha.edu.br/regulamenta%C3%A7%C3%B5es-e-legisla%C3%A7%C3%A3o/item/434-resolu%C3%A7%C3%A3o-115-2015>

O presente programa tem como finalidade desenvolver atividades de Extensão que venham a atender comunidades em situação de vulnerabilidade social no meio urbano e rural, tendo como público alvo mulheres rurais e urbanas, quilombolas, indígenas, catadores, comunidades periurbanas, assentados de reforma agrária, agricultores familiares e apenados. Tem como objetivos principais ofertar cursos/projetos de geração de trabalho e renda, promoção de igualdade racial, de gênero e de pessoas com deficiência, inclusão digital e segurança alimentar/nutricional.

Quadro 11: Financiamento edital PISF

Financiamento R\$ 20.000	Valor de custeio por proposta	Valor da bolsa
	Até R\$ 4.000,00	Para 20h semanais - R\$ 250,00 Para 10h semanais – R\$ 125,00 *Bolsas por até 08 meses

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

▪ **Edital para Eventos de Extensão**

O presente edital tem por objetivo selecionar, cadastrar e promover as ações de eventos de extensão do Instituto Federal Farroupilha, nas seguintes modalidades:

- Acompanhamento de egressos: conjunto de ações que visam o acompanhamento dos alunos egressos, buscando elementos que permitam a retroalimentação do processo educativo;
- Eventos de divulgação de resultados das ações de extensão.

Quadro 12: Financiamento edital de eventos

Financiamento R\$ 40.000	Valor de custeio por proposta	Valor de custeio máximo por proposta	Bolsas
	Eventos de egressos: até R\$ 12.000,00	Até R\$ 4.000,00	É facultativo a participação de alunos.
Eventos de divulgação de ações de extensão: até R\$ 28.000,00	Até R\$ 3.500,00		

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

▪ **Edital de Fomento de Ações de Extensão**

Este edital tem por objetivo selecionar ações de extensão para concessão de recursos financeiros, nas seguintes modalidades: programa, projeto, curso e produto.

Podem ser submetidas ações de extensão, que não se enquadrem nas temáticas dos outros editais de fomento acima mencionados e que possuem especificidades diferentes.

Quadro 13: Financiamento edital de fomento de ações de extensão

	Valor de custeio por proposta	Valor da bolsa
Financiamento R\$ 60.000,00	Até R\$ 2.000,00	Para 20h semanais - R\$ 250,00 Para 10h semanais – R\$ 125,00 *Bolsas por até 08 meses

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

▪ **Apoio Financeiro para Ações de Extensão Propostas por Estudantes do IFFar**

O objetivo do presente edital é selecionar propostas de cursos ou projetos submetidas por estudantes do campus, buscando incentivar o protagonismo estudantil na realização das ações de extensão.

O estudante proponente deverá fazer uma pré-proposta de projeto, conforme modelo disponibilizado no edital de seleção e posteriormente deverá encontrar um servidor que será coordenador para aprovação e aceite. Após o aceite, o servidor realiza o cadastro do curso ou projeto no sistema SIGAA.

Quadro 14: Financiamento edital de estudantes

	Valor de custeio por proposta	Valor da bolsa
Financiamento R\$ 25.500,00	Até R\$ 500,00	Para 20h semanais - R\$ 250,00 *Bolsas por até 04 meses

Fonte: Elaborado pela autora (2019)

▪ **Programa de Acompanhamento de Egressos - PAE:**

O programa visa identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino, pesquisa e Extensão. Principais objetivos do programa:

- Conhecer a situação profissional, os índices de empregabilidade e a inserção no mundo do trabalho dos egressos associada à formação profissional;
- Verificar a adequação entre a formação oferecida no curso e as exigências do mundo do trabalho;
- Identificar a continuidade dos estudos dos egressos após a conclusão dos cursos;

- Examinar aspectos qualitativos da instituição, seus cursos superiores e o desempenho dos estudantes e utilizá-los na elaboração de políticas de gestão acadêmica e administrativa;
- Reunir informações para o atendimento das necessidades dos egressos em relação à oferta de cursos de educação continuada e mantê-los informados sobre eventos, cursos e demais atividades oferecidas pela instituição;
- Disponibilizar, aos egressos, oportunidades de emprego encaminhadas à Instituição por parte das empresas.

Os alunos egressos da Instituição foram cadastrados no Sistema integrado de gestão acadêmica – SIGAA, e, periodicamente, recebem e-mail para que respondam o formulário de acompanhamento.

- **Políticas de Internacionalização:**

A internacionalização no IFFar propõe-se a atender uma nova e crescente demanda na formação de alunos e na qualificação de servidores, viabilizando a realização de projetos de cooperação internacional.

Estas atividades de internacionalização se organizam, basicamente, em duas ações principais:

- (I) Programa Institucional de Apoio à Internacionalização - voltado para estudantes e servidores docentes e técnico-administrativos;
- (II) Núcleos de Ações Internacionais - visa à qualificação e à preparação de estudantes e de servidores para participação nos programas de internacionalização.

- **Incubadoras Sociais:**

As incubadoras sociais promovem oportunidades para o desenvolvimento do processo produtivo e oferecem assistência a empreendimentos econômicos solidários, partindo de projetos, programas ou órgãos com a finalidade de dar suporte à formação e ao desenvolvimento de cooperativas populares.

Recentemente todos os Campus passaram por capacitações para a implantação de incubadoras sociais em cada unidade do IFFar.

- **Empreendedorismo**

As empresas juniores constituem-se na forma de associação civil, sem fins lucrativos e com finalidades educacionais. É criada, constituída e gerida exclusivamente por alunos

regularmente matriculados nos cursos de graduação do Instituto Federal Farroupilha. As finalidades educacionais constituem-se na realização de projetos e serviços que contribuam para o desenvolvimento acadêmico-profissional dos associados, capacitando-os para o mundo do trabalho.

- **Política de esporte e lazer:**

A política de esporte e lazer busca fomentar atividades de esportes e lazer, tendo por finalidade promover a integração escolar por meio de práticas esportivas, sendo realizadas para atender os discentes do IFFar e também os servidores.

Como principais atividades estão a participação dos discentes nos Jogos Estudantis em nível local, regional e nacional, onde os estudantes atletas participam de competições que envolvem modalidades esportivas tais como: atletismo, basquete, handebol, voleibol, vôlei de areia, futebol de campo, futsal, xadrez, tênis de mesa etc.

- **Curricularização da pesquisa e da extensão.**

De acordo com os documentos legais (PNE – Meta 12), a curricularização da extensão será obrigatória para o ensino superior, prevendo no mínimo 10% do total de créditos curriculares. No IFFar, por decisão institucional, a curricularização da extensão e da pesquisa acontecerá não só no ensino superior, mas também em nível médio, com a finalidade de oferecer mais oportunidades de qualificação aos estudantes e fortalecer a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão.

A Portaria nº 1.350, que homologa o Parecer do Conselho Nacional de Educação/CES nº 608/2018, da Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, instituindo as Diretrizes para as Políticas de Extensão da Educação Superior Brasileira, corrobora a determinação do PNE 2014 - 2024.

Para Gadotti (2017), curricularizar a Extensão Universitária implica aproximar a universidade dos grandes desafios da sociedade, particularmente os desafios da Educação Básica, do desenvolvimento nacional, dos movimentos sociais, das esferas públicas. O currículo não deve ser entendido como um “apêndice” do processo educativo. Ele é resultado de um “caminho percorrido” (significado da palavra "currículo") da própria educação, que implica escuta, reflexão, elaboração teórica e práxis. Uma política de extensão não extensionista é um grande desafio para a universidade. Trocar ideias com experiência já realizadas, refletir criticamente sobre elas, torna-se necessário para que não se comece tudo de novo.

A Extensão Popular, “advinda da entrada da Educação Popular na universidade, se configura como uma possibilidade concreta de estar com os setores populares, através do esforço e desejo de dialogar com esses sujeitos. A extensão, quando realizada na perspectiva da Educação Popular, busca a construção de ações geradoras de leitura de mundo, capacidade crítica e emancipação. Os resultados são identificados no processo, na constante formação, construção e transformação da realidade e dos sujeitos envolvidos” (ASSUMPÇÃO & LEONARDI, 2016).

Ainda, Gadotti (2017) menciona que, a Extensão Universitária pode tornar-se articuladora das políticas territoriais, mas, para isso, precisa incorporar os “saberes de experiência feitos” (Paulo Freire) das comunidades, muitas vezes silenciados, subalternizados e até marginalizados pela academia. A Extensão Universitária na perspectiva da Educação Popular precisa começar pela descolonização das mentes no interior das próprias universidades.

O autor a seguir, descreve as tarefas e funções da extensão:

É tarefa da universidade para a sociedade, dialogar com ela, tentar responder às suas demandas e expectativas, reconhecer a sociedade, em sua diversidade, tanto como sujeito de direitos e deveres, quanto como portadora de valores e culturas tão legítimos quanto aqueles derivados do saber erudito. É tarefa da extensão construir a relação de compartilhamento entre o conhecimento científico e tecnológico produzido na universidade e os conhecimentos de que são titulares as comunidades tradicionais. É tarefa da extensão a promoção da interação dialógica, da abertura para alteridade, para a diversidade como condição para a autodeterminação, para a liberdade, para a emancipação (PAULA, 2013).

A curricularização da pesquisa e da extensão foi implantada no primeiro semestre de 2019, em todos os campus do IFFar, sob forma de projeto piloto, onde cada Campus definiu com os membros do colegiado de curso, a indicação de um curso técnico de nível médio e um curso superior para iniciarem este processo. O objetivo é implantar gradativamente a curricularização, acompanhando e monitorando todas as etapas.

Conforme orienta a IN 001/2019⁷, as disciplinas que farão parte do projeto piloto serão definidas de acordo com as características dos projetos, sendo que deverão envolver comunidade externa ao IFFar e metodologia científica para validação das ações, respectivamente, de extensão e de pesquisa.

O projeto piloto deverá levar em consideração: definição do problema, escolha da comunidade externa a ser envolvida, definição da periodicidade do projeto, descrição das

⁷ IN 001/2019: Normatiza a execução do projeto piloto de curricularização da extensão e da pesquisa no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Farroupilha.

atividades de pesquisa e de extensão, organização do desenvolvimento e acompanhamento das atividades conforme grupo de alunos e docentes envolvidos, socialização e avaliação dos resultados e, por último, publicização dos resultados em eventos acadêmicos e/ou científicos.

- **Dados Institucionais**

Na tabela a seguir, verifica-se a evolução do quantitativo de ações de extensão realizadas no Instituto Federal Farroupilha, nos últimos 05 anos.

Tabela 01: Quantitativo de ações de extensão, nos últimos 05 anos.

ANO	AÇÕES CADASTRADAS
2015	141
2016	230
2017	256
2018	317
2019	318 ⁸

Fonte: Elaborado pela autora, a partir de dados da PROEX (2019)

No capítulo a seguir, passaremos às análises e discussões da presente pesquisa, tendo como categorias de análises as diretrizes operativas da extensão.

⁸ O número de ações de extensão cadastradas no ano de 2019, poderá aumentar pois há editais de fluxo contínuo que permanecem abertos o ano todo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo apresenta-se as análises dos resultados da pesquisa e suas discussões que respondem aos objetivos propostos na página 20. O tratamento dos resultados foi realizado por meio da análise de conteúdo passando pelas fases: 1. Pré-análise; 2 Exploração do material; 3. Tratamento dos resultados através da inferência e da interpretação, conforme Bardin (2009).

A pré-análise consistiu na leitura flutuante para possibilitar a familiarização com o material coletado visando a sua apropriação e na organização dos dados obtidos a partir dos instrumentos de coleta. Os resultados dos questionários online foram tabulados em arquivo do google forms e as entrevistas foram gravadas a partir de aplicativo de celular, foram transcritas e armazenadas em uma pasta digital, ambos no *google drive*.

A exploração do material foi realizada através de leitura minuciosa dos dados, elaboração de gráficos referente às respostas do questionário e marcação das falas mais relevantes das entrevistas transcritas.

Para o tratamento dos dados, optou-se por organizá-los em duas sessões sendo a primeira sobre: as ações de extensão como prática formativa na perspectiva dos coordenadores e alunos envolvidos e a segunda sobre a gestão dos projetos de extensão. Durante a escrita, os dados foram interpretados e cruzados com diversas referências teóricas pertinentes aos assuntos abordados.

No tocante à análise dos dados, referentes à contribuição dos projetos de extensão, optou-se por dividir em 05 grandes categorias, que são as diretrizes operativas de extensão, definidas pelo FORPROEX:

- interação dialógica;
- interdisciplinaridade e interprofissionalidade;
- Indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão;
- Impacto na formação do estudante;
- Impacto e transformação social.

A seguir, temos um quadro explicativo elencando as ações de extensão realizadas nos anos de 2017 e 2018, separados pelas áreas (meio ambiente, direitos humanos e justiça, cultura, tecnologia e produção e educação), também há uma descrição dos objetivos gerais de cada ação desenvolvida.

Quadro 15: Áreas e ações de Extensão – Ano 2017.

AÇÕES DE EXTENSÃO – ANO 2017		
Área	Ações de extensão	Objetivo geral do projeto
Meio ambiente	Produção de sabão: geração de renda e sustentabilidade.	Incentivar a reutilização de óleos e gorduras através da fabricação de sabão, evitando que os mesmos sejam descartados no meio ambiente, ocasionando a contaminação do solo e da água, bem como, colaborar com a geração de renda para as mulheres agricultoras familiares assentadas e para as mulheres carentes moradoras das associações de bairros de São Borja.
Meio ambiente	Descarte de medicamentos e automedicação: o uso consciente pode salvar vidas.	Conscientizar sobre a importância dos cuidados de armazenamento/conservação, uso indevido (automedicação) e os procedimentos corretos para o descarte dos medicamentos com prazos de validade vencidos.
Meio ambiente	Vidárvore.	Estimular e plantar sementes de árvores nativas e exóticas para posterior distribuição nos bairros da Vila Esther e vila Goulart (São Borja), armazenando as mudas em embalagens tetra park de um litro ou mais, para posterior entrega nos bairros.
Direitos Humanos e Justiça	Turismo e inclusão: Trilha acessível.	Promover as adaptações necessárias para uma trilha acessível para deficientes visuais e físicos, através de uma abordagem teórica e prática, proporcionando a inclusão do público PcD da ADEVASB – Associação de Deficientes Físicos e Visuais de São Borja.
Direitos Humanos e Justiça	Africanidades: Desconstruindo a invisibilidade afro-brasileira.	Promover a formação continuada de professores dos anos iniciais do Ensino fundamental para a incorporação das temáticas e conteúdo da cultura afro-brasileira, possibilitando a valorização das relações étnico-raciais na diversidade.
Cultura	Curso Binacional de cultura e gastronomia.	Valorizar, divulgar e estimular a produção e utilização de ingredientes e preparações típicas e característicos de cada país (São Borja/RS, Santo Tomé/AR), de modo a promover a integração fronteiriça, bem como incentivar o intercâmbio entre culturas e a pesquisa na gastronomia destes países.
Cultura	Canto do Conto.	Despertar a imaginação, a criatividade, o raciocínio, a oralidade e o gosto pela leitura, por meio da contação de histórias, utilizando a ludicidade, para os alunos das séries iniciais das escolas de São Borja.
Cultura	Som S07.	Promover encontros de discussão sobre música, arte, simbologia e história, onde as opiniões sejam baseadas em informações históricas, contextualizadas e permitindo a exposição das opiniões pessoais sobre cada obra apresentada. Os principais discos estudados, relacionaram-se às décadas de 1967, 1977, 1987 e 1997.
Cultura	Café com livros.	Fomentar o gosto pela leitura e pela literatura por meio de discussão de obras literárias, promovendo assim a diversidade de olhares sobre a mesma temática, instigando os participantes à leitura e ao debate das obras literárias apresentadas e problematizadas.

(continua)

Cultura	Cine Campus.	Estabelecer um local de cultura, lazer e estudo, aliando entretenimento e reflexão por meio da exibição de filmes, ampliando a visão cinematográfica dos envolvidos e disponibilizar um espaço apropriado para o debate em torno do filme e das temáticas abordadas.
Cultura	II Mostra de empreendedorismo.	Proporcionar a divulgação dos trabalhos desenvolvidos nas áreas de empreendedorismo, nas turmas dos 2º anos do Curso Técnico Integrado em Eventos para a comunidade escolar externa e fronteiriça, bem como, promover a integração sociocultural e científica entre estas comunidades.
Cultura	Apresentação de trabalhos científicos na área de gastronomia.	Estimular a produção científica entre os acadêmicos e docentes na área da gastronomia, bem como divulgar os trabalhos de ensino, pesquisa e extensão que vem sendo realizadas na área tanto a nível nacional, como internacional (Mercosul).
Tecnologia e Produção	São Borja APK.	Proporcionar ao público participante, o desafio de criar um aplicativo móvel e desenvolver o planejamento estratégico de divulgação e venda do software, através de um concurso de aplicativos acerca de temas previamente estabelecidos.
Tecnologia e Produção	Codificar São Borja.	Oferecer oficinas para ensino de programação em escolas públicas de educação básica do município de São Borja/RS, desmitificando a área tecnológica e consequentemente a promoção de autonomia, habilidades de trabalho em grupo, criatividade.
Educação	Alternativas pedagógicas como forma de promover uma cultura escolar – IDEB.	Propor alternativas pedagógicas de interpretação de questões de Matemática abordadas na Provinha Brasil e na Prova Brasil, a fim de auxiliar alunos do 2º ano das séries iniciais e do 5º e 9º ano das séries finais do Ensino Fundamental da Escola Estadual de Ensino Fundamental João Goulart do município de São Borja/RS a elevar o Índice do IDEB.
Educação	Astronomia na escola.	Inserir a Astronomia como uma forma de levar o conhecimento das ciências para os alunos de ensino fundamental e médio da rede municipal e estadual da cidade de São Borja, através de observações astronômicas, buscando despertar a curiosidade desta ciência tão antiga e restrita a poucos.
Educação	Matematicando divertidamente: “ação social de licenciandos no projeto AABB Comunidade”.	Atender estudantes da Educação Básica que estejam em vulnerabilidade social, assistidos pela AABB do município de São Borja, quanto às dificuldades em matemática, bem como promover ganhos na formação pedagógica dos licenciandos de Matemática do Campus.
Educação	Xadrez na escola.	Promover competições de jogos de xadrez, integrando a comunidade escolar e comunidade externa, para fins de promover uma cultura intelectual através do esporte, desenvolvendo a capacidade de raciocínio, atenção e concentração dos jogadores.
Educação	Formação continuada de professores na área	Propor alternativas de ensino de Matemática que contribuam com aulas mais dinâmicas e que valorizem os saberes vivenciados pelos alunos, a fim de compor uma nova estratégia para o aprendizado,

(continua)

	de matemática: renovando estratégias de ensino.	tendo como foco propiciar a atualização dos professores da área de Matemática do município de São Borja, buscando refletir e repensar sobre sua prática docente.
Educação	Docência conectada: a humanização das tecnologias.	Promover espaços e tempos de diálogo e formação, a partir do uso de tecnologias na/para a formação docente, propondo a ampliação de conceitos diante dos papéis que desenvolvem no entrelaçamento de educação e inovação tecnológica, ampliando o diálogo multicultural e a construção de conhecimento entre os municípios envolvidos – Barra do Quaraí, Uruguaiana, Bella Unión - Uruguai.
Educação	A matemática na educação ambiental.	Interligar a matemática com as mais diversas áreas do conhecimento, principalmente no que diz respeito à compreensão de questões ambientais extremamente relevantes no contexto atual, promovendo ações de conscientização e percepção do papel de todos nós como cidadãos responsáveis pelo meio onde vivemos. As ações serão realizadas através de oficinas em quatro escolas do município de São Borja, culminando com uma feira sustentável.
Educação	Curso preparatório para o processo seletivo – CPPS.	Promover a troca de informações nas diversas áreas do conhecimento, além de criar um ambiente acolhedor entre os participantes que desejam realizar o processo seletivo dos cursos integrados do campus. As aulas abrangem as disciplinas de matemática, português, física, química, biologia, história, geografia, dentre outras.
Educação	Esporte sem fronteiras.	Proporcionar a vivência da prática desportiva e salutar entre atletas do IFFar, comunidade externa e fronteira das escolas de Santo Tomé-Argentina, despertando para a língua estrangeira do país vizinho, trazendo ainda o enriquecimento sociocultural entre estas comunidades.
Educação	Espaço formativo por meio de monitorias para auxiliar na aprendizagem da Matemática	Proporcionar espaços formativos de aprendizagem da Matemática aos alunos do 2º ano da Escola Estadual Olavo Bilac, por meio de monitorias dirigidas, com foco nos conteúdos em que estes alunos apresentam dificuldades de aprendizagem.

Fonte: elaborado pela autora.

No quadro a seguir, temos uma descrição das ações de extensão realizadas no ano de 2018, no IFFar – Campus São Borja.

Quadro 16: Áreas e ações de extensão - Ano 2018.

AÇÕES DE EXTENSÃO – ANO 2018		
Área	Ações de extensão	Objetivo geral do projeto
Meio ambiente	Descarte de medicamentos e automedicação: o uso consciente pode	Conscientizar sobre a importância dos cuidados de armazenamento/conservação de medicamentos, bem como o uso indevido (automedicação) e os procedimentos corretos para o descarte dos medicamentos com prazos de validade vencidos.

(continua)

	salvar vidas – Ano III	
Meio ambiente	Produção de sabão: geração de renda e sustentabilidade – ANO 2	Incentivar e colaborar com a geração de renda para as mulheres agricultoras assentadas e para as mulheres de baixa renda moradoras de diferentes bairros de São Borja, através da reutilização de óleos e gorduras para a fabricação de sabão, evitando que os referidos resíduos sejam descartados no meio ambiente, ocasionando a contaminação do solo e da água, estimulando assim, ações sustentáveis que contribuam na preservação ambiental.
Meio ambiente	Educação ambiental: lixo eletrônico	Promover a educação ambiental relacionados aos problemas causados pelo descarte incorreto do lixo eletrônico, bem como, a forma correta de descartar estes resíduos, para os alunos das séries iniciais do ensino fundamental (4º e 5º ano), de escolas do município de São Borja/RS.
Direitos Humanos e Justiça	Organização de Eventos Acessíveis: Balada Inclusiva do IFFAR	Promover as adaptações necessárias para um evento acessível para o público da ADEVASB (Associação de Deficientes Físicos e Visuais de São Borja) e APAE (Associação de pais e amigos dos excepcionais), proporcionando acesso a atividades de lazer, ofertando um evento social que permita ao público alvo experimentar autonomia e atividades de integração social.
Direitos Humanos e Justiça	Trinta anos depois da Constituição Cidadã: Estudos da construção da história política brasileira a partir das suas Constituições Federais	Promover um curso de qualificação para fins de discutir a construção da história política brasileira a partir da leitura e debate das sete Constituições Federais do Brasil, buscando refletir sobre o processo de elaboração da Constituição de 1988 e sobre a aquisição e perda de direitos nesses 30 anos.
Direitos humanos e justiça	Cozinha Social: o fazer do dia a dia gera renda.	Oferecer às mulheres pertencentes aos 05 CRAS de São Borja, qualificação profissional por meio do alimento com propósito de geração de renda e inclusão social, realizando oficinas de panificação e lanches rápidos para fins do ingresso deste público no mercado de trabalho.
Cultura	Cine Campus	Estabelecer um local de cultura, lazer e estudo, aliando entretenimento e reflexão por meio da exibição de filmes, buscando ampliar a visão cinematográfica da comunidade de São Borja e disponibilizar um espaço apropriado para o debate em torno do filme e das temáticas abordadas.
Cultura	SomS7.8	Incentivar a leitura e a audição das obras musicais dos anos de 1968, 1978, 1988 e 1998, como forma de ampliar os conhecimentos culturais, promovendo a contextualização entre a arte e a história das sociedades no contexto global
Cultura	Café com Livros	Apresentar e problematizar obras literárias de gênero narrativo, de autores representativos da literatura brasileira e universal, bem como, instigar os participantes à leitura e ao debate das obras literárias apresentadas e problematizadas, acompanhados de um café.

(continua)

Cultura	Canto do conto	Incentivar a leitura como forma de contribuir para formação de leitores e para o processo de ensino-aprendizagem no ensino fundamental (anos iniciais) das escolas de São Borja, bem como despertar a ludicidade, o raciocínio lógico e a oralidade.
Cultura	TajiPoty: A educação patrimonial e a valorização da cultura missioneira	Capacitar professores das redes públicas e privadas, na capacitação de agentes culturais envolvidos com a história, com a cultura e com o turismo de São Borja e também com alunos dos cursos técnicos e superiores vinculados a temática.
Cultura	III Festival Internacional de Cozinha Missioneira	Resgatar, valorizar, divulgar e estimular a preservação da gastronomia e dos produtos regionais, entendendo que estes podem ser elementos de fomento da geração de trabalho e renda de modo a gerar impacto sobre a qualidade de vida dos atores que pertencem à região fronteira de São Borja – Brasil/ Santo Tomé – Argentina.
Cultura	Mostra Fotográfica e Informativo de Turismo em São Borja	Divulgar o turismo em São Borja, conscientizando sobre a importância do mesmo, promovendo a propagação da história e a cultura do município de São Borja;
Cultura	Intercâmbio gastronômico e cultural Brasil/Uruguai/Argentina	Verificar a propagação cultural por meio da gastronomia e do conhecimento popular, e demonstrar como a participação do meio acadêmico pode alavancar o processo de desenvolvimento das cidades gêmeas do Brasil/Argentina e Brasil/Uruguai.
Tecnologia e Produção	Academia Cisco	Oferecer à comunidade, cursos voltados para a área de Tecnologia da Informação, propiciando capacitação/qualificação, utilizando materiais certificados pela empresa Cisco.
Educação	Modernização e profissionalização do Laboratório de Eventos	Modernizar e profissionalizar o Laboratório de Eventos do IFFar – Campus São Borja para que ele seja capaz de planejar e coordenar diversos eventos de abrangência municipal e regional solicitados por entidades parceiras, com ênfase na prática profissional dos estudantes do curso Técnico em Eventos.
Educação	Formação continuada de professores: matemática nos anos iniciais do EF.	Propor alternativas de ensino de matemática para professores dos anos iniciais do Ensino Fundamental que contribuam com aulas mais dinâmicas e que valorizem os saberes vivenciados pelos alunos, a fim de compor uma nova estratégia para o aprendizado.
Educação	Monitoria – Uma ação que gera habilidades.	Propor alternativas pedagógicas afim de que os estudantes da graduação aprimorem suas habilidades no ensino da matemática, auxiliando assim, os alunos da Escola Estadual Técnica Olavo Bilac, participantes do projeto, a melhorar seus desempenhos nas disciplinas de exatas.
Educação	1ª Mostra de Foguetes do município de São Borja.	Realizar um Campeonato de Foguetes no IFFar – Campus São Borja e demais escolas de Ensino Médio do município de São Borja, fomentando o interesse pela Astronáutica, Física, Astronomia, Química e ciências afins, promovendo a difusão dos conhecimentos básicos de uma forma lúdica e cooperativa, mobilizando alunos e servidores voltados às atividades aeroespaciais.

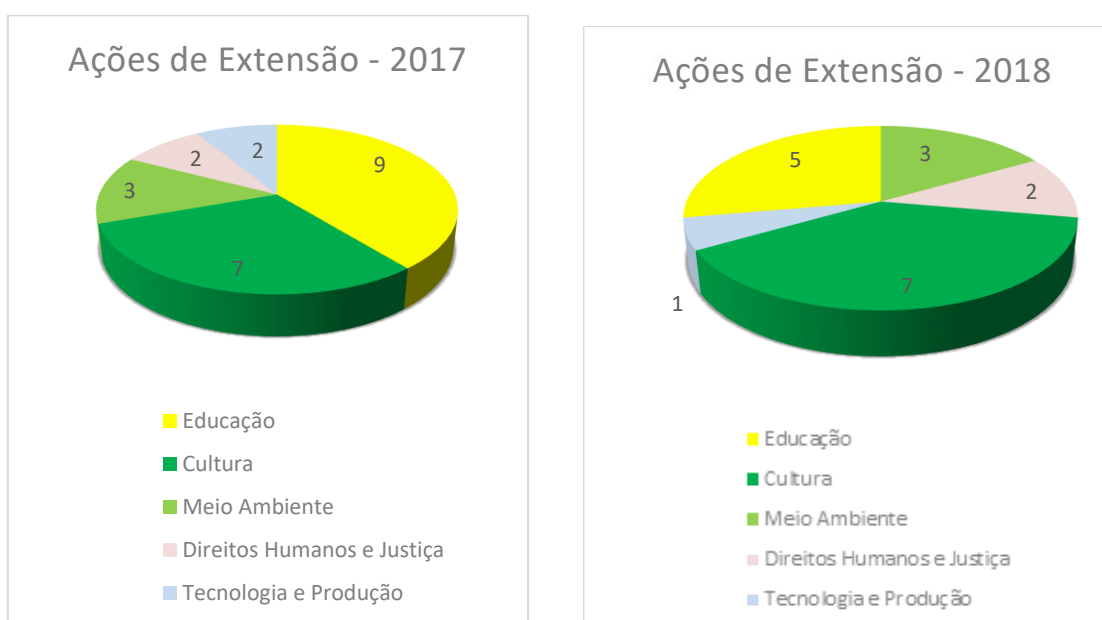
(continua)

Educação	Curso Preparatório para o Processo Seletivo – 7ª Edição	Propiciar aos alunos de escolas públicas, que desejam ingressar no IFFar – Campus São Borja, um apoio com aulas de reforços escolares, de forma que possam minimizar as diferenças com os estudantes que buscam cursos particulares e facilite o acesso ao Instituto.
----------	---	---

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como forma de facilitar a visualização das principais áreas em que foram realizadas ações de extensão em ambos os anos, elaborou-se os gráficos abaixo, com os respectivos quantitativos:

Gráfico 03: Quantitativo de ações de extensão por área.



Fonte: elaborado pela autora.

Os gráficos demonstram que as áreas com maior quantitativo em ações de extensão em ambos os anos, são as áreas de educação, cultura e após respectivamente meio ambiente, direitos humanos e justiça e por último tecnologia e produção. As ações de extensão, contemplam ações de educação ambiental, sustentabilidade, acessibilidade, valorização das relações étnico-raciais na diversidade, incentivo à leitura, incentivo à música e aos esportes, valorização da cultura local e regional, empreendedorismo, tecnologia, monitoria e reforço escolar em escolas públicas e formação continuada de professores etc.

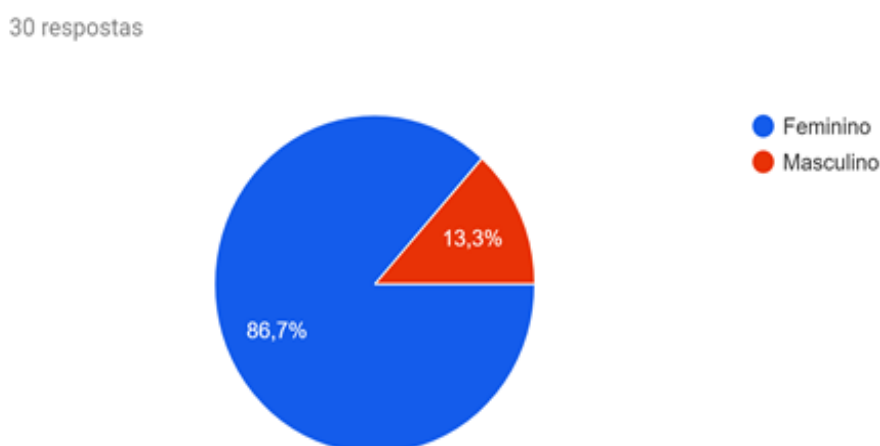
Analisando todas as ações de extensão desenvolvidas, verifica-se que algumas são reeditadas ano após ano, em muitos casos pelo mesmo coordenador, sendo ofertado para o

mesmo público, uma vez que o coordenador visualiza a importância da continuidade das ações para fins de suprir aquelas demandas específicas das comunidades/Instituições.

4.1 AS AÇÕES DE EXTENSÃO COMO PRÁTICA FORMATIVA NA PERSPECTIVA DOS ALUNOS E COORDENADORES.

O número total de sujeitos de pesquisa respondentes do questionário, totalizou 30 estudantes. Conforme demonstra o gráfico abaixo 86,7% (26 estudantes) que participaram de ações de extensão são do sexo feminino e apenas 13,3% (04 estudantes), são do sexo masculino.

Gráfico 04: Sujeitos de pesquisa



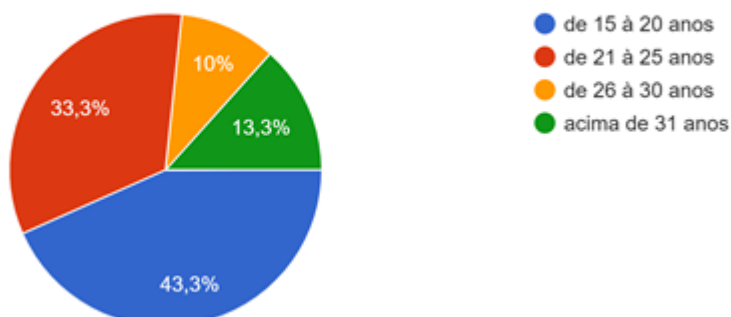
Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Os dados acima demonstraram o protagonismo feminino na realização das ações de extensão, onde as mulheres são maioria, na efetivação e envolvimento com este tipo de ação.

Em relação à faixa etária dos estudantes participantes, a maioria tinha idade entre 15 a 20 anos, totalizando 43,3% dos respondentes (13 estudantes). Logo após está a faixa etária de 21 a 25 anos, com 33,3 % (10 estudantes). Nesse sentido, constatou-se que os estudantes que participaram das ações são, na grande maioria, jovens que estão cursando o ensino médio integrado e/ou estão iniciando seus cursos superiores de graduação.

Gráfico 05: Faixa etária dos participantes

30 respostas

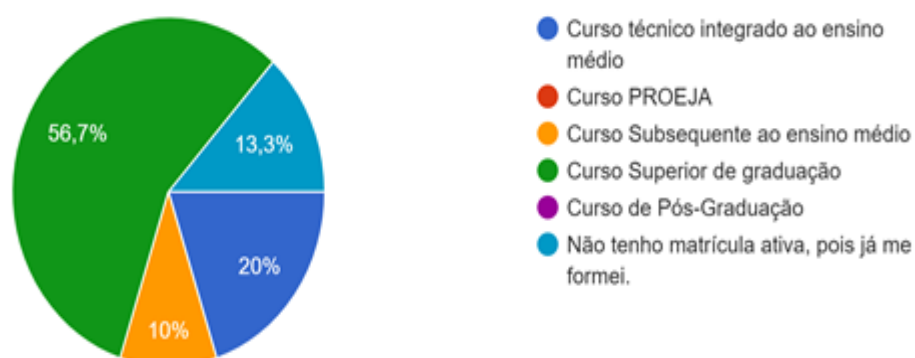


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quanto ao curso que o estudante estava matriculado no momento em que desenvolveu/participou da ação de extensão, a maioria, 56,7% (17 estudantes) estava vinculado aos cursos superiores de graduação. Logo a seguir, com 20% (06 estudantes) estavam matriculados nos cursos técnicos integrado ao ensino médio. Conforme observa-se no gráfico a baixo, 13,3% (04 estudantes) são alunos egressos, pois não possuem mais matrícula ativa com a Instituição.

Gráfico 06: Curso em que o participante está/estava matriculado

30 respostas

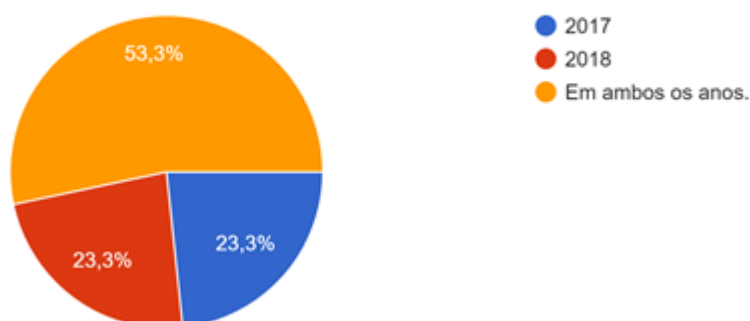


Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Quanto ao ano em que o participante foi bolsista de extensão, observa-se que a maioria, 53,3%, (16 estudantes), atuaram em ações de extensão tanto nos anos de 2017, quanto em 2018, enfatizando assim, a vontade própria do estudante de continuar participando deste tipo de ação, ano após ano. No ano de 2017, 23,3% dos participantes (07) mencionaram ter participado das ações de extensão somente neste ano, bem como, o mesmo percentual de 23,3% repete-se no ano de 2018.

Gráfico 07: Ano em que o estudante foi bolsista de extensão

30 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

A partir desta breve análise dos dados demográficos dos alunos participantes nos anos de 2017 e 2018, pode-se inferir que a maioria das ações de extensão foram realizadas por estudantes mulheres, com idade mínima de 15 a 20 anos, sendo a maioria dos cursos superiores de graduação.

Outro fator relevante é que grande parte, 53,3% dos participantes, atuaram em ações de extensão em ambos os anos, evidenciando assim o interesse em continuar realizando este tipo de ação, porque criaram um vínculo com a Instituição e/ou comunidade em que realizaram as ações de extensão e querem dar continuidade às ações propostas no ano anterior.

4.1.1 INTERAÇÃO DIALÓGICA

A extensão universitária, de acordo com o artigo 207 da Constituição de 1988, é uma ação indissociável ao ensino e à pesquisa. Essa prática acadêmica pode ser uma forma de

aproximação para promover um diálogo com outros setores da sociedade, viabilizando uma produção de conhecimentos de forma colaborativa.

Não se trata mais de “estender à sociedade o conhecimento acumulado pela universidade”, mas de produzir, em interação com a sociedade, um conhecimento novo. Um conhecimento que contribua para a superação da desigualdade e da exclusão social por meio da troca de saberes e experiências (FORPROEX, 2012).

Nesse sentido, a Coordenadora a seguir faz uma explanação sobre a relevância da interação entre a Instituição e a comunidade, como forma de auxiliar no desenvolvimento local e regional, bem como, para a formação do aluno:

A instituição tem isso como prerrogativa, né, da tríade de ensino-pesquisa-extensão. E aí como que não vai devolver nada? Porque a ideia da instituição pelo que eu entendo e pelo que eu já acompanhei da história é justamente modificar a região, mas não só no sentido de formação, mas de poder devolver para comunidade as coisas que são feitas aqui para não ficar algo feito só para si. Não é somente no sentido de dar qualificação para as pessoas, mas também de poder retribuir para a comunidade de uma forma mais imediata porque o aluno que entra aqui, leva 02, 03, 04 anos dependendo do curso, pra sair daqui e entrar no mercado de trabalho. Mas os projetos de extensão são mais diretos, traz, vai apresentando e já vai trazendo benefícios ao longo do curso mesmo. Além de, tipo o aluno que participa disso, ele percebe que ele é além do profissional que ele vai se formar, ele percebe o poder que ele tem e percebe a relevância dessas ações (Coordenadora 03).

Os princípios da integração ensino-pesquisa, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da universidade revela um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania. (JEZINE, 2004).

Quanto à relevância destas interações de trocas de conhecimentos e vivências, segue relato abaixo:

“Para mim superou todas as minhas expectativas, o projeto que participei foi de Preparações Básicas em Cozinhas, realizado em um CRAS⁹ da cidade, o que mais me surpreendeu foi o conhecimento que essas mulheres tinham, conhecimento passado de geração em geração. Posso dizer que aprendi mais que ensinei, foi uma troca muito rica. Tem muitas técnicas também que só com a experiência você adquire e que eu enquanto estudante ainda não tinha” (Aluno SUP04).

⁹ CRAS – Centro de Referência em Assistência Social.

Conforme a narrativa acima elucidada, o aluno do curso superior de Gastronomia relata a importância da troca de conhecimentos vivenciada, onde os saberes populares integraram-se aos saberes acadêmicos e científicos vistos na sala de aula. Esse tipo de interação oportuniza aos futuros profissionais, maior abertura para relacionar a teoria com a prática, permite a visualização de que há muitas outras técnicas e/ou “modos de fazer”, visando agregar novas possibilidades de ensino, aprendizagem e experiências.

Para Larrosa (2002), a experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece. Dir-se-ia que tudo o que se passa está organizado para que nada nos aconteça.

Freire (2011) afirma que conhecer é tarefa de sujeitos e o conhecimento é adquirido por meio de uma presença curiosa do sujeito em face do mundo, portanto, requer uma busca constante. As ações vivenciadas e compartilhadas entre os sujeitos possibilitarão o confronto das suas experiências e necessitarão de intervenções e interações de todos os envolvidos, proporcionando transformações sobre os problemas enfrentados. Para isso, é indispensável uma busca constante de suas demandas, a qual implica em inovação e em reinvenção de suas ações.

A participação em ações extensionistas impactou significativamente na formação acadêmica dos estudantes, oportunizando vivências e situações que não seriam possíveis somente em discussões teóricas da sala de aula, tornando-os mais críticos acerca da realidade e dos contextos locais, mais atuantes e participantes nos seus bairros e comunidades compreendendo sua função social como cidadãos, aplicando os conhecimentos adquiridos nos bancos escolares na prática, conforme narrativas a seguir:

No ano de 2017 fui bolsista do PIBID e em 2018 participei de projetos de extensão: monitoria nas escolas estaduais do município e projeto de formação continuada, foi de grande relevância pois possibilitou a experiência em sala de aula e o entendimento sobre o contexto escolar e seus desdobramentos (Aluno SUP10).

Projetos de extensão oferecem novos conhecimentos para quem participa (Aluno SUB01).

“É uma troca de conhecimento fundamental para nossa formação acadêmica” (Aluno SMA01).

“Participar do projeto de extensão me proporcionou ter um envolvimento com a comunidade que é muito diferente com o envolvimento que tenho com a mesma cotidianamente, pois através da extensão acadêmica tive experiências de trocas de conhecimentos e reconhecimento de realidades diferentes, que geraram

enriquecimento e transformação não apenas para mim, mas principalmente para o público ao qual a ação se destinava” (Aluno EMI02).

Conforme salienta Freire (2011) o ser humano é capaz de analisar criticamente sua realidade e, por isso mesmo, não faz sentido uma ação universitária, como a extensão, caminhar no sentido contrário. É necessário um reconhecimento de que somos seres em constante processo de aprendizagem. Aprende-se, uns com os outros, em todo momento, entendendo o educar e se educar como um exercício realizado por quem compreende que pouco sabe e, por isso, entende que sabe algo e pode chegar a saber mais.

Segundo Abranches (2014), a extensão universitária oportuniza à acadêmicos e docentes a convivência e o envolvimento com diferentes realidades sociais e culturais, ocasionando possíveis discussões e pesquisas dentro das instituições de ensino sobre questões formuladas através dessa vivência. Assim, tendo esse ciclo de aprendizagem uma retroalimentação ao buscar solucionar questões vindas do convívio da comunidade universitária com o meio externo.

No gráfico abaixo temos uma ilustração acerca da percepção dos alunos extensionistas, diante das situações vivenciadas nos projetos de extensão.

Gráfico 08: Percepção da realidade

30 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Diante do exposto percebe-se que a maioria dos participantes, 93,3%, consideram que a partir das vivências nos projetos de extensão, conseguiram visualizar/entender a realidade das

comunidades e Instituições, percebendo as dificuldades e carências enfrentadas pela sociedade, principalmente situações de políticas públicas insuficientes nas áreas em que estavam atuando.

A seguir, temos alguns relatos enfatizando que as vivências/percepções se intensificam à medida que estamos imersos no local de trabalho.

[...] a extensão foi meu primeiro contato real com o universo da profissão que escolhi - a docência. Participar do projeto me fez entender as dificuldades enfrentadas diariamente pela gestão escolar para manter tudo funcionando, aprendi muito com os alunos e entendi o meu papel como futura docente (Aluna SUP06).

Durante dois anos, com os dados coletados e as visitas realizadas em comunidades e ESFs e demais locais externos à Instituição, foi possível desenvolver um olhar crítico relacionado às políticas de meio ambiente e perceber que as pessoas que vivem em locais mais isolados possuem menor acesso à informação. A falta de investimento é o grande intensificador dos problemas sociais e ambientais de determinadas regiões (Aluno EMI01).

O projeto que participei foi desenvolvido em uma escola pública, ficou muito claro para mim a ausência de políticas de fortalecimento da educação, seja em capacitação para professores, infraestrutura precária, professores em número insuficiente etc, (Aluno SUP01).

A partir do exposto, podemos trazer as reflexões de Góis (2003), quando o autor coloca que a extensão valoriza o esforço da comunidade em agir e pensar a partir de sua realidade local, e com isso alimenta nos estudantes a noção de participação social e mobilização comunitária. Podemos inferir que, quando as universidades assumem o papel da extensão como produtora de conhecimento, passam a alimentar a produção de uma consciência crítica, colaborando para o fortalecimento das estruturas coletivas de organização política que possibilitam o exercício singular da cidadania.

Ao tratar sobre a experiência, Larrosa (2002) nos propõe refletir através de uma perspectiva crítica e política que leve os sujeitos à reflexão pela práxis, pensando numa educação a partir da experiência e dos sentidos. Esse autor refere-se ao saber da experiência enquanto um saber diferente de outras coisas: um saber que trata daquilo que foi vivenciado e que, de alguma forma, alterou a constituição humana.

Como afirma Freire (2006), ser dialógico não tem a ver com invadir ou manipular, mas em empenhar-se para transformar constantemente a realidade. O diálogo implica em uma relação de horizontalidade, um lugar onde todos têm o direito a expressar suas ideias, com respeito mútuo ao analisar criticamente o que foi dito pelo outro sobre o assunto em discussão.

Neste sentido, a interação dialógica proporcionada pelas ações de extensão oportuniza que os alunos vivenciem situações que dificilmente estão contempladas na grade curricular dos projetos pedagógicos de cada curso, refletindo sobre questões sociais, éticas, políticas, econômicas etc, repercutindo na formação de profissionais mais engajados com a minimização das desigualdades sociais e com mais respeito pelas trajetórias de vida de cada indivíduo.

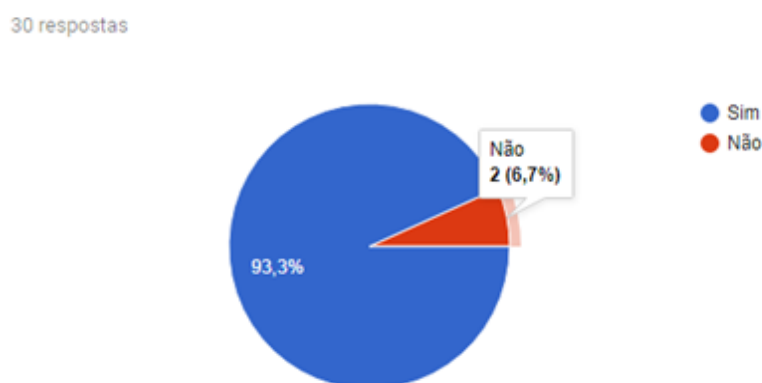
4.1.2 INTERDISCIPLINARIDADE E INTERPROFISSIONALIDADE

Como refere Morin (2001), de que serviriam todos os conhecimentos se não os confrontássemos uns com os outros, a fim de formar uma configuração capaz de responder às nossas inquietudes e expectativas?

O trabalho coletivo e interdisciplinar nas relações humanas e sociais é um dos caminhos apontados por Morin (2001), desde que não somente dentro da universidade, mas também, fora dela. E complementa: o atual modelo de educação é incapaz de perceber as relações existentes entre os conhecimentos e as aprendizagens e porque ambos devem acontecer concomitantemente. Tanto nas universidades como nas escolas tudo é fragmentado, cada coisa no seu tempo e lugar. No seu lugar está o fazer do professor, a estrutura das salas de aula, os corredores e pátios. Ou seja, primeiro a graduação – teoria – formação, ficando a prática para planos futuros, quando o aluno se insere no mercado de trabalho.

Conforme verifica-se no gráfico abaixo, a maioria dos respondentes, 93,3%, consideram que houve interdisciplinaridade e interprofissionalidade durante a realização das ações/projetos de extensão em que participaram, uma vez que aplicaram os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula.

Gráfico 09: interdisciplinaridade e interprofissionalidade



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Nas narrativas a seguir, temos alguns depoimentos de coordenadores e alunos quando perguntados sobre a interdisciplinaridade e interprofissionalidade na realização das suas ações de extensão:

É um complemento de ambas as partes entre o teórico e o prático, onde proporciona uma experiência com o público de forma diferente (Aluno SUB03).

Eles conseguem ter uma dimensão da ação profissional e eu percebo assim a extensão, e é por isso que eu gosto tanto dos projetos de extensão em vários aspectos: é a comunidade enxergar o que é feito e receber um retorno de certa forma mais imediato. É o aluno poder perceber que a profissão dele não é somente aquilo que ele enxerga, mas perceber a amplitude de possibilidades de atuação dentro daquilo que ele tá fazendo e o terceiro divulgar os cursos que são feitos aqui, para que nós possamos ter mais alunos. Então essas três coisas que eu percebo como os carro chefe da extensão. (Coordenadora 03).

Participar de projetos de extensão me proporcionou contato direto com a minha área de estudo e futura profissão, permitindo-me desenvolver habilidades que apenas na teoria não seriam tão bem trabalhadas (Aluno SUP03).

Entendemos com Tardif (2002) que a prática da profissão docente exige outros saberes, para além daqueles aprendidos dentro do currículo do curso durante a formação. Experimentar situações que permitirão refletir, por exemplo, sobre o ensino e a aprendizagem, a utilização de abordagens pedagógicas diferenciadas, o diálogo com pessoas com pouca ou nenhuma escolaridade formal, dentre outras, é relevante para a formação inicial. Experiências, nesse sentido, são possíveis com a participação no desenvolvimento de ações extensionistas, porque elas possibilitam refletir sobre a prática da profissão docente.

Neste sentido, a narrativa do aluno abaixo confirma esse entendimento:

Por ser de um curso de Licenciatura, os conhecimentos teóricos estudados nas disciplinas no curso se faziam presentes na prática do projeto de extensão o tempo todo, pois o professor precisa dominar uma série de saberes docentes, os quais, em maioria, se constituem a partir da prática do professor e o projeto de extensão proporciona situações nas quais estes saberes são postos em prática (Aluno SUP05).

Nesta mesma linha de pensamento Tardif (2002) sugere ainda que: os professores, desde sua formação inicial, precisam entrar em contato com situações concretas que demandam posicionamentos, ou improvisações, dificilmente desenvolvidas unicamente no ambiente da universidade.

A seguir, temos algumas narrativas dos alunos sobre as experiências e desafios vivenciados nas ações de extensão:

O último projeto que realizei foi destinado aos conteúdos de geometria plana, porém ao chegar em uma das escolas nos deparamos com uma aluna com deficiência visual. Foi necessário utilizarmos técnicas estudadas em metodologia e práticas de ensino da matemática para adaptar o conteúdo e o material que trabalhamos (Aluno SUP11).

Através da contação de histórias, que era o foco do projeto de extensão foi possível trabalhar interdisciplinarmente com disciplinas específicas e pedagógicas do meu curso de Licenciatura em Física, como a astronomia, a construção de materiais e adequação de metodologias e abordagens de ensino para públicos distintos (Aluno SUP07).

O projeto do qual participei exigiu flexibilidade, por exemplo, para trabalhar o mesmo contexto de uma história com idades e pessoas diferentes. O ato de pensar e planejar uma atividade, trocar experiência com professores que atuam em sala de aula a mais tempo, todos esses fatos colaboram para o crescimento profissional de um aluno que está se preparando para futuramente exercer a docência e através da extensão eu tive acesso a essas oportunidades (Aluno SUP05).

A participação nos projetos de extensão relatada acima pelos acadêmicos de licenciatura, permitiu que os mesmos vivenciassem experiências em ambientes de escolas públicas, possibilitando que os mesmos conhecessem a realidade na qual futuramente irão desempenhar suas atividades profissionais. Também proporcionou uma preparação prévia para a realização dos estágios curriculares obrigatórios de regência realizados no 7º e 8º semestres do curso, bem como, a interlocução destas vivências permitiu o embasamento das discussões e debates nas disciplinas do curso, agregando tanto para a sociedade quanto para a formação dos estudantes.

Nesse sentido, Bronfenbrenner (2005), salienta que o microsistema atua como um contexto imediato em que a pessoa em desenvolvimento tem experiências diretas e onde ocorrem os processos proximais, como a família e a escola, para uma criança, e o local de trabalho, no caso de um adulto. É formado por um padrão de atividades, papéis sociais e relações interpessoais que são experienciados face a face pela pessoa em desenvolvimento, em um determinado ambiente que contém tanto objetos e símbolos específicos, quanto pessoas com suas particularidades biopsicológicas e seus sistemas de crenças.

Na obra de Josso (2004) – uma perspectiva interacionista, direcionada ao campo da aprendizagem e da consciência - encontramos a experiência como sendo situações de encontro,

que se tornam formadoras quando o sujeito é capaz de articular o saber e o fazer junto ao conhecimento. Com efeito, verbalizar nossas experiências de transformação é tratar de acontecimentos que nos servem para determinadas aprendizagens. Por isso, experiência formadora é aquela que permite a articulação da aprendizagem por meio do saber-fazer e do conhecimento, da funcionalidade e da significação, tornando-se um suporte para ações transformadoras.

Ao fazer parte, de atividades de extensão, os alunos percebem e já associam que os conhecimentos teóricos da sala de aula podem ser transformados em ação, e a partir do momento em que são socializados com as comunidades e Instituições podem influenciar e promover a transformação destes ambientes.

Outro fator perceptível é a ‘internalização da profissão’, onde o aluno começa a se reconhecer como profissional da área, percebe as dificuldades a serem enfrentadas, os desafios da profissão, o reconhecimento das diferentes possibilidades de atuação e potencializa as certezas ou incertezas pela escolha da profissão.

4.1.3 INDISSOCIABILIDADE ENSINO – PESQUISA – EXTENSÃO

A indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão reafirma a extensão como processo acadêmico, em que, de acordo com o FORPROEX (2012), coloca o estudante como protagonista de sua formação técnica - processo de obtenção de competências necessárias à atuação profissional - e de sua formação cidadã – processo que lhe permite reconhecer-se como agente de garantia de direitos e deveres e de transformação social.

Neste sentido Buarque (1994), afirma categoricamente que a extensão universitária tem se configurado, nos dias atuais, como um espaço de formação profissional e de ricas e qualitativas aprendizagens onde os acadêmicos dispõem da possibilidade de compartilhar conhecimentos e vivências com docentes e discentes de diferentes áreas do saber, bem como, experimentar a tomada de decisão, perceber-se como profissionais e desenvolver qualidades e habilidades relevantes para o desenvolvimento da prática profissional, compreendendo a mesma como práxis, ou seja, sem desvinculá-la da teoria social aprendida.

Neste sentido, as atividades de ensino são vivenciadas no dia a dia escolar, durante o estudo e aprofundamento das diversas disciplinas e temáticas contempladas nos PPCs dos cursos. A extensão permite aos alunos o compartilhamento dos conhecimentos adquiridos no

ambiente escolar com os mais diversos públicos, permitindo que esse conhecimento seja realimentado e ganhe uma “roupagem nova”, ressignificando a aprendizagem dos mesmos.

Corroborando com este entendimento todos os cursos técnicos e superiores do IFFar, possuem em seus projetos pedagógicos de curso as atividades complementares. Estas atividades são divididas em ensino, pesquisa, extensão e gestão, onde os alunos precisam entregar comprovantes de carga horária nestas atividades, tendo por finalidade contribuir para uma formação ampla e diversificada do aluno, a partir de vivências e experiências realizadas para além do âmbito do curso ou da instituição, valorizando a pluralidade de espaços educacionais e incentivando a busca pelo conhecimento, sendo obrigatórias para a conclusão do curso e colação de grau.

Conforme enfatiza Tavares (1997), a extensão não seria uma atividade à parte ao ensino e à pesquisa, mas o momento de devolução e articulação do saber, constantemente revisto, no confronto com a materialidade da vida social. A extensão, nesta perspectiva, constitui-se em fator desencadeador do processo de ensino: os conhecimentos já produzidos, ao serem colocados em prática, evidenciam lacunas, que se transformam em problemas para pesquisa, fomentando a construção de novos conhecimentos, que serão adotados no processo ensino – pesquisa - extensão e assim sucessivamente, num movimento dialético.

Conforme narrativa do Coordenador a seguir, reafirma-se que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão promove o aprimoramento de habilidades e competências aos alunos participantes, proporcionando uma formação diferenciada.

Os alunos participantes dos projetos sempre tiveram um excelente aproveitamento acadêmico, conseguindo perpassar pelo ensino, pesquisa e extensão, tornando parte indissociável da sua formação acadêmica, pois possibilitou aos mesmos novas vivências e uma melhor compreensão do mundo que os cerca. (Coordenador 02).

Conforme percebe-se a partir do relato abaixo, a participação nos projetos de extensão para alunos do ensino médio integrado, proporcionou aos participantes a oportunidade da iniciação científica, com submissão de resumos e participação em eventos. Essas experiências a partir do ensino médio melhor preparam os alunos, a partir do momento em que ingressarem em cursos superiores de graduação já estarão familiarizados com o universo da pesquisa, uma vez que já possuem esse contato prévio enquanto discentes da educação básica.

O projeto que participei em 2017 e 2018 foi muito importante para a minha aprendizagem, pois estimulou saberes que eu nem imaginava dominar. Um desses saberes foi a criação da identidade visual do projeto os quais são importantes

para o projeto pois serviam e servem como um meio para atrair o público interno e externo para participar das exposições de filmes. A partir disso, percebi que tinha talento para o design, e quero seguir na área pois acabei gostando bastante. Outra importância que incrementou o meu caminho acadêmico foi a criação de trabalhos científicos envolvendo o projeto, que até então, eu nunca tinha desenvolvido e que me levaram à algumas mostras de trabalhos em outras cidades, aperfeiçoando desta forma a minha escrita e a visão científica (Aluno EMI04).

Foi muito importante para minha profissão e também para minha formação como pessoa. Não só pelos conhecimentos que adquiri (que não foram poucos), pude vivenciar diversas realidades e situações que quando formada estarei mais bem preparada. Essa troca de conhecimentos é muito rica, e, pela primeira vez fui incentivada a publicar em eventos e até participei de viagens para apresentação de trabalhos científicos (Aluno EMI06).

A Coordenação de Extensão, ao publicar os editais de seleção interna para alunos extensionistas, estrategicamente, solicita que os mesmos tenham como compromisso representar a Instituição em eventos, por meio da submissão de trabalhos, (em especial os promovidos pelo Campus), tais como: semanas acadêmicas dos cursos, SEMTEC – Semana da Tecnologia, Educação e Ciência do IFFar - Campus São Borja e MEPT – Mostra de Educação Profissional e Tecnológica¹⁰.

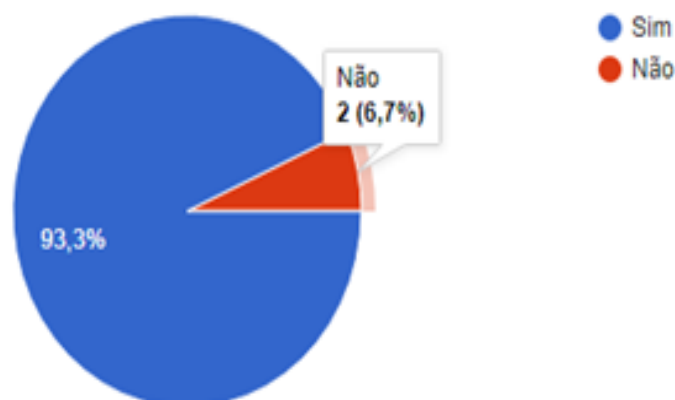
A Pró Reitoria de Extensão também incentiva institucionalmente a participação dos alunos extensionistas em eventos de Extensão, especialmente no Seminário de Extensão Universitária da Região Sul – SEURS e também na Jornada de Produção Científica da Educação Profissional e Tecnológica da Região Sul. A concessão de auxílio financeiro é direcionada aos alunos, mediante pagamento de transporte, alimentação e hospedagem, com prévia seleção interna de trabalhos. Para os servidores, é fornecido somente o transporte, conforme disponibilidade de vagas.

Os respondentes desta pesquisa, quando questionados sobre se houve produções científicas, tais como: resumos, artigos etc. e/ou participação em eventos a partir do projeto de extensão, 93,3% responderam que houve sim, e, apenas 2 alunos disseram que não participaram de eventos ou publicaram, conforme verificamos no gráfico abaixo.

¹⁰ A MEPT - Mostra de Educação Profissional e Tecnológica é um evento institucional, promovido pelo Instituto Federal Farroupilha, definido no calendário escolar. Conta com a participação de estudantes, servidores docentes e técnicos-administrativos em educação. Abrange toda a comunidade escolar, bem como a comunidade local e regional onde estão inseridos os campi e a sede administrativa (Reitoria). Há apresentação de trabalhos de ensino, pesquisa, extensão e inovação. O objetivo do evento é oportunizar um espaço para exposição, apresentação e discussão de trabalhos elaborados por estudantes do Instituto Federal Farroupilha e de outras instituições de ensino.

Gráfico 10: Produções científicas e/ou participação em eventos.

30 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Ao estimular a participação em eventos, bem como a produção científica, tem-se por objetivo qualificar o processo educativo dos estudantes, complementando sua formação, a partir da vivência em um espaço de integração, debate, troca e circulação do conhecimento, proporcionando a interação dos estudantes e servidores, visando ao fortalecimento das ações de extensão.

Neste sentido, conforme salienta Verenguer (2005), os projetos de extensão se caracterizam como o espaço de aprendizagem mais próximo da realidade profissional que o aluno pode vivenciar antes de se formar. Uma vez que ao longo de um programa de intervenção, com a orientação e supervisão de um docente, é possível formular e testar hipóteses e, através de registros, sistematizar a experiência da intervenção, comparando-a com a literatura científica. Fruto desta dinâmica, a elaboração de projetos de pesquisa para o entendimento do cotidiano da intervenção é consequência natural e desejada.

A seguir, temos uma narrativa:

Quando iniciei o ensino médio, jamais pensei que fosse fazer parte de algo tão importante quanto projetos de extensão. Atuar como bolsista na área do meio ambiente me auxiliou a desenvolver certa independência na tomada de decisões, me relacionar com pessoas desconhecidas em comunidades, abriu meus olhos para problemas sociais e ambientais tão próximos que podem ser combatidos graças às instituições de ensino locais. A oportunidade que é dada a determinados alunos para atuação como bolsista é algo que gera imensa gratidão, e fortalece ainda mais o vínculo com uma instituição. O desenvolvimento acadêmico cresce exponencialmente quando se iniciam as submissões e divulgações em eventos,

como seminários, congressos, publicações em revistas, etc. São vivências que, sem dúvida, tornam os indivíduos íntegros, responsáveis e críticos, para que estes adentrem com diferenciais no mundo acadêmico e/ou profissional (Aluno EMI03).

Conforme podemos inferir a partir da narrativa do aluno acima, estar participando de projetos de extensão gerou sentimentos de pertencimento, orgulhando-se em mencionar que é/foi bolsista, evidenciando à qual projeto está vinculado, sentindo-se satisfeito e realizado em estar auxiliando outras pessoas com ações que são desenvolvidas através das ações de extensão.

Ao vivenciar essa nova realidade, Santana (1998), pontua que: “o estudante forma conceitos próprios da realidade vivida, da maneira como se sentiu, dando significado aos dados recebidos como percepção, transformando-o em informação” e, com essas experiências, os estudantes tendem a aprender muito mais do que por meio de memorização de textos ou apenas o ensino na sala de aula.

É notável a percepção de que o conhecimento não se refere apenas aos saberes adquiridos ao exercício da sua própria área formativa, mas no entendimento de que sua ação provoca um benefício social. Outro fator relevante é o crescimento acadêmico a partir da descoberta da iniciação científica já na educação básica, onde os alunos têm acesso à conhecimentos adicionais, buscando resultados através de pesquisas, ampliando seus horizontes.

4.1.4 IMPACTO NA FORMAÇÃO DO ESTUDANTE:

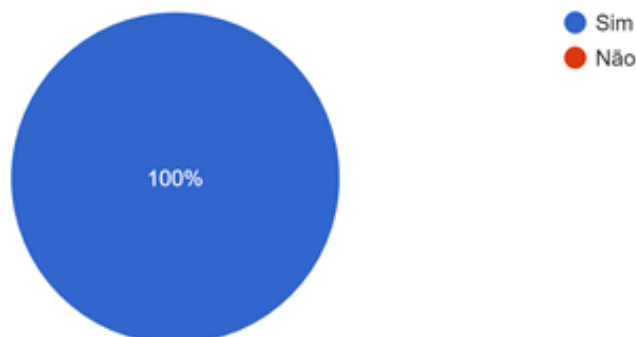
De acordo com o Plano Nacional de Extensão, as atividades de extensão universitária constituem aportes decisivos à formação do estudante, seja pela ampliação do universo de referência que ensejam, seja pelo contato direto com as grandes questões contemporâneas que possibilitam. Esses resultados permitem o enriquecimento da experiência discente em termos teóricos e metodológicos, ao mesmo tempo em que abrem espaços para reafirmação e materialização dos compromissos éticos e solidários da universidade pública brasileira.

Para Jezine (2004) a extensão compõe o pensar e o fazer acadêmicos, pois os projetos de extensão objetivam relacionar os diversos saberes em uma íntima relação da produção do conhecimento com a realidade social, ou seja, agem como um processo educativo.

Quando perguntados se avaliavam como positiva suas participações nos projetos de extensão, todos os respondentes desta pesquisa, foram unânimes (100%) ao responderem que consideram como positiva estas vivências, conforme podemos observar no gráfico abaixo.

Gráfico 11: Você considera positiva sua participação nos projetos de extensão:

30 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

Como enfatiza Saraiva (2007, p. 228), a extensão universitária junto com o ensino e a pesquisa possibilitam a troca de saberes que podem resultar: “na produção de um conhecimento de novo tipo, resultante do confronto teoria e realidade, conhecimento científico e saber popular, que é concretizado na transformação cotidiana e permanente da sociedade”.

Conforme relatos abaixo, a participação em ações de extensão permite uma imersão no contexto profissional, antes mesmo do período pré-estabelecido na grade curricular dos projetos pedagógicos dos cursos, proporcionando interação, experiências, qualificação e trocas de conhecimento durante o curso.

Normalmente, os alunos de licenciatura têm seu primeiro contato prático com a educação através do estágio supervisionado, no entanto, pude ter esse primeiro contato através de projetos de extensão. Deste modo, ao chegar no estágio já estava, de certa forma, mais familiarizada com o contexto escolar, com os alunos e com o planejamento das atividades (Aluno SUP16).

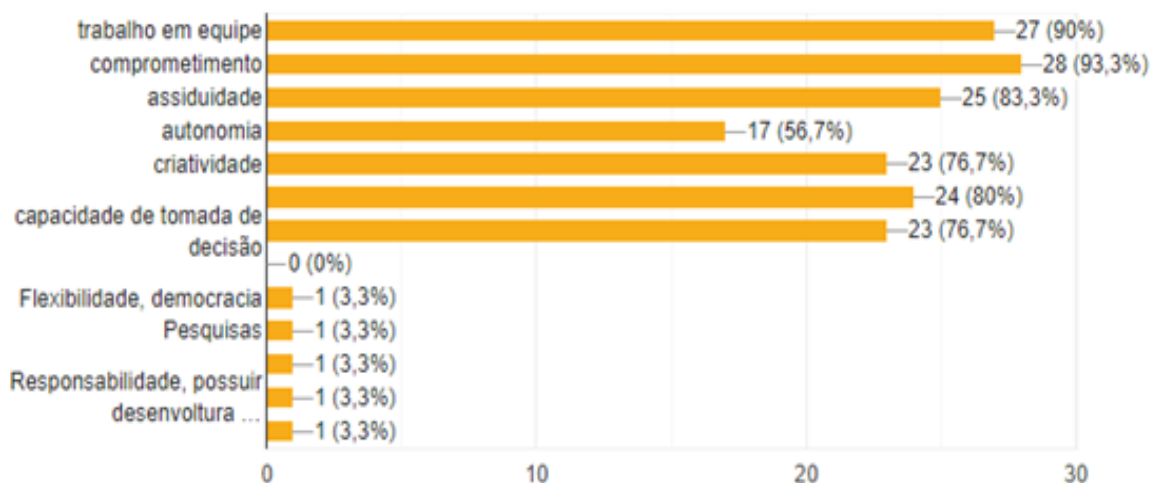
O aluno que participa de projetos de extensão ou de alguma outra ação, que se envolve de outra forma na Instituição, ele é diferenciado. Ele consegue se colocar mais perante as dificuldades acadêmicas e profissionais, ele já tem uma facilidade para ter essa interação com algum empresário, alguém do ramo, ele também conhece mais a realidade local e passa a dar mais valor também para instituição e esse aluno com certeza está melhor preparado para o mercado de trabalho (Coordenadora 04)

Com relação às características que os alunos consideram como mais relevantes para o desenvolvimento de ações de extensão, foram mais pontuadas as seguintes: comprometimento

(93,3%), trabalho em equipe (90%), assiduidade (83,3%), capacidade de tomada de decisão (80%) e criatividade com 76.7%, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 12: Características relevantes para o desenvolvimento das ações de extensão

30 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Neste sentido, as duas características pontuadas pelos alunos como mais importantes são: em primeiro lugar o comprometimento no planejamento e execução das atividades e o comprometimento com a comunidade/Instituição receptora destas ações. Em segundo lugar, o trabalho em equipe de todos os membros do projeto, onde a articulação, construção de diálogos e atividades são organizadas de forma participativa.

Segundo Santos (2010), a extensão universitária deve ocupar um lugar: “tão importante quanto o ensino e a pesquisa, pois é, sobretudo, por meio dela que os dados empíricos imediatos e teóricos se confrontam, gerando as permanentes reelaborações que caracterizam a construção do conhecimento científico”.

A seguir, temos a narrativa da Coordenadora 03 que reforça este entendimento:

Ainda ontem eu estava conversando com um aluno que é desse projeto de extensão que tá acontecendo esse ano e ele disse: "aaahh a hora que eu me vi ali, parece que eu saí de mim, e me vi explicando para os professores do curso de formação continuada e me vi conduzindo a atividade e daí eu pensei bah que legal isso aqui, olha o que eu consigo fazer, parece que eu saí de mim e olhei de fora", lembro dessa nossa conversa! Então essa percepção, e, no caso da formação

continuada, isso para os licenciandos, eles enxergam o quanto isso é importante. Além deles aprenderem com os professores e com o projeto coisas que eles não aprendem nas disciplinas porque cada coisa é uma vivência, cada situação é uma vivência, ainda tem a possibilidade de ver que, poxa esses professores estão atuando há um tempão e voltam para fazer o curso de extensão. Então quer dizer que realmente eu também não posso parar quando eu sair daqui. Aqui é só o início! (Coordenadora 03).

Na narrativa acima podemos perceber a emoção do aluno ao se perceber atuando como professor pela primeira vez, ao perceber-se como agente de transformação e como futuro profissional. Como o projeto foi realizado com professores de escolas públicas municipais e estaduais, com longa experiência em sala de aula e/ou gestão escolar, há uma troca de vivências muito enriquecedora, com a produção de novos saberes, através de diálogos, contextualizando e problematizando os inúmeros contextos educacionais.

A partir destas vivências nas ações de extensão, também surgem novas possibilidades, conforme relato abaixo:

A aluna X, egressa da Matemática, a partir da formação continuada do ano passado, que era com professores dos anos iniciais, tá fazendo o ante - projeto de Mestrado que ela vai fazer a seleção na UFSM. Então ela tá levando aqueles dados coletados como: olha eu quero estudar isso, eu já estudei isso de referencial teórico porque a gente se prepara para os cursos antes de começar e agora eu quero continuar e eu já tenho esses dados coletados de uma primeira pesquisa. Eu já sei o que deu certo e o que não deu naquele espaço, agora eu quero ir adiante (Coordenadora 03).

Como fatores positivos destas vivências na graduação, tem-se a construção de uma base de conhecimentos teóricos e experimentais durante a realização das ações de extensão. Neste sentido, muitas vezes, os alunos conseguem visualizar com mais facilidade possibilidades de futuras pesquisas em nível de pós-graduação, uma vez que já possuem uma noção prévia das situações problemas existentes em determinados contextos.

O aluno do curso superior a seguir, faz uma observação sobre o número de alunos participantes nas ações de extensão:

A extensão é uma das partes mais importantes na formação acadêmica pois possibilita a inserção do acadêmico na comunidade e assim podendo fazer algo para colaborar neste contexto. Pessoalmente acho que a extensão deveria abranger mais alunos. Em alguns momentos os projetos se tornam seletos e excludentes, assim a elaboração de projetos que pudessem ser desenvolvidos durante as aulas poderia facilitar o acesso de todos os alunos a participação (Aluno SUP17).

A crítica do aluno acima refere-se ao fato de que em algumas situações, os projetos contam com apenas 01 ou 02 alunos bolsistas, contando com alguns poucos alunos voluntários. Este fato justifica-se pela impossibilidade financeira de custear a concessão de um número maior de bolsas aos estudantes. No entanto, para a participação de alunos voluntários não há imposição de quantitativo máximo de participantes.

Neste sentido, a curricularização da extensão, irá sanar essa lacuna, proporcionando que um número maior de alunos participe das ações de extensão durante o período de aulas, ampliando o acesso. Como o perfil da maioria dos alunos de graduação do Campus são de ‘alunos trabalhadores’, possuindo pouca disponibilidade para participação em ações de extensão fora do horário de aula, provavelmente as ações terão que ser realizadas no mesmo turno das aulas e/ou em horários que a maioria dos alunos tenham disponibilidade.

De acordo com a IN 001/2019 que norteia a execução do projeto piloto da curricularização da pesquisa e da extensão no IFFar, a curricularização deverá utilizar o aproveitamento dos espaços curriculares já existentes, PPI¹¹ e PeCC¹², sem alteração de PPCs e sem obedecer, inicialmente, o percentual de 10% definido pelo Plano Nacional de Educação.

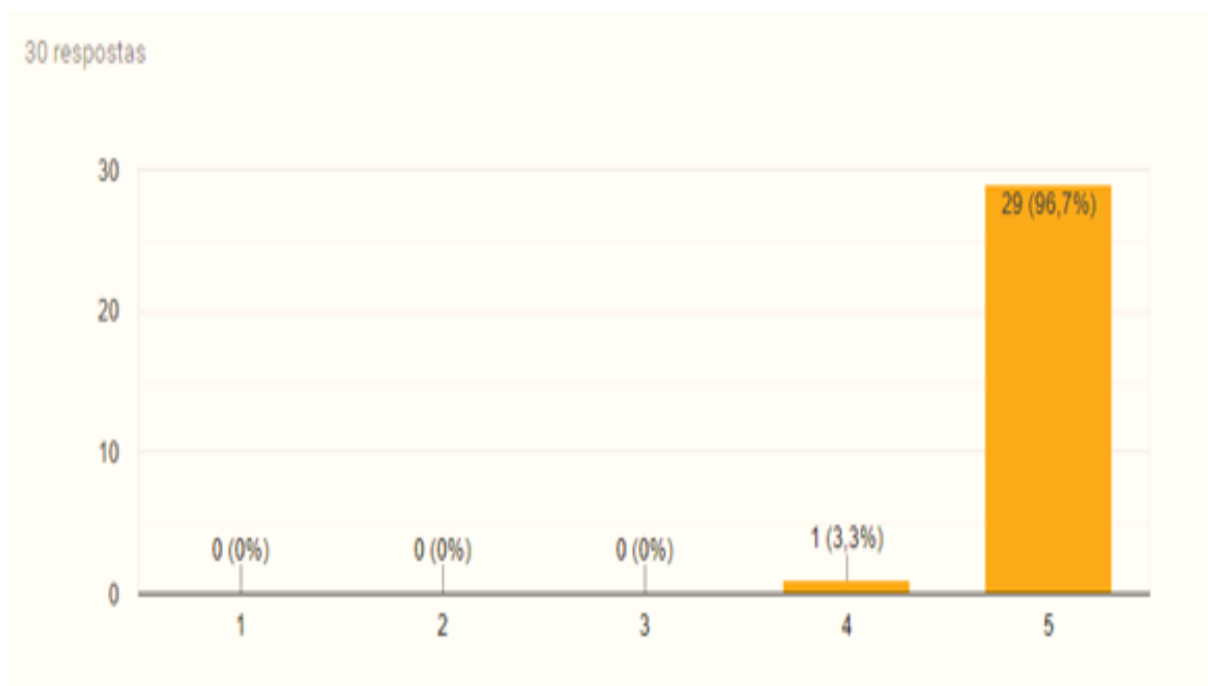
Como forma de registrar as etapas da curricularização da pesquisa e da extensão, os projetos deverão contemplar a descrição de todas as atividades realizadas, bem como, deverá ficar arquivado na coordenação dos respectivos cursos e anexado ao SIGAA – no diário de classe, no plano de ensino de cada componente curricular.

Com relação à percepção dos alunos respondentes desta pesquisa, numa escala de 01 à 05, quando perguntados sobre qual o grau de importância da participação de estudantes em ações de extensão, para a formação acadêmica e profissional, considerando 01 como pouco importante e 05 como extremamente importante, obteve-se 29 respostas na escala 05 (total de 96,7%) e 01 resposta na escala 04 (total de 3.3%), como importante, conforme verifica-se no gráfico a seguir:

¹¹ PPI - A Prática Profissional Integrada - nos cursos técnicos integrados, visa agregar conhecimentos por meio da integração entre as disciplinas do curso, resgatando, assim, conhecimentos e habilidades adquiridos na formação básica. A aplicabilidade da PPI no currículo tem como finalidade incentivar a pesquisa como princípio educativo, promovendo a interdisciplinaridade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão através do incentivo à inovação tecnológica, do total da carga horária do curso, 5% serão destinados às PPIs, o equivalente à 197 horas aula.

¹² PeCC – A Prática enquanto Componente Curricular - está presente no currículo dos cursos de Licenciatura, tem por objetivo proporcionar experiências de articulação de conhecimentos construídos ao longo do curso em situações de prática docente; oportunizar o reconhecimento e reflexão sobre o campo de atuação docente; proporcionar o desenvolvimento de projetos, metodologias e materiais didáticos próprios do exercício da docência. A PeCC está presente desde o início do curso, correspondendo ao mínimo de 400 horas do currículo, conforme Resolução CNE/CP nº 02/2015.

Gráfico 13 – Escala de importância das ações de extensão (numa escala de 01 a 05):



Fonte: Elaborado pela autora (2019)

Ambas as respostas demonstram que os alunos percebem que a participação em ações de extensão proporciona uma formação diferenciada, sendo relevante e significativa para sua aprendizagem, pois, atuam de forma concreta e efetiva tanto na formação acadêmica e profissional como também reflete na formação pessoal.

A narrativa da Coordenadora abaixo, reforça este entendimento:

Como eu trabalho mais com licenciatura eu tento pegar formandos e egressos junto com ingressantes, porque é essa troca entre eles, que faz a formação deles com os docentes que estão participando do curso de formação continuada, até o Larrosa disse que não existe troca de experiência porque não existe como eu contar e tu ter a mesma vivência que eu tive. E mesmo se vivêssemos a mesma coisa cada um reage de um jeito, mas não considerando a troca de experiência, mas considerando as trocas de conversas, de situações que os professores trazem, porque eles acabam trazendo situações das escolas, os alunos se veem confrontados a conduzir uma atividade, né. Teve um que me disse "já tive uma crise de ansiedade hoje, porque amanhã é meu dia de conduzir as atividades lá com os professores", daí disse: calma, vai dar tudo certo. No próximo encontro já percebi que houve uma evolução gigantesca, que ele já não teve problemas de conduzir. Agora nesse ano, ele se ofereceu: deixa eu começar, porque eu já sei como funciona. Então esse crescente dos alunos que a gente percebe, é ótimo, e para a função do currículo deles. No final depois de concluir, o currículo que eles vão construindo com as publicações e com as vivências dos projetos é incrível (Coordenadora 03).

A narrativa evidencia o crescimento do aluno a partir da troca de vivências no decorrer do curso de formação, sentindo-se mais seguro e confiante no domínio do conteúdo que seria aplicado. O aluno sente-se sujeito e também protagonista da sua própria trajetória acadêmica, à medida que compreende que suas escolhas e decisões irá repercutir no seu percurso formativo. Ter a iniciativa de conhecer o novo, de pesquisar novas temáticas, de argumentação e de desibinição é uma escolha, que quanto mais se pratica mais se aprimora.

As reflexões e práticas vivenciadas nas ações de extensão, de forma colaborativa, entre colegas e professores da rede pública, permite encontrar novas possibilidades e novos caminhos, ampliar, aprofundar e [re]significar os estudos teóricos e metodológicos do contexto escolar, repercutindo nas trajetórias acadêmicas e profissionais de cada estudante.

Na narrativa abaixo, temos relato de uma aluna egressa do campus, que participou de ações de extensão durante os três anos em que cursou o ensino médio integrado:

Participei como bolsista do projeto de extensão Café com Livros durante três anos, dos 13 aos 16 anos. Portanto, tive contato com grandes responsabilidades desde cedo, o que auxiliou muito na constituição da pessoa que sou hoje, participei de vários eventos e publiquei alguns trabalhos. Resultado: com 16 anos entrei na faculdade de Letras-Português na UFSM, já consegui bolsa aqui devido ao currículo Lattes que formei enquanto estava no ensino médio, sendo bolsista do projeto de extensão. Além de atualmente possuir um currículo bom para alguém da minha idade, 17 anos, tenho marcado características pessoais que foram desenvolvidas durante e com o auxílio do projeto (Aluna SMA 04).

Conforme percebemos no relato acima, é extremamente importante que os alunos do ensino médio já tenham um contato inicial com a realização de projetos (seja de pesquisa ou de extensão), bem como, vivenciem possibilidades de participação em eventos e seminários e experimentem a iniciação científica. Estes fatores impactam positivamente na formação dos alunos a médio e a longo prazo, uma vez que os mesmos apresentam um bom desempenho acadêmico, estando mais preparados e qualificados para o ingresso no ensino superior e com um currículo diferenciado, aproximando-os do mundo universitário.

Também levam consigo saberes, habilidades, vivências e concepções cidadãs que vão além do conhecimento científico e que compõem sua formação.

4.1.5 IMPACTO E TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

O Plano Nacional de Extensão Universitária (2001) expressa a postura da universidade diante da sociedade na qual se insere: ao afirmar que a extensão se coloca como prática que

visa interligar a universidade em suas atividades de pesquisa e ensino com as demandas da sociedade, reafirma o compromisso social da universidade como forma de inserção nas ações de promoção e garantia dos valores democráticos, de igualdade e desenvolvimento social.

A partir de 2004 foi criado o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) por meio da Lei 10.861, cuja finalidade consiste na:

[...] melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional (BRASIL, 2004, art. 1º, § 1º).

A partir desta legislação, as políticas para a extensão e suas respectivas formas de operacionalização passaram a ser exigidas como parte do SINAES, cuja avaliação deverá assegurar: “o caráter público de todos os procedimentos, dados e resultados dos processos avaliativos” (BRASIL, 2004, art. 2º).

A extensão distingue-se das demais por constituir um processo metodológico que pergunta pela relevância social do ensino e que procura, por meio da pesquisa, referências objetivas aos problemas reais que envolvem a sociedade. Nesse contexto, a palavra extensão implica em estender-se, levar algo a algum lugar ou até alguém (DOS SANTOS, 2012).

O FORPROEX, reafirma a atuação transformadora da Extensão Universitária e indica que ela deve ser desenvolvida com vistas a ser: “voltada para os interesses e necessidades da maioria da população e propiciadora do desenvolvimento social e regional, assim como para o aprimoramento das políticas públicas” (FÓRUM, 2012, p. 35).

A seguir, temos relato do Coordenador A, enfatizando o compromisso dos Institutos Federais em promover o desenvolvimento local e regional, em consonância com as necessidades das comunidades:

No caso do nosso projeto, um projeto de cinema, nós vimos que São Borja sentia falta de um cinema então nós trabalhamos diretamente/ativamente para solucionar esse problema, proporcionando para a sociedade um cinema e o outro ponto que é tão importante quanto os outros dois é que os nossos alunos eles começam a vivenciar os problemas reais pois trabalham diretamente com a realidade. Eles saem do campo hipotético, saem do campo teórico e vão para o campo da prática. Então isso aí é uma atividade que para eles, traz enormes conhecimentos, enormes experiências que eles não vão ter dentro da sala de aula, até quando surgem problemas, quando eles encontram dificuldades, são coisas

que a sala de aula não traz então as atividades de extensão são ótimas e os projetos de extensão tem um papel fundamental na função dos Institutos Federais (Coordenador 01).

Na oportunidade, o coordenador salienta que seu projeto busca suprir uma carência do município, pois não há cinema na cidade e a localização geográfica da mesma é um fator que dificulta e limita o acesso à arte e a cultura, uma vez que está distante dos grandes centros empresariais, o projeto permite que a sociedade tenha acesso fácil e gratuito à cultura.

Os filmes são exibidos no auditório do IFFar e também conta com exibições nas escolas municipais, museus etc, em datas específicas. O auditório foi adaptado para a exibição dos filmes, sendo que para o isolamento da luminosidade foi utilizado adesivo *blackout* direto no vidro, um projetor que é ligado a um computador projeta os filmes na parede, a sala não possui aquele declive que as salas de cinemas possuem e também não há isolamento acústico. Apesar da infraestrutura não ser a mais adequada, o projeto possui grande aceitabilidade, com número expressivo de participantes, sendo realizado há 09 anos no Campus, disseminando cultura e sendo uma opção de lazer no município.

Como podemos observar nas narrativas abaixo, os alunos possuem consciência da importância das ações de extensão desenvolvidas e percebem o impacto que estas ações causam nas comunidades locais:

Nos projetos em que nos deslocamos até as escolas foi muito importante a vivência com a sociedade escolar local. Todas eram em escolas de periferia e de vulnerabilidade social então a vivência com a realidade me fez entender o todo. Por outro lado, os projetos de formação continuada foram essenciais para a percepção em relação a visão do professor, o que me espera após o término da graduação e o quanto aquela ação que estávamos fazendo era importante, pois este é o único momento de formação de professores que eles recebem no ano (Aluno SUP02).

Ao conviver com uma comunidade mais carente vi a importância de desenvolver projetos com este público, pois há muita carência de cursos voltados a eles (Aluno SUB01).

Contribuiu tanto na minha formação como futura educadora como, também na educação dos alunos contemplados pelos projetos de extensão que realizamos nas escolas (Aluno SUB02).

O projeto de extensão – Produção de sabão: geração de renda e sustentabilidade nos aproximou da sociedade pois estávamos transmitindo conhecimento à outras famílias, fazendo com que elas aprendessem a fazer o sabão e também a partir daí tivessem a possibilidade de conseguir uma renda extra mudando sua situação. O

curso foi ministrado nas associações de bairro da cidade e nos CRAS, e teve a participação de mais de 100 pessoas (Aluno EMI05).

A partir das narrativas acima, verifica-se o sentimento de ‘empatia’ pela realidade vivenciada pelo outro, de que é preciso ‘compartilhar’ e do ‘compromisso com o outro’. Além disso, estas ações realizadas proporcionam um amadurecimento acadêmico aos participantes, conscientizando-os de que o pouco que se faz pode ajudar e significar muito para outras pessoas.

As atividades de extensão universitárias são promotoras da aproximação da universidade com a comunidade; articuladoras de saberes acadêmicos; estímulos para a reflexão e para a crítica, indo além do espaço tradicional da sala de aula; e promotoras do deslocamento do espaço de formação para outros locais, favorecendo, assim, o desenvolvimento humano e a transformação social. (GARCIA, BOHN E ARAÚJO, 2013).

Ainda sob o ponto de vista dos acadêmicos:

Por meio dos projetos de extensão a nossa visão e relação com a sociedade muda completamente, porque é através da interação entre a nossa instituição e a comunidade que percebemos que tendo envolvimento, vontade, comprometimento e incentivo, podemos contribuir de forma significativa na vida das pessoas, no desenvolvimento da nossa cidade, na valorização da educação e no crescimento e visibilidade da nossa instituição de ensino (Aluno SUP04).

O Projeto ajudou a ter outra visão de mundo, a cada encontro conhecia uma história e realidade diferente, aprendi que por mais simples que seja o projeto, podemos fazer a diferença na vida das pessoas e que passar conhecimento gera conhecimento (Aluno SUP03).

A partir desta relação de conexão entre as Instituições e a sociedade, há reflexos da valorização dos sujeitos enquanto cidadãos, numa perspectiva emancipatória, através de ações coletivas e de relações de diálogo, contribuindo para o desenvolvimento do município, bem como, proporciona a possibilidade de formação e capacitação pessoal dos envolvidos, visando a transformação social e a ressignificação de saberes e conhecimentos.

O impacto e a transformação social podem ocorrer diretamente ou indiretamente. Algumas ações de extensão são desenvolvidas e imediatamente oportunizam contribuições relevantes para a transformação das comunidades atendidas, qualificando e capacitando os envolvidos. Outras ações de extensão são desenvolvidas e impactam na formação de alunos e de professores de escolas públicas municipais e estaduais, através de projetos de monitoria,

reforço escolar, incentivo à leitura, educação ambiental, formação continuada de professores, impactando e refletindo na qualidade do processo formativo dos educandos a longo prazo.

Neste sentido, constatou-se que os estudantes participantes de ações de extensão adquiriram crescimento profissional, desenvolvimento humano e pessoal, bem como, concepções cidadãs, conforme verifica-se na tabela a seguir.

Tabela 02: Contribuições adquiridas pelos estudantes participantes de ações de extensão:

Crescimento profissional	Desenvolvimento humano e pessoal	Concepções cidadãs
<ul style="list-style-type: none"> • Construção e ressignificação de saberes • Aplicação prática dos conceitos teóricos adquiridos em sala de aula • Internalização da profissão • Aprimoramento de habilidades • Aumento da produção científica • Participação em eventos • Socialização de conhecimentos 	<ul style="list-style-type: none"> • Habilidade de trabalhar em equipe • Interação com diferentes grupos sociais • Respeito pelo outro e pelas trajetórias de vida de cada um; • Troca de vivências/experiências • Solidariedade • Responsabilidade e ética. • Fortalecimento do protagonismo estudantil 	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento da criticidade • Sujeitos ativos na sociedade comprometidos com a transformação social • Superação das inúmeras desigualdades sociais.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

4.2 GESTÃO DAS AÇÕES DE EXTENSÃO

Nesta sessão, buscou-se conhecer as principais dificuldades enfrentadas pelos coordenadores de ações de extensão entrevistados, suas percepções acerca da concessão do número de bolsas e de fomento e sugestões de aprimoramentos para as atividades extensionistas.

A gestão de projetos abrange conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas, aplicadas ao planejamento, organização, supervisão e controle que auxiliam na avaliação do desempenho e contribuem para o alcance do sucesso (CARVALHO & RABECHINI JR., 2011).

Um dos grandes desafios das universidades públicas é a excelência em sua gestão, de modo a conferir a qualidade na educação superior ofertada. O termo “qualidade” tem como

sinônimo a excelência, a qual sempre aponta para o máximo, para o melhor. Também pressupõe requisitos mínimos ou padrões desejáveis a serem alcançados (CUNHA, 2016).

Para fins de concorrer nos editais de extensão da Instituição, os servidores realizam o cadastro de projetos de extensão no SIGAA e escolhem a qual edital pretendem vincular suas propostas, nos períodos definidos pelos respectivos editais de extensão, posteriormente passam pelo crivo da avaliação e classificação.

A avaliação é também realizada via ambiente específico do SIGAA, pelos membros do Comitê Institucional de Extensão e avaliadores *Ad hoc*. As propostas serão classificadas em ordem decrescente de notas finais. O objetivo é classificar ações de extensão que estejam de acordo com a política de extensão e que apresentem contribuições e relevância social.

Os critérios para avaliação das ações de extensão são os seguintes: contextualização e justificativa, objetivo e resultados esperados, metodologia, impacto social, deve conter plano de trabalho do aluno bolsista, cronograma de execução, acompanhamento e avaliação, adequação orçamentária e produção em extensão do coordenador da proposta. A referida ficha de avaliação classificatória encontra-se no Anexo D desta pesquisa.

Após análise dos avaliadores, os projetos recebem uma nota final, que servirá como base para o ranqueamento em ordem decrescente, onde os projetos com maior pontuação são contemplados com fomento para execução das suas ações.

De forma geral, a gestão das ações de extensão possui três figuras importantes:

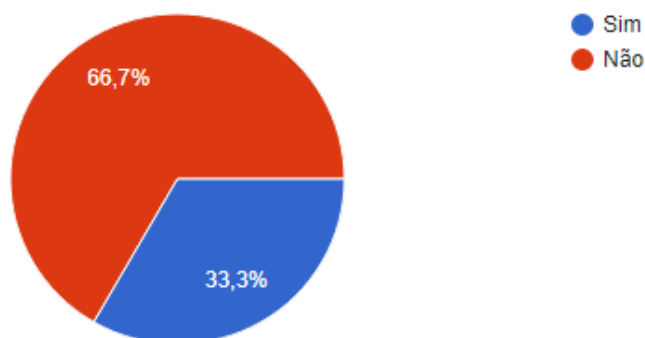
- A Pró-Reitoria de Extensão que elabora as estratégias e políticas de extensão, com regulamentos, instruções normativas, editais e programas. Também auxilia no gerenciamento da avaliação e classificação final das ações de extensão;
- A Coordenação de Extensão que auxilia na orientação de cadastro de ações de extensão no sistema, bem como, também atua ativamente no assessoramento da implementação das políticas e ações de extensão institucionais. Tem como atribuição também auxiliar na seleção de bolsistas de extensão e de solicitar os respectivos empenhos de pagamento de bolsas aos alunos.
- O servidor coordenador de ações de extensão que é responsável pelo planejamento, cadastro no sistema SIGAA, desenvolvimento da ação planejada, compra de material de consumo (caso tenha solicitado), prestação de contas do projeto, avaliação e elaboração do relatório final.

4.2.1 Dificuldades na execução das ações de extensão

Os alunos respondentes da pesquisa, ao serem questionados sobre se houve alguma dificuldade durante a execução das ações de extensão, 33,3% mencionaram que tiveram sim, conforme pode-se verificar no gráfico abaixo.

Gráfico 14: Dificuldades enfrentadas nas ações de extensão

30 respostas



Fonte: Elaborado pela autora (2019).

As principais dificuldades elencadas pelos alunos foram as seguintes:

Há uma carência na infraestrutura do local onde ocorre os encontros do projeto de extensão bem como os materiais que são ocupados há ausência ou os que são disponibilizados possuem problemas. Também para mim foi difícil o deslocamento até a comunidade (Aluno SUP06).

Dificuldade de deslocamento muitas vezes se fez pertinente, pois a escola em que íamos era muito longe da minha casa (Aluno SUP08).

No geral, conseguimos executar o projeto. Porém, se tivéssemos uma infraestrutura melhor nas escolas aplicadas (como sala de informática com computadores em condições de uso) e disponibilidade de alguns materiais no IFFar seria melhor (Aluno SUP11).

As dificuldades mencionadas pelos alunos referem-se à falta de infraestrutura adequada para a realização das atividades planejadas nas Instituições e/ou comunidades, em que realizaram as ações de extensão. Outro ponto mencionado, foi a dificuldade de deslocamento até as comunidades.

Diante destas questões, muitas vezes é necessário que os coordenadores e alunos realizem adaptações nas ações de extensão que foram planejadas para que as mesmas possam ser desenvolvidas, substituindo ou alterando o seu planejamento por outras atividades que se adaptem ao contexto do público-alvo e das instituições, utilizando materiais e infraestruturas disponíveis nos respectivos locais. Outra possibilidade é realizar a ação de extensão no IFFar, utilizando toda a infraestrutura e laboratórios disponíveis.

A seguir, temos relato do coordenador 05, referente às principais dificuldades encontradas, de acordo com sua percepção:

Não sei se classifico como uma dificuldade, mas para mim foi muito trabalhoso a questão da compra do material de consumo. Tipo, achei muito burocrático sabe. Tive que buscar nas empresas locais 03 orçamentos de cada item que eu tinha solicitado pro projeto. Como eu precisava de várias coisas, as vezes ia numa empresa e não tinha todo o material que eu precisava pro projeto, ou então a empresa tinha que encomendar de outros lugares, e daí eu tinha que ir em outras empresas para conseguir mais orçamentos, então foi bem difícil. Foi uma coisa que quase me fez desistir de colocar o projeto em execução, não é falta de vontade sabe, mas temos muitas outras coisas pra fazer sabe: orientação de alunos em TCC, planejamento de aulas, monitorias e muitas outras coisas que surgem no dia a dia, enfim, foi algo que me fez repensar escrever novos projetos (Coordenador 05).

A questão da liberação dos recursos, no caso do fomento para custeio o processo poderia ser menos burocrático com o acesso ao cartão e posterior prestação de contas, o que agilizaria a execução dos projetos (Coordenador 02).

A Resolução CONSUP nº 047/2016, definiu normas para fomento de projetos/ações de pesquisa, ensino, extensão, desenvolvimento institucional e inovação do IFFar. O artigo nº 19 normatiza a execução financeira dos projetos e indica como ‘preferencial’ a utilização do cartão BB pesquisa. Devido a problemas operacionais por parte do Banco do Brasil na emissão do produto cartão BB pesquisa em 2017 e 2018, o mesmo não pode ser utilizado.

Neste sentido, com a intenção de flexibilizar e facilitar a manutenção dos projetos/ações a metodologia para aquisição de itens de materiais de consumo, conforme memorando circular emitido pelo gabinete da reitoria passou a ocorrer da seguinte forma:

- O coordenador do projeto/ação deve verificar se os materiais necessários ao projeto/ações são disponibilizados no Setor de Almoxarifado do campus. Em caso afirmativo, o diretor de vinculação do projeto deve autorizar a retirada do material ao coordenador;

- No caso de não existência de bens materiais ou serviços necessários ao projeto/ação, o coordenador desse deve verificar junto ao setor de Licitações sobre tal disponibilidade em atas válidas e requerer o empenho;
- Quando o Setor de Almoxarifado não tem disponibilidade do material necessário e também não existir ata válida para licitação do bem ou serviço, excepcionalmente, para projetos/ações homologados, o coordenador do projeto/ação deve providenciar três orçamentos e, com base no menor preço, solicitar à respectiva diretoria a creditação do recurso para aquisição direta do material, bens ou prestação de serviço, na natureza de despesa 339020 – auxílio financeiro a pesquisador.

Os servidores docentes possuem um quantitativo muito maior de ações de extensão cadastradas no sistema SIGAA, se comparados com os técnicos administrativos em educação. Em muitos casos, os docentes não possuem muita experiência com compras públicas e/ou licitações, por atuarem em diferentes áreas, tornando-se complexo a realização deste processo de aquisição de materiais de consumo.

O Coordenador 04, também reforça o entendimento de que considera complicado a aquisição do material de consumo e que deveria ter um apoio maior do setor de licitação e contratos:

Algumas dificuldades existem sim, principalmente porque nós precisamos participar de uma licitação para conseguir comprar então nós temos que ter um valor empenhado. Sim, eu vejo que precisa das três pesquisas de preço, né, pra ser algo aberto e lícito. Mas o que eu penso que nós deveríamos ter mais apoio, em saber quais são os itens de empenho que nós temos, quais contratos e como nós poderíamos planejar um projeto de extensão porque parece que é só quando a gente precisa, que têm necessidade, que a gente corre saber quais são as empresas que estão com licitação, se é uma empresa local, se é uma empresa que tem que mandar com 40, 50 dias de antecedência, eu acho que é a falta de informação. E tipo assim o resultado dos projetos, sai lá por junho, aí se for comprar por licitação tem que esperar três meses, né. Então, junho, julho, agosto, aí tu tem setembro, outubro, novembro e dezembro no máximo para desenvolver o projeto. Se é um projeto de 06 meses, você se planejou. Eu acho um fator dificultador também que os editais ficam prorrogando prazos, eu acho que nós teríamos que aprender a realmente respeitar o prazo, se não deu esse ano, ano que vem eu vou aprender que não foi prorrogado e aquelas pessoas que estavam lá primeiro e que escreveram suas propostas, elas vão poder executar seu projeto no prazo previsto. (Coordenadora 04).

A sugestão mencionada acima é que no início de cada ano, já se tenha a classificação final das ações de extensão para fins de facilitar e ampliar o período para desenvolvimento dos mesmos. Para que isso ocorra, a inscrição e avaliação das ações de extensão deverá ser feita

sempre no 2º semestre do ano anterior, de forma que no início do próximo ano só se aguarde a liberação do repasse pelo MEC/SETEC do orçamento Institucional para fins de distribuir os recursos financeiros aos projetos/ações contemplados.

Salienta-se, no entanto, que esta sugestão já foi implementada pela PROEX, onde as ações de extensão serão selecionadas até o final de 2019, para fins de atender a normativa do Plano de Atividades Individual dos docentes.

O Coordenador 02, também aponta para a seguinte dificuldade:

Os alunos têm dificuldades de manifestar interesse nas bolsas, nós temos dificuldade, né para fazer as inscrições. Acho que o sigaa é muito bom quando tu vai fazer os relatórios, quando tu vai escrever o teu projeto, mas para fazer inscrição de participantes externos, das pessoas da comunidade ele é inviável. Para fazer algumas outras coisas que são de grande demanda o sigaa acaba falhando e daí deixa todo mundo que está trabalhando no projeto também dependurado no papel. Porque tu tem que resolver uma coisa que o sigaa já teria que ter feito a princípio, né e não fez, daí quando chega lá, o aluno disse que se inscreveu, mas a inscrição não sai na lista de relatório ou tentou se inscrever e não conseguiu e perdeu o prazo (Coordenador 2).

O Coordenador enfatiza a necessidade de melhorias no sistema SIGAA – módulo extensão, pois muitas vezes apresenta erros inesperados, não executando as ações e atividades a que se propõe. Uma das dificuldades apresentadas é a do aluno conseguir se candidatar às bolsas via sistema, sendo necessário outra forma de publicização das oportunidades de bolsas, pois nem todos conseguem realizar o trâmite somente via sistema.

Outra questão que precisa ser repensada é a inscrição do público externo em cursos e projetos de extensão via sistema, pois muitos não possuem acesso à internet ou não possuem conhecimentos básicos em informática para efetuarem suas inscrições. Nestes casos, como forma alternativa, os coordenadores estão efetuando as inscrições via formulário impresso, uma vez que essa realidade se apresenta em muitos casos.

4.2.2 Número de bolsas e fomento para custeio

Todos os coordenadores de ações de extensão entrevistados, foram unânimes ao afirmar que consideram adequada a distribuição dos editais de extensão do IFFar, com linhas temáticas e objetivos bem definidos, realmente atingindo as comunidades locais e regionais, cumprindo com sua missão institucional.

O último relatório da Comissão Própria de Avaliação¹³ (Ano base 2018) do Campus São Borja, reforça este entendimento de que a Instituição está conseguindo cumprir com sua missão Institucional, conforme verifica-se na tabela abaixo.

Tabela 03: contribuição do ensino, pesquisa e extensão na missão institucional.

Segmento	Ensino								Todos
	Pouco		Médio		Muito		Desconheço		
	na	%	na	%	na	%	na	%	
Docente	0	0%	0	0%	22	100%	0	0%	22
TAE	0	0%	2	14%	12	86%	0	0%	14
Total	0	0%	2	6%	34	94%	0	0%	36
	Pesquisa								
	na	%	na	%	na	%	na	%	
Docente	3	14%	9	41%	10	45%	0	0%	22
TAE	1	7%	4	29%	7	50%	2	14%	14
Total	4	11%	13	36%	17	47%	2	6%	36
	Extensão								
	na	%	na	%	na	%	na	%	
Docente	1	5%	4	18%	17	77%	0	0%	22
TAE	0	0%	5	36%	9	64%	0	0%	14
Total	1	3%	9	25%	26	72%	0	0%	36
	Inovação Tecnológica								
	na	%	na	%	na	%	na	%	
Docente	5	23%	6	27%	9	41%	2	9%	22
TAE	2	14%	6	43%	4	29%	2	14%	14
Total	7	19%	12	33%	13	36%	4	11%	36

Fonte: Relatório da CPA, 2018.

Ao analisar as questões referentes ao Ensino, Pesquisa e Extensão como missão do IFFar observa-se que tanto docentes como TAEs consideram que o Ensino é plenamente atendido. Na contribuição decorrente das ações de Extensão, 72% consideraram que a mesma contribui muito para a efetivação da missão institucional

No que diz respeito à Pesquisa e Inovação Tecnológica no IFFar, a pesquisa aponta para a necessidade da ampliação de ações nesse sentido, enfatizando que as pesquisas estejam aplicadas e direcionadas ao contexto local.

¹³ A Comissão Própria de Avaliação – CPA é uma comissão constituída para conduzir os processos de avaliação internos da instituição, sistematizar e prestar informações ao INEP. Ela é respaldada pela Lei 10.861/2004 e regulamentada pela Portaria Ministerial n° 2.051/2004. Sua composição inclui os segmentos: Docente, Discente, Técnico-administrativos em educação e Sociedade civil. A CPA institucional conta com o apoio do Núcleo de Autoavaliação, existente em cada *campus* do IFFar. Elaboram e analisam relatórios e pareceres das avaliações e encaminham às instâncias competentes; desenvolvem estudos e análises visando ao fornecimento de subsídios para a fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de avaliação institucional; acompanham os processos de avaliação externa da Instituição e o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes – ENADE; fomentam a produção e a socialização do conhecimento na área de avaliação institucional; disseminam, permanentemente, informações sobre avaliação; acompanham o Plano de Desenvolvimento Institucional e apresentam sugestões, subsidiando o planejamento da Instituição.

A seguir temos relatos, que salientam a importância da manutenção da reserva de 1,5% do orçamento interno para custeio das ações de extensão:

Eu acho que sim, ele é suficiente, eu acho que nós estamos conseguindo inserir muitos alunos através da extensão. O custeio hoje a gente sabe que não é suficiente, porque tem projetos bons e que acabam não sendo contemplados porque faltou o custeio, o ideal seria que aumentasse, mas sabemos que hoje no novo quadro de recursos da instituição não é possível. Sabemos que no recurso da Extensão não foi mexido, então nós estamos muito bem. A gente percebe que tem muitas instituições que não tem esse percentual interno reservado para extensão. Acho que a Reitoria consegue trabalhar bem isso. Tem editais bem específicos, eu acho isso muito bom, são bem direcionados (Coordenadora 04).

Considero adequado o número de bolsas, considerando o cenário atual. Há vários editais de extensão, então é só você inscrever seu projeto naquele que a sua proposta melhor se enquadra de acordo com a temática e concorrer. O básico estamos mantendo, que é a oferta de bolsa aos alunos que fazem extensão. (Coordenador 05).

O quadro atual de recursos da Instituição, que neste ano de 2019, sofre com o bloqueio orçamentário de 30%, anunciados pelo Ministério da Educação no final de abril, impacta no financiamento de ações de extensão. Neste sentido, a Pró – Reitoria de Extensão obrigou-se a reduzir o número de projetos contemplados com fomento para custeio.

Os gestores do Campus São Borja, fizeram uma reorganização do seu planejamento, com novas medidas para ajustes orçamentários, com redução de contratos de serviços terceirizados de limpeza, manutenção predial e de infraestrutura entre outros, mas mantiveram o orçamento previsto para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Nas narrativas a seguir, os coordenadores consideram que os valores destinados a cada edital, são suficientes para desenvolver suas ações com êxito e efetividade:

O número de bolsas poderia ser maior, assim podendo agregar um maior número de alunos, principalmente para alunos que possuem uma renda mais baixa. No caso do fomento para custeio, penso que tem um recurso que possibilita a execução com êxito dos projetos (Coordenador 02).

Eu considero suficiente, eu acho que dá para trabalhar bem com o que vem. O que poderia melhorar é a forma né de como gastar esse dinheiro porque hoje a gente só pode gastar o que a gente ganha de fomento em material de consumo e muitas vezes nós poderíamos estar melhorando, comprando material permanente ou até aumentando a nossa videoteca e isso aí nesse momento não é permitido. A gente acaba usando esse material de consumo, mas não é o perfil, e aí fica alguém do que a gente poderia aprimorar no projeto (Coordenador 01).

O Coordenador acima menciona que em determinadas situações e especificidades de cada projeto, o ideal seria que houvesse uma flexibilização na aquisição de itens de custeio, possibilitando a compra de material permanente para fins de melhor atender as necessidades do projeto. No entanto, a resolução 47/2016 delimita exclusivamente a compra de material de consumo para as ações de extensão, servindo como apoio e suporte para a realização das referidas ações, bem como, o referido recurso da matriz orçamentária é repassado pela União, de forma específica, para aquisição de itens de custeio.

4.2.3 Sugestões de melhorias na gestão das ações de extensão

As principais sugestões de melhorias na gestão das ações de extensão referem-se ao relatório final respondido pelos coordenadores, conforme verifica-se nas narrativas a seguir:

Eu acho que teria que ter uma pontuação através dos relatórios de projetos que a gente repete muito, porque o projeto deu certo e as turmas elas mudam, então no próximo ano o aluno já espera para fazer parte, para ser bolsista daquele projeto. Porque já viveu um pouquinho ou os colegas já contam, então acho que os projetos que foram executados e que tiveram êxito, que entregaram relatório, e que no relatório ficasse claro sua relevância e impacto na comunidade, que ele já tivesse uma pontuação para o próximo ano. Outro ponto também seria ver as publicações que o projeto gerou, né? E tem muito projeto que é reeditado e acaba que eu vejo que a gente fica fazendo referência bibliográfica, sendo que eu acho que esse não é o objetivo maior, é claro que você vai usar um ou outro autor, se basear, mas fica muito nisso (Coordenadora 04).

A sugestão da Coordenadora acima é de que nos projetos que são reeditados, seja considerado como um critério de avaliação os relatórios finais preenchidos no SIGAA do ano anterior, atribuindo uma pontuação, para a nova avaliação. A pontuação poderia considerar o impacto do projeto na Instituição ou comunidade onde foi desenvolvido, número de público participante para fins de verificar a aceitabilidade do projeto, publicações científicas, fotos e demais documentos que fossem comprobatórios da relevância do mesmo para a promoção e garantia do desenvolvimento local e regional.

A coordenadora 03, ainda sugere:

Uma sugestão é poder fazer tipo acrescentar no relatório dos projetos aquilo que foi feito um tempo depois sabe. É porque por exemplo, eles estão fazendo o curso

de formação continuada que termina lá em agosto, setembro então aí depois eles vão analisar as escritas, analisar as produções, fazer os resumos fazer tudo, mas isso vai ser encaminhado para evento no ano que vem porque o projeto conclui lá para novembro, dezembro, né. De repente uma sugestão é se a gente conseguisse anexar ou editar esses relatórios no final ou ter uma aba no SIGAA que a gente pudesse acrescentar depois, tipo olha foi publicado tantos meses depois do encerramento até pela valorização do curso de licenciatura que são avaliados aqui de graduação, porque se um projeto daqui tá rendendo, então vão perceber a priori que o projeto tá funcionando lá, olha como estão produzindo, olha para onde estão levando o nome da instituição (Coordenadora 03).

Todos os editais de extensão preveem a execução das propostas de ações de extensão até no máximo, o dia 20 de dezembro, estendendo o prazo para a entrega do relatório final via SIGAA - módulo extensão, até a metade do mês de janeiro. Neste sentido, realmente seria interessante a possibilidade de editar posteriormente os relatórios, para fins de anexar as publicações com os resultados das ações desenvolvidas.

Nas avaliações e reavaliações dos cursos superiores pelo MEC, os avaliadores analisam as produções em ensino, pesquisa e extensão dos docentes de cada curso, bem como, analisam o quantitativo de alunos envolvidos em ações de extensão, sendo relevante que estas ações estejam devidamente comprovadas junto à Coordenação de Extensão e em meio digital, via sistema SIGAA, para fins de comprovar o envolvimento do curso junto à comunidade.

Neste sentido, tem-se como pontos fortes e possibilidades de aprimoramentos:

Quadro 17: Pontos fortes e possibilidades de aprimoramentos das ações de extensão

Pontos Fortes	Possibilidades de aprimoramentos
Política de Extensão bem estruturada	Funcionalidades do Módulo Extensão do SIGAA
Reconhecimento da importância da extensão pelos alunos e servidores.	Critérios de seleção de propostas, considerando relatórios anteriores (para ações reeditadas)
Apoio da gestão do IFFar na garantia de orçamento interno para custeio da Extensão.	Burocracia na compra de material de consumo.
	Realizar a classificação das ações de extensão, no semestre anterior.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

5 PRODUTO ACADÊMICO

Após a conclusão desta pesquisa, propõem-se a materialização do produto acadêmico tendo por finalidade a inclusão de um relatório de autoavaliação para estudantes participantes de ações de extensão, após o término das atividades extensionistas.

Este relatório avaliativo permitirá que a Instituição construa indicadores qualitativos e quantitativos sobre as potencialidades e fragilidades referentes à participação dos estudantes nas ações de extensão, elencando as contribuições para o processo de ensino-aprendizagem.

Servirá como embasamento para ressaltar a importância da extensão para um ensino de qualidade que qualifica e agrega experiência profissional aos futuros alunos egressos, fazendo parte de um banco de dados para consolidar a extensão no Instituto Federal Farroupilha.

Para a efetiva implantação seria necessário que o Departamento de Tecnologia da Informação, fizesse a customização e ajustes no sistema SIGAA, anexando o relatório na tela inicial do perfil de cada aluno participante de ações de extensão.

Figura 07: Tela inicial do SIGAA


Componente Curricular	Local	Horário	Chat
ARQUITETURA E ORGANIZAÇÃO DE COMPUTADORES I	Lab 303 - 412	6N34 (14/02/2019 - 05/07/2019)	
CONTABILIDADE E CUSTOS	Lab 303 - 412	2N12 (14/02/2019 - 05/07/2019)	
ESTRUTURA DE DADOS	Lab 303 - 412	23N34 (14/02/2019 - 05/07/2019)	
FUNDAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO	Lab 303 - 412	4N12 (14/02/2019 - 05/07/2019)	
FUNDAMENTOS DE BANCO DE DADOS	Lab 303 - 412	3N12 5N34 (14/02/2019 - 05/07/2019)	
PROCESSO DE SOFTWARE	Lab 303 - 412	6N21 (14/02/2019 - 05/07/2019)	

Fonte: SIGAA, 2019.

Caso, a alteração no SIGAA venha a ter algum eventual custo para a Instituição, para fins de fazer as adequações necessárias para a inserção do relatório há, também, a possibilidade do referido relatório de autoavaliação ser aplicado aos estudantes extensionistas, via planilha compartilhada de *google forms*. O relatório de autoavaliação também poderá ser aplicado aos estudantes que estão participando do projeto piloto de curricularização da extensão, fazendo-se as devidas adaptações no relatório. Na página a seguir, temos a sugestão do relatório de autoavaliação:

Figura 08: Relatório de autoavaliação para estudantes participantes de ações de extensão do Instituto Federal Farroupilha.

Relatório de autoavaliação para estudantes participantes de ações de extensão.



A sua opinião é muito importante para nós!
Obrigada.

Coordenação de Extensão.

1º – Gênero:

Masculino
 Feminino
 Outros

2º – Em que curso você está matriculado?

Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio
 Curso Proeja
 Curso Técnico Subsequente
 Curso Superior de Graduação
 Curso de Pós-Graduação

3º – Em uma escala de 01 à 05, qual sua percepção em grau de importância da sua participação na ação de extensão para sua formação acadêmica e profissional? (Considerando 01 pouco importante e 05 muito importante)

1 2 3 4 5

4º – Você encontrou alguma dificuldade para a execução da ação de extensão?

Não
 Sim. Descreva: _____

5º – Houve produções científicas, tais como: resumos, artigos, capítulos de livros etc., a partir da ação de extensão?

Não
 Sim. Quantas? __

6º – Avalie a sua participação nas ações de extensão, considerando:

Ação ou projeto de extensão	Avaliação		
	Sim	Não	Parcialmente
Durante o projeto de extensão, foi possível vivenciar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos na sala de aula?			
O projeto lhe proporcionou experiências profissionais relativas ao curso?			
O projeto lhe auxiliou a refletir e melhor entender a realidade vivenciada pela sociedade, enfatizando a ausência e/ou deficiência de políticas públicas de educação, cultura, meio ambiente, saúde etc.			
Você considera relevante as interações e trocas de conhecimentos e vivências com outras Instituições e comunidades?			

7º – Caso houvesse oportunidade, você participaria novamente de ações/projetos de extensão?

Sim
 Não
 Talvez

8º – Você considera que o projeto realizado foi importante, promoveu a transformação social, suprimindo carências/necessidades das comunidades e/ou instituições onde foi desenvolvido?

9º – Houve participações em eventos (semanas acadêmicas, mostras, congressos, seminários etc.), onde você divulgou os resultados da ação de extensão?

Não
 Sim. Descreva: _____

10º – Qual o impacto do projeto de extensão, na sua formação acadêmica e profissional? Quais as contribuições? Deixe-nos seu depoimento:

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: Ressignificando Saberes e Potencialidades

Início minhas considerações finais citando Sousa (2000), que menciona que: “Se existe, na história da universidade brasileira, uma área que se preocupou em manter vínculos com a sociedade é, certamente, a extensão, mesmo tendo enfrentado enormes resistências face ao elitismo que marca a educação brasileira”.

A trajetória da extensão brasileira surge devido ao movimento estudantil que defendia a expansão do compromisso social com as classes menos privilegiadas economicamente, levando cultura e conhecimento aos mesmos. Historicamente, em raras ocasiões, existiu políticas de governo de incentivo à extensão como fator de promoção de uma formação integral aos estudantes. Atualmente, inexistente qualquer tipo de financiamento pelo MEC de programas para a extensão, portanto, as universidades e Institutos Federais estão utilizando exclusivamente recursos orçamentários internos para fomentar suas ações de extensão.

Minha pesquisa confirmou que a extensão é extremamente relevante para a formação acadêmica e profissional dos estudantes, é uma demanda cada vez mais emergente e necessária na Instituição, bem como na sociedade. O IFFar como instituição pública e de qualidade necessita manter o seu investimento interno nas ações de extensão, considerando o cumprimento do seu papel social de promover o desenvolvimento local e regional, bem como, o processo de formação acadêmica, profissional e cidadã dos estudantes.

Meus objetivos foram satisfatoriamente alcançados, uma vez que, ao longo do decorrer da pesquisa, foi possível reconhecer e identificar as principais contribuições para o processo de formação acadêmica e profissional dos estudantes que participaram de ações de extensão.

A partir da construção dos marcos teóricos e legais, verifica-se que os Institutos Federais atuam como política pública de interiorização da educação, de ampliação de acesso e garantia de oportunidades à uma educação profissional e tecnológica de qualidade em municípios interioranos, primando pela inclusão e transformação social. Apesar da garantia do direito ao acesso à educação estar previsto na Constituição Federal, a universalização de acesso requer uma política de Estado para que sua efetiva implementação ocorra.

Constatei que os documentos institucionais, como o Plano de Desenvolvimento Institucional (2019-2026) e a política de extensão do IFFar, dão suporte e respaldo a presente pesquisa. Os coordenadores entrevistados foram unânimes ao reconhecer a política interna de extensão da Instituição, como estratégias bem delineadas e fortalecidas primando pela promoção da inclusão social e pela formação integral dos estudantes.

Os alunos participantes desta pesquisa, de forma unânime, consideraram como positivo terem participado de ações de extensão, onde 96.7% entendem esta prática formativa como extremamente importante para a formação acadêmica e profissional.

Em relação à contribuição destas ações para o processo formativo dos alunos, constatou-se que houve aprimoramentos de habilidades, crescimento pessoal e profissional, incorporação de novas práticas e conhecimentos, aumento da produção científica, participação em eventos e socialização de conhecimentos.

Tal vivência concreta resultou em experiências profissionais, que geraram construção e ressignificação de saberes, evidenciando a aplicação prática dos conceitos teóricos aprendidos em sala de aula, reconhecendo-se como futuros profissionais.

No desenvolvimento humano e pessoal verificou-se a habilidade de trabalhar em equipe, interação com diferentes grupos sociais, respeito pelo outro, troca de experiências, solidariedade, a importância da responsabilidade e da ética.

Também verificou-se que os participantes adquiriram concepções cidadãs, onde desenvolveram e/ou aprimoraram a criticidade, tornando-se sujeitos ativos na sociedade comprometidos com a transformação social e superação das inúmeras desigualdades sociais existentes. Neste sentido, as ações de extensão proporcionam uma formação diferenciada, fortalecendo o protagonismo estudantil e contribuindo na formação acadêmica, profissional, pessoal e cidadã dos envolvidos.

A publicação de uma Política Nacional de Extensão universitária, foi um grande marco para a valorização da extensão, pois propiciou que cada Instituição elaborasse suas próprias políticas de Extensão, definindo os seus próprios caminhos, considerando sua missão Institucional e propondo estratégias para consolidação de suas ações extensionistas. Outro ponto relevante, está relacionado à institucionalização da extensão, onde a maioria das Instituições de ensino superior já possuem esta estrutura organizada com Pró-Reitorias e demais setores vinculados.

Há também, outras importantes conquistas, como a inclusão da validação das atividades de extensão dos servidores para a progressão funcional, a pontuação de títulos em projetos de extensão em concursos públicos para docentes e ainda a possibilidade de registro, em campo específico, das ações de extensão na plataforma Lattes.

No entanto, os irrisórios investimentos externos de agências financiadoras em ações de extensão, reflete no interesse por parte dos estudantes em muitas vezes optar pela realização de

projetos de pesquisa, uma vez que conta com maior investimento, maior oferta de bolsa, status na iniciação científica e pontuações melhores em seleções públicas (mestrado, doutorado).

A Política Nacional de Extensão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica é ainda muito recente (ano 2012), ainda há alguns desafios a serem enfrentados para sua efetiva consolidação. Faz-se necessário a conquista por mais espaços para a desconstrução da hegemônica hierarquia entre o ensino-pesquisa-extensão, uma vez que em termos de formação, os saberes se misturam e se auto relacionam.

Apresenta-se como pontos fortes na política de Extensão Institucional, a definição de agendas prioritárias e a estruturação de políticas com objetivos bem definidos, visando a transformação social. Constatou-se também, a unanimidade entre alunos, docentes e técnicos administrativos em reconhecer a importância das ações de extensão para o processo de ensino-aprendizagem dos alunos, bem como, para a promoção do desenvolvimento local e regional. Outro ponto importante é o apoio da gestão, em apesar dos cortes orçamentários, manter os recursos mínimos previstos para a extensão.

Como possibilidades de aprimoramentos na gestão das ações de extensão foram sugeridos pelos coordenadores entrevistados: a efetuação de melhorias nas funcionalidades do módulo Extensão, alternativas que facilitem a compra de material de consumo pelos servidores, para projetos que são reeditados ano após ano - construir critérios que considerem esses fatores na classificação pelos avaliadores e por fim, a necessidade de antecipar o processo de classificação e ranqueamento das ações para que no início de cada ano letivo todo esse processo já esteja concluído.

Em relação ao produto acadêmico, foi gerado um relatório de autoavaliação para estudantes participantes de ações de extensão. Identifiquei que até o momento, não há na Instituição uma ferramenta avaliativa, que realize o monitoramento com indicadores, referentes à contribuição das ações de extensão para a prática formativa dos estudantes, fazendo-se necessário a incorporação destes mecanismos, para fins de atender a recomendação da Política Nacional de Extensão, quanto ao critério de avaliação.

Finalizo, salientando que o presente estudo contribuiu significativamente para minhas funções profissionais, uma vez que foi possível ter um diagnóstico da relevância das ações de extensão para os alunos, das potencialidades e das fragilidades existentes. Este estudo também embasará a importância da curricularização da extensão, uma vez que em alguns cursos ainda há certa resistência na implementação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, M. **Política Nacional de Extensão Universitária: identidade e diretriz para a prática extensionista no ensino superior brasileiro.** 2012. In: SILVA, L. D.; CÂNDIDO, J. G. **Extensão universitária: conceitos, propostas e provocações.** São Bernardo do Campo: Editora da Universidade Metodista de São Paulo, 2014. p. 39-62.

ALMEIDA, Daisy Santos de. **Extensão universitária na UFBA: ACC e a formação do estudante nos acervos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações.** 2015. 83 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares Sobre a Universidade.) - Universidade Federal da Bahia, Bahia, 2015.

ARELARO, LISETE R.G. Formulação e implementação das políticas públicas em educação e as parcerias público-privadas: impasse democrático ou mistificação política? **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 899-919, out. 2007.

ASSUMPÇÃO, Raiane Patrícia Severino e Fabricio Leonardi LEONARDI, 2016. “Educação popular na universidade, uma construção a partir das contradições, reflexões e vivências, a partir do PET (Programa de Educação Tutorial) educação popular da UNIFESP-Baixada Santista”. In: **Revista E-Currículo**, v. 14, n. 02, p. 437-462 abr./jun.2016. São Paulo: PUC-SP.

BACELAR, T. A. **Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências.** Rio de Janeiro: editora Revan, 2000.

BRASIL. Assembleia Nacional Constituinte. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Atualizada até a Emenda Constitucional n.38, de 12/06/2002. Brasília: Diário Oficial da União, de 05/10/1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Plano de expansão da Rede Federal de Educação Tecnológica – Fase II.** Brasília-DF, [200-]. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/apresentacaocriteriofase2.pdf>>. Acesso em: 21 out. 17.

BRASIL. Lei nº. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. **Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 23 out. 17.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Relatório de Avaliação do Plano de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.** Brasília-DF, 2007.

BRASIL. **Lei de criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.** Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Tecnológica. **Institutos Federais de Ciência, Educação e Tecnologia: concepção e diretrizes**. 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/ifets_livreto.pdf>. Acesso em: 21 out. 17.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20/12/1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 15 dez. 17.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 13.005, de 25/06/2014**. Estabelece o Plano Nacional de Educação – PNE. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 09 set. 18.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Prestação de Contas Ordinária Anual: relatório de gestão 2010**. Brasília-DF, 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=8006relatorio-gestao-2010-setec-versaofinal-cgu-pdf&category_slug=maio-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 21 out. 17.

BRASIL. Portaria nº 61, de 2 de dezembro de 2013. **Institui a Comissão Nacional de Extensão Universitária** – Conex. Brasília, DF, 2 dez. 13.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Créa nas capitais dos Estados da Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**. Brasília, 1909.

BRASIL. Lei n. 10.172, de 09 de janeiro de 2001. **Institui o Plano Nacional de Educação e dá outras providências**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 10 jan. 2001. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm>. Acesso em: 08 out. 17.

BRASIL. **Política Nacional de Extensão Universitária**, Manaus, 2012. Disponível em: <http://proex.ufsc.br/files/2016/04/Pol%C3%ADtica-Nacional-de-Extens%C3%A3o-Universit%C3%A1ria-e-book.pdf>. Acesso em jun. 2019.

BRASIL. Decreto nº 6.495, de 30 de junho de 2008. **Institui o Programa de Extensão Universitária - PROEXT**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6495.htm>. Acesso em: 23 out. 17.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. **A democratização e expansão da educação superior no país 2003-2014**. Brasília: MEC/SESU. 2015. Disponível em: <portal.mec.gov.br/...2014.../16762-balanco-social-sesu-2003-2014>. Acesso: 24 out. 17.

BALL, S. **Reformar escolas/reformar professores e os terrores da performatividade**. Revista Portuguesa de Educação, v. 15, n. 2, p. 03-23, 2002.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2009.

BECKER, H. S. **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BOBBIO, N. **A era dos direitos**. Trad. Carlos Nelson Coutinho. 9 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BOWE, R.; BALL, S.; GOLD, A. **Reforming education & changing schools: case studies in policy sociology**. London: Routledge, 1992.

BUARQUE, C. **A aventura da universidade**. São Paulo: Editora da UNESP; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BRAÚNA, R. de C. A.; SILVA, L. H.; BARLETTO, M.; SARAIVA, A. C. L. C.. **Reflexões sobre a constituição de identidades profissionais de graduandas de pedagogia da UFV**. I Seminário Nacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação – SIRSSSE, Paraná: PUC, 2011.

BRITO, Eliana. O currículo do Ensino Médio Baiano: entre a formação integral e a valorização das diferenças. **Currículo sem fronteiras**. v. 18, n. 3, p. 1003-1024, set./dez. 2018.

BRONFENBRENNER, U. (2005). **The bioecological theory of human development**. In U. Bronfenbrenner (Ed.), *Making human beings human: Bioecological perspectives on human development* (pp. 3-15). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.

CASTRO, Claudio de Moura. **A prática da pesquisa**. 2. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

CASTRO, L. M. C. **A universidade, a extensão universitária e a produção de conhecimentos emancipadores: ainda existem utopias realistas**. UFB: Rio de Janeiro, 2004.

CARVALHO, M. M. & Rabechini Jr., R. (2011). **Fundamentos em gestão de projetos: construindo competências para gerenciar projetos** (3ª ed.). São Paulo: Atlas.

CHAUÍ, Marilena. (2003). A Universidade Pública sob nova perspectiva. **Revista Brasileira de Educação** n.24. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação - ANPEP: Autores Associados, Set-Dez.

COSTA, A.; SILVA, P. B. **Extensão universitária brasileira: possibilidades, limitações e desafios**. São Paulo: Nelpa, 2011.

CONFERÊNCIA NACIONAL DE EDUCAÇÃO (CONAE), 2010, Brasília, DF. **Construindo o Sistema Nacional Articulado de Educação: o Plano Nacional de Educação, diretrizes e estratégias**. Brasília, DF: MEC, 2010.

CUNHA, L. A. **A Universidade Temporã: o ensino superior da Colônia à Era de Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

_____, L. A. **Ensino médio e ensino técnico na América Latina: Brasil, Argentina e Chile**. Cad. Pesquisa, n.111, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000300003>. Acesso em: 20 out. 17.

_____, L. A. O ensino superior no octênio FHC. **Revista Educação & Sociedade**, v.24, n. 82. Campinas, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010173302003000100003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 jul.19.

CUNHA, Ana Luiza Salgado. **A experiência como prática formativa de estudantes na Extensão Universitária**, nos acervos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. 2013. 99 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2013.

CUNHA, M. I. Qualidade da educação superior no Brasil e o contexto de inclusão social: desafio para a avaliação. In FRANCO, M.E.D.P.; FRANCO, S.R.K; ZITKOSKI, J. (Orgs). **Educação superior e contextos emergentes**. Porto Alegre. EDIPUCRS, 2016.

DALBEN, Ângela Imaculada Loureiro de Freitas; VIANNA, Paula Cambraia de Mendonça. Voluntariado en el mundo: extensión universitaria en Brasil. **Vu!: El Periódico del Programa Nacional de Voluntariado Universitario**, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, n. 06, p.10, abr. 2009.

DEMO, Pedro. **Desafios modernos da educação**. 8. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira – Portaria 1.350/2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=104251-rces007-18&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 31 jul. 19.

DOS SANTOS, Marcos Pereira. **Contributos da extensão universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário**. Revista Conexão UEPG, v. 6, n. 1, p. 10-15, 2012.

DUARTE, Jacildo da Silva. **As contribuições da extensão universitária para o processo de aprendizagem, a prática da cidadania e o exercício profissional nos acervos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**. 2014. 112 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2014.

FADEL, Cristina Berger; BORDIN, Danielle; KUHN, Eunice e MARTINS, Luciana Dorochenko. O impacto da extensão universitária sobre a formação acadêmica em Odontologia. **Revista Interface (Botucatu)** [online], vol.17, n.47, pp.937-946, 2013.

FLICK, Uwe. **Uma introdução à Pesquisa Qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. **Educ. Soc.** [online]. 2007, vol.28, n.100.

FRIGOTTO, G.; CIAVATTA, M. (Org.). **A formação do cidadão produtivo: a cultura do mercado no ensino médio técnico**. Brasília, DF: INEP, 2006.

FREIRE, P. **Extensão ou Comunicação?** São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 34. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS UNIVERSIDADES PÚBLICAS BRASILEIRAS (FORPROEX). **Documento final.** In: I Encontro de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Brasília, 1987.

_____. **Plano Nacional de Extensão Universitária.** Natal: FORPROEX, 1999.

_____. **Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras; organização:** Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível América Latina. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila, 2012.

GARCIA, B. G. Responsabilidade social empresarial, Estado e sociedade civil. In: Instituto Ethos (Org). **Responsabilidade social das empresas: a contribuição das universidades.** São Paulo: Peirópolis, 2002. p. 13-36.

GARCIA, Berenice Rocha Zabbot, BOHN, Letícia Ribas Diefenthaler; ARAÚJO, Maria Inês Siqueira. Universidade e extensão universitária: Uma relação dialógica entre formação profissional e compromisso social. In: SÍVERES, Luiz (org.). **A extensão universitária como princípio de aprendizagem.** Brasília: Líber Livro. 2013. p. 171-182.

GADOTTI, Moacir. **Extensão universitária: Para quê? 2017. Disponível em:** https://www.paulofreire.org/images/pdfs/Extens%C3%A3o_Universit%C3%A1ria_-_Moacir_Gadotti_fevereiro_2017.pdf. Acesso em 25 jul. 19.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

GÓIS, Cezar. **Psicologia comunitária no Ceará.** Fortaleza: Instituto Paulo Freire, 2003.

HALLACK, F.S.; SILVA, C.O. A reclamação nas organizações do trabalho: estratégia defensiva e evocação do sofrimento. **Psicol. Soc.**, v.17, n.3, p.67-72, 2005.

HOFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cad. CEDES.** 2001, vol.21, n.55, pp. 30-41.

INCROCCI, Lígia Maria de Mendonça Chaves; ANDRADE, Thales Haddad Novaes de. O fortalecimento da extensão no campo científico: uma análise dos editais ProExt/MEC. **Sociedade e Estado**, v. 33, n. 1, p. 189-214, Brasília, Jan.-Abr. 2018.

INEP – **Relatório do 1º ciclo de monitoramento de metas do PNE – biênio 2014 – 2016.** Disponível em: http://portal.inep.gov.br/informacao-da-publicacao/-/asset_publisher/6JYIsGMAMkW1/document/id/626732. Acesso em 05.jul.18.

JEZINE, E. **As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária.** In: 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Anais. Minas Gerais: UFMG, Gestão 12, 2004. Disponível em: <http://www.ufmg.br/congrent/ Gestao/Gestao12.pdf>. Acesso em: 17.abr.19.

JOSSO, M.-C. **Experiências de Vida e Formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

KUENZER, Acacia Zeneida. O ensino médio no Plano Nacional de Educação 2011-2020: superando a década perdida?. **Educ. Soc.** [online]. 2010, vol.31.

_____, A. Z. **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LARROSA, Jorge Bondía. **Notas sobre a experiência e o saber da experiência**. Revista Brasileira de Educação nº 19, 2002.

_____, Jorge Bondía. **Tremores: escritos sobre experiência**. Trad.: Cristina Antunes e João Wanderley Geraldi. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LIMA, Paulo Daniel Barreto. **A Excelência em Gestão Pública: a trajetória e a estratégia do gespública**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2007.

MACHADO, A. **A construção da extensão universitária brasileira, as políticas institucionais e o compromisso social das universidades**: um estudo sobre a Universidade Estadual do Centro Oeste do Paraná (Unicentro). 2009. 146 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Maringá, 2009.

MAINARDES, Jefferson. **Abordagem do Ciclo de Políticas: uma contribuição para a análise de políticas educacionais**. Educação e Sociedade, Campinas, v. 27, n. 94, p. 47- 69, jan./abr. 2006.

_____, Jefferson. **Reinterpretando os ciclos de aprendizagem**. São Paulo: Cortes, 2007.

_____, J et al. **Análise de políticas: fundamentos e principais debates teórico metodológicos**. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). Políticas educacionais: questões e dilemas. São Paulo: Cortez, 2011.

MANFREDI, Silvia Maria. **Educação Profissional no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2002.

MENDONÇA, S. G. L.; SILVA, P.S. **Extensão Universitária: Uma nova relação com a administração pública. Extensão Universitária: ação comunitária em universidades brasileiras**. São Paulo, v. 3, p. 29-44, 2002.

MELO NETO, José Francisco de. **Extensão universitária: uma abordagem crítica**. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Concepção e Diretrizes**: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília – Setec, 2008. Disponível em: <http://www.poa.ifrs.edu.br/wpcontent/uploads/2010/03/concepcao_diretrizes.pdf>. Acesso em: 23 out. 17.

_____. Análise sobre a expansão das universidades federais (2003-2012). **Relatório da comissão constituída pela portaria n.126/2012**. Brasília, 2012.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 20 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MARTINS, Silvana Neumann. **Educação Empreendedora transformando o ensino superior: diversos olhares de estudantes sobre professores empreendedores**. Tese de Doutorado em Educação. Porto Alegre: PUCRS, 2010.

MORIN, E. **A Cabeça Bem-feita: Repensar a Reforma, Reformar o Pensamento**. Tradução de Eloá Jacobina. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

NOGUEIRA, M. D. P. (Org.). **Extensão Universitária: diretrizes conceituais e políticas**. Belo Horizonte: PROEX/UFMG; O Fórum, 2000.

_____, M. D. P. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

_____.M. D. P. **Extensão universitária no Brasil: uma revisão conceitual**. In: FARIAS, D. S. (Org.) **Construção conceitual da extensão universitária na América Latina**. Brasília: Editora da UNB, 2001. p. 57-72.

NOGUEIRA, Adriano (Org.). **Estendendo fronteiras. A extensão e a pesquisa na formação do educador**. Taubaté, SP: Cabral Editora Universitária, 2001.

OLIVEIRA, T. M. N. de. GARCIA, B. R. Z. **A extensão e o seu papel na formação acadêmica**. In: Revista Univali. Itajaí: Editora da UNIVALI, v.14, n.1, p.111- 117, jun./2009.

OLIVEIRA, Dalila. Nova gestão pública e governos democráticos populares: contradições entre a busca da eficiência e a ampliação do direito à educação. **Edu. E Soc**, Campinas, v.36, n.132, 723-741, jul-set, 2015.

OLIVEIRA, Romualdo. P. de. O direito à Educação. In: OLIVEIRA, R.P.; ADRIÃO, T. (orgs.) **Gestão, Financiamento e Direito à Educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. São Paulo: Xamã, 2002.

PACHECO, Eliezer Moreira. **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Natal: IFRN, 2010.

_____; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia: Limites e possibilidades**. Linhas Críticas, Brasília, v. 16, n. 30, p.71-87, jun. 2010. Disponível em:<<http://seer.bce.unb.br/index.php/linhascriticas/article/viewFile/1429/1065>>. Acesso em: 24 out. 17.

PAULA, João Antônio de. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces - Revista de Extensão**, v. 1, n. 1, p. 05-23, jul./nov. 2013. Disponível em:

<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/article/view/5/pdf>. Acesso em: 25 jul. 19.

PLANO Nacional de Extensão Universitária. Ilhéus: Editus, 2001.

PETITINGA, Carolina Santos. **Mais definições em trânsito: Desenvolvimento local**. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/maisdefinicoes/DESENVOLVIMENTOLOCAL.pdf>>. Acesso em 11 nov. 17.

PEREIRA, L. A. C. **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Brasília: Ministério da Educação**, 2009. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf> Acesso em: 12 nov. 17.

PDI – **Plano de Desenvolvimento Institucional do Instituto Federal Farroupilha**, 2019-2026. Disponível em: <<https://www.iffarroupilha.edu.br/documentos-do-pdi/item/13876-pdi-2019-2026>>. Acesso em: 20 jun.19.

PROEX – Pró-Reitoria de Extensão do IFFar. **Curso de formação em Extensão** (Caderno 01). Santa Maria, 2018.

REIS, R. H. dos. **A institucionalização da extensão**. Educação Brasileira, Porto Alegre, v. 14, n. 28, p. 67-81, jan./jun. 1992.

REIS, J.T. **Trabalho voluntário e os direitos humanos**. 2001. Monografia - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2001.

ROSETTO, Marcia Regina Chrispim Alvares. **Instituições de ensino superior e responsabilidade social: um estudo sobre as representações de lideranças da educação superior brasileira**. 2011. 342p. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As pesquisas denominadas do tipo “Estado da Arte” em educação. In: **Diálogo Educ.**, Curitiba, v. 6, n.19, p.37-50, set./dez. 2006.

SANGENIS, L. F. C. **Extensão universitária: um conceito em transformação**. In: ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICA DE ENSINO (ENDIPE), 16., 2012, Campinas. **Anais...** Campinas: Editora da UNICAMP, 2012. Disponível em: <http://www.infoteca.inf.br/endipe/smarty/templates/arquivos_template/upload_arquivos/acervo/docs/3473d.pdf>. Acesso em: 20 out. 17.

SARAIVA, J. L. **Papel da extensão universitária na formação de estudantes e professores**. Brasília Med. v. 44, n. 3, 2007. p. 225-233.

SANTOS, M. P. Contributos da Extensão Universitária brasileira à formação acadêmica docente e discente no século XXI: um debate necessário. **Revista Conexão UEPG**, v.06, n.1, p.10-15, 2010. Disponível em: <http://www.uepg.br/revistaconexao/revista/edicao06/1.pdf> Acesso em: 17.abr. 2019.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez Editora. 1994.

_____, B. de S. **Crítica a razão indolente. Contra o desperdício da experiência**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTANA, M. J. A. Do AISAM ao UFBA em Campo. In. UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. Pró-Reitoria de Extensão. **UFBA em Campo. 1996 -1998: uma experiência de articulação ensino, pesquisa e sociedade**. Salvador: UFBA, 1998.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

SILVA, Arthur Rezende da; TERRA, Denise Cunha Tavares. **A expansão dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia e os desafios na contribuição para o desenvolvimento local e regional, 2013**. Seminário nacional de planejamento e desenvolvimento. Disponível em: http://www.eventos.ct.utfpr.edu.br/anais/snpd/pdf/snpd2013/Arthur_Rezende.pdf. Acesso em 18 out. 17.

SILVA, O. da. **O que é extensão universitária. Integração: ensino, pesquisa e extensão**, São Paulo, v. 3, n. 9, p. 148- 9 de maio 1997.

SILVA, Monica Ribeiro da. Currículo, ensino médio e BNCC - Um cenário de disputas. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 9, n. 17, p. 367-379, jul./dez. 2015.

_____, Monica Ribeiro da. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discurso. **Educ. rev.** vol.34. Belo Horizonte, 2018.

SILVA M. R.; FERRETI, C. J. Reforma do ensino médio no contexto da Medida Provisória n. 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educação & Sociedade**. Campinas, v. 38, nº. 139, p.385-404, abr.-jun., 2017. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010173302017000200385&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 jun.19.

SÍVERES, Luiz. Princípios estruturantes da extensão universitária. In: _____; MENEZES, Ana Luiza Teixeira (Orgs.). **Transcendendo fronteiras: a contribuição da extensão nas instituições comunitárias de ensino superior**. Santa Cruz do Sul-SC: Edunisc, 2011. p. 26-50.

_____. **A Extensão universitária como um princípio de aprendizagem**. Brasília: Liber Livro, 2013.

SCHEIDEMANTEL, S. E. et al. **A Importância da Extensão Universitária: o Projeto Construir**. In: Congresso Brasileiro de Extensão Universitária, II, 2004, Belo Horizonte. Anais do 2º Congresso Brasileiro de Extensão Universitária. Belo Horizonte, 2004, p. 1-6.

STUNPF, Jucilene de Souza. **A expansão da rede federal de educação profissional e tecnológica: um estudo do Instituto Federal do Paraná, Campus Avançado Coronel Vivida**,

2016. 170f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Pato Branco, 2016.

SELLI, L. et al. Beneficiários do trabalho voluntário: uma leitura a partir da bioética. **Rev. Saúde Pública**, v.42, n.6, p.1085-9, 2008.

SOARES, V. L. A. **O papel social das IES: contribuição do ensino superior particular**. Revista do Centro de Estudos Sociais Aplicados, Belém, n. 6, p. 8, out. 2003.

SOARES, Suely Galli. **Inovações no ensino superior: Reflexões sobre educação a distância**. In: CASTANHO, Sérgio; CASTANHO, Maria Eugênia L. M. (org.). O que há de novo na educação superior: Do projeto pedagógico à prática transformadora. 2. ed. Campinas, SP: Papirus, 2004, p.221-238.

SOUSA, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. Campinas: Editora Alínea, 2000.

_____, Ana Luiza Lima. **A história da extensão universitária**. 2 ed. Campinas: Editora Alínea, 2010.

SOUZA SANTOS, Boaventura de. **Crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência**. São Paulo: Cortez, 2000.

SOUZA, Paula Clarissa de. **A contribuição dos projetos de extensão de cunho social para a formação cidadã do aluno do Instituto Federal de Santa Catarina a luz da responsabilidade social universitária**, nos acervos da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. 2016. 158 p. Dissertação (Mestrado Profissional em Administração Universitária) - Universidade Federal de Santa Catarina, 2016.

SOUZA, Gezilda Borges de. Extensão universitária em campo: possibilidades para a formação dos estudantes da Universidade Federal da Bahia. **Repositório Institucional UFBA, 2014**. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/16693>. Acesso em: 21 jul.2019.

TAVARES, Moacir Gubert. **Evolução da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica: as etapas históricas da educação profissional no Brasil**. Trabalho apresentado na IX ANPED SUL, Seminário de Pesquisa em Educação da Região Sul, 2012. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/177/103>. Acesso em: 23 out.17.

TAVARES, M. G. M. **Extensão universitária: novo paradigma de universidade?** Maceió, AL: Edufal, 1997.

TACHIZAWA, T.; ANDRADE, Rui Otávio Bernardes de. **Gestão de instituições de ensino**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de Auditoria**. TC 026.062/2011-9. Brasília-DF, 2012. Disponível em: <https://portal.tcu.gov.br/transparencia/relatorios/relatorio-de-auditoria-de-gestao/>. Acesso em: 02.jul.18

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

_____, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. São Paulo: Atlas, 2016.

VERENGUER, R. C. G. Questões epistemológicas da Educação Física escolar: vínculos necessários com a preparação e com o cotidiano do profissional. In: **VIII SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR**. Anais. Educação Física Escolar: questões epistemológicas, pesquisa e educação continuada. São Paulo: USP, Mesa redonda 1: “Educação Física Escolar: questões epistemológicas”, p. 209-214, 2005.

VIEIRA, Sofia Lerche. **Educação básica: política e gestão da escola**, Brasília: Liber livro, 2009.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.

ANEXO A - MODELO DE QUESTIONÁRIO DO GOOGLE FORMS

Pesquisa de Mestrado:

AS AÇÕES DE EXTENSÃO COMO PRÁTICA FORMATIVA AOS ALUNOS DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO E SUPERIOR DO IFFAR – CAMPUS SÃO BORJA.

*Obrigatório

1. Endereço de e-mail *

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Prezado(a) Estudante,

Você está sendo convidado à participar desta pesquisa, sua contribuição deve-se ao fato de que você participou em ações de extensão realizadas no Instituto Federal Farroupilha - Campus São Borja, nos anos de 2017 e/ou 2018 e por encontrar-se vinculado à esta Instituição de Ensino.

Sua participação consiste, ao aceitar em colaborar com esta pesquisa, em responder ao questionário eletrônico online.

Ao responder o questionário voluntariamente, você não terá nenhum benefício direto ou imediato. Contudo, os resultados desta pesquisa poderão permitir a compreensão do papel da extensão na formação acadêmica e profissional do aluno extensionista, verificando suas percepções quanto aos conhecimentos adquiridos ou habilidades e eventuais dificuldades, por meio das ações de extensão realizadas, tendo como enfoque o processo educativo.

Após o preenchimento, sua resposta será enviada automaticamente à mestranda Laiane Flores, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria.

Os conhecimentos resultantes deste estudo serão constituídos por dados estatísticos. Os sujeitos participantes não serão mencionados ou identificados. Dessa forma, podemos garantir que em nenhum momento durante os processos de análise e divulgação dos resultados os mesmos terão a identidade exposta.

Os riscos passíveis de ocorrer são a manifestação de embaraço ou constrangimento ao responder o questionário, ou ainda desgaste no raciocínio ao preencher o instrumento de pesquisa, o que pode demandar um pouco de tempo no entendimento das questões, situações nas quais o participante poderá interromper ou desistir de participar.

A decisão em não participar da pesquisa não acarretará nenhum tipo de constrangimento. A qualquer momento, o participante poderá fazer perguntas aos pesquisadores, que têm a obrigação de prestar os devidos esclarecimentos.

2. Declaro que li os detalhes descritos neste documento. Entendo que eu sou livre para aceitar ou recusar e que eu posso interromper minha participação a qualquer momento. Eu concordo que os dados coletados para o estudo sejam usados para os propósitos acima descritos. Para participar da pesquisa, é necessário que você concorde com o termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Você concorda em participar desta pesquisa? *

Marcar apenas uma oval.

SIM

NÃO *Pare de preencher este formulário.*

DADOS SÓCIO – DEMOGRÁFICOS:

1) Sexo *

Marcar apenas uma oval.

Feminino

Masculino

2) Idade: *

Marcar apenas uma oval.

de 15 à 20 anos

de 21 à 25 anos

de 26 à 30 anos

acima de 31 anos

3) Curso em que está matriculado: *

Marcar apenas uma oval.

Curso técnico integrado ao ensino médio

Curso PROEJA

Curso Subsequente ao ensino médio

Curso Superior de graduação

Curso de Pós-Graduação

Não tenho matrícula ativa, pois já me formei.

4) Em qual ano você foi bolsista de extensão? *

Marcar apenas uma oval.

2017

2018

Em ambos os anos.

Quanto às contribuições de sua participação nos projetos de extensão, sob a ótica da sua formação acadêmica e profissional:

01) Você considera como positiva a sua participação nos projetos de extensão: *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

1.1) Justifique sua resposta: *

2) Durante o projeto de extensão em que você participou, foi possível vivenciar na prática os conhecimentos teóricos adquiridos em sala de aula? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

2.1) Justifique sua resposta, de acordo com suas vivências no projeto: *

3) Ao término do projeto de extensão foi possível visualizar situações de interdisciplinaridade, situações em que houve interlocuções com outros conteúdos/disciplinas estudadas em seu curso? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

3.1) Justifique sua resposta: *

4) Das características abaixo relacionadas, marque as que você considera que FORAM NECESSÁRIAS para a realização do projeto de extensão em que você participou? *

Marque todas que se aplicam.

- trabalho em equipe
 comprometimento
 assiduidade
 autonomia
 criatividade

- interação com os colegas, professores e demais envolvidos
- capacidade de tomada de decisão
- Nenhuma destas características foram necessárias.
- Outro:

5) Diante das situações vivenciadas (em escolas, associações de bairros, comunidades visitadas etc.), você considera que o projeto de extensão lhe auxiliou a refletir e melhor entender a realidade em que vive, enfatizando as dificuldades enfrentadas pela sociedade e a ausência e/ou deficiência de políticas de educação, cultura, meio ambiente, geração de trabalho e renda, direitos humanos etc.: *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

5.1) Justifique sua resposta: *

6) Você encontrou alguma dificuldade para a execução do seu projeto? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

6.1) Em caso positivo, descreva:

7) Houve produções científicas, tais como: resumos, artigos etc. e/ou houve participação em eventos (semanas acadêmicas, mostras, congressos, seminários etc.), onde você divulgou o projeto de extensão? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

7.1) Em caso positivo, descreva brevemente os eventos que você participou e as

respectivas publicações:

8) Em uma escala de 01 à 05 , qual sua percepção em grau de importância da participação dos estudantes em projetos de extensão, para a sua formação acadêmica e profissional?

(Considerando 01 pouco importante e 05 extremamente importante). *

Marcar apenas uma oval.

1 2 3 4 5

**9) Qual o impacto do projeto de extensão, na sua formação acadêmica e profissional?
Deixe-nos seu depoimento: ***

Envie para mim uma cópia das minhas respostas.

ANEXO B - ROTEIRO DA ENTREVISTA COM OS COORDENADORES

▪ Contribuição dos projetos de extensão desenvolvidos no campus para a formação acadêmica e profissional do aluno:

- 1) Você considera que a interação proporcionada pelas ações de extensão, entre aluno-IFFar-comunidade são benéficas para a formação acadêmica e profissional do aluno participante? Em caso positivo, quais seriam essas contribuições?
- 2) Houve produções científicas, tais como: resumos, artigos etc. e/ou houve participação em eventos (semanas acadêmicas, mostras, congressos, seminários etc.), a partir da ação de extensão realizada?
- 3) No projeto desenvolvido e coordenado por você houve indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão?

QUANTO À EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES E SUGESTÕES DE MELHORIA:

- 01) Você encontrou alguma dificuldade para a execução do seu projeto (infraestrutura insuficiente, dificuldades de deslocamento etc.)?
- 02) Você considera o número de bolsas para alunos e fomento para custeio suficientes para a execução dos projetos de extensão?
- 03) O que você considera que poderia ser aprimorado na gestão dos projetos de extensão da instituição?

ANEXO C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

A presente pesquisa intitulada: **As ações de Extensão como prática formativa aos alunos do Ensino Médio integrado e superior do IFFAR – Campus São Borja**, está sendo desenvolvida por Laiane Flores, mestrande do programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Gestão Educacional da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM, sob a orientação da Profa. Dra. Débora Teixeira de Mello.

O objetivo geral deste estudo é analisar as contribuições para a formação acadêmica e profissional do aluno participante das ações de extensão do Instituto Federal Farroupilha – Campus São Borja.

Solicitamos a sua colaboração para que responda a entrevista sobre a temática, como também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área de educação/políticas públicas educacionais e publicar em revistas científicas correlatas. Por ocasião da publicação dos resultados, sua identidade será mantida em sigilo, não havendo quaisquer tipos de exposição.

Os riscos passíveis de ocorrer são a manifestação de embaraço ou constrangimento ao responder a entrevista, ou ainda desgaste no raciocínio, o que pode demandar um pouco de tempo no entendimento das questões, situações nas quais o participante poderá interromper ou desistir de participar.

Esclarecemos que sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o senhor não é obrigado a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo Pesquisador. Caso decida não participar do estudo, ou resolver a qualquer momento desistir do mesmo, não sofrerá nenhum dano.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário em qualquer etapa da pesquisa.

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecido e dou o meu consentimento para participar da pesquisa e para publicação dos resultados.

Estou ciente que após as devidas assinaturas, receberei uma cópia desse documento.

Atenciosamente,

Participante da Pesquisa

Assinatura do responsável pela obtenção do TCLE

ANEXO D – FICHA DE AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA

ANEXO III		
FICHA DE AVALIAÇÃO CLASSIFICATÓRIA		
	*NOTA: Instruções para avaliação da proposta: atribuir uma nota de 0 a 03 conforme a legenda: (0) Proposta não atende a nenhum dos aspectos de forma satisfatória (01) Proposta atende a minoria dos aspectos de forma satisfatória (02) Proposta atende a maioria dos aspectos de forma satisfatória (03) Proposta atende todos dos aspectos de forma satisfatória	NOTA *
04	Análise a proposta considerando os seguintes aspectos relacionados a seu contexto e justificativa: a) Argumentação na descrição do problema a ser abordado; b) Justificativa do público-alvo e pessoas beneficiadas pela proposta; c) Explicitação clara dos fundamentos teóricos que orientam a proposta;	
05	Análise a proposta considerando os seguintes aspectos relacionados aos <u>objetivos e resultados esperados</u> : a) Clareza na definição do objetivo geral da proposta; b) Clareza e precisão dos objetivos específicos; c) Compreensibilidade da relação entre os objetivos e os resultados esperados;	
06	Análise a <u>qualidade metodológica</u> da proposta considerando os seguintes aspectos: a) Descrição clara da abordagem metodológica quanto aos procedimentos e instrumentos; b) Descrição da comunidade que será beneficiada com as ações de extensão; c) Coerência metodológica com os objetivos e resultados da proposta;	
07	Análise o <u>impacto social</u> da proposta considerando os seguintes aspectos: a) Descrição das ações objetivando a superação de problemas sociais; b) Desenvolvimento de meios e processos de produção e transferência de conhecimento e tecnologias, devidamente identificados na proposta; c) Oferta de ações formativas em resposta a demandas devidamente identificadas na proposta;	
08	Análise a <u>pertinência do plano de trabalho do bolsista</u> a) Atividades efetivas e carga horária pré-definidas; b) Desenvolvimento das etapas da proposta; c) Coerência do plano de trabalho com os objetivos da proposta;	
09	Análise a <u>consistência do cronograma de execução</u> considerando os seguintes aspectos: a) Viabilidade técnica (período para execução das ações) do cronograma de execução; b) Consistência do cronograma e sua relação com os objetivos e resultados propostos; c) Envolvimento equilibrado e distribuído da equipe executora ao longo de todo o cronograma de execução;	
10	Análise a <u>forma de acompanhamento e avaliação da ação</u> , considerando os seguintes aspectos: a) Clareza na descrição do processo de acompanhamento e avaliação; b) Previsão de métodos avaliativos que considerem a opinião da comunidade e do público alvo; c) Existência de indicadores qualitativos e quantitativos da avaliação;	
11	Análise a <u>adequação orçamentária</u> da proposta considerando os seguintes aspectos: a) Viabilidade orçamentária coerente com o edital; b) Adequação do orçamento às ações propostas; c) Existência de parcerias com outras fontes financiadoras que potencializem a realização da proposta;	
12	Análise a <u>produção em Extensão</u> do coordenador da proposta (dos últimos 3 anos) considerando os seguintes aspectos: a) Participação em eventos de Extensão no IFFar; b) Participação em eventos externos de Extensão; c) Publicações em anais, revistas e boletins;	
Total:		

Fonte: Anexo III, do edital 527/18 - Fomento de ações de extensão

ANEXO E – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

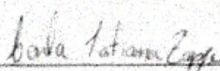
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Eu, Carla Tatiana Zappe (Diretora Geral do Instituto Federal Farroupilha — Campus São Borja), tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada - **As ações de extensão como prática formativa aos alunos do ensino médio integrado e superior do IFFar – campus São Borja.**

A presente pesquisa está sob responsabilidade das pesquisadoras Laiane Frescura Flores (autora) e Débora Teixeira de Mello (orientadora), tendo como objetivo analisar as contribuições para a formação acadêmica e profissional do aluno bolsista participante de ações de extensão. Neste sentido, como metodologia de pesquisa serão aplicados questionários online (via *google forms*) com os alunos participantes de ações de extensão vinculados à Instituição, no período de 2017 à 2018.

Afirmo que fui devidamente orientada sobre a finalidade e objetivos da pesquisa, bem como sobre a utilização de dados exclusivamente para fins científicos e que as informações a serem oferecidas para o pesquisador serão guardadas pelo tempo que determinar a legislação e não serão utilizadas em prejuízo desta instituição e/ou das pessoas envolvidas, inclusive na forma de danos à estima, prestígio e/ou prejuízo econômico e/ou financeiro. Além disso, durante ou depois da pesquisa é garantido o anonimato dos sujeitos e sigilo das informações.

São Borja, 3 de dezembro de 2018.



Assinatura do responsável e campo

